



ESTADO DO PARANÁ



# MENSAGEM

APRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

PELO

**SENHOR JAYME CANET JUNIOR**

GOVERNADOR DO ESTADO

CURITIBA — PARANÁ

1977

BRUNO  
1977

## INTRODUÇÃO

Senhores Deputados:

Cumprindo o mandamento constitucional, tenho a honra de encaminhar ao Poder Legislativo o relato das atividades governamentais durante o ano de 1976.

Foi um ano em que o Brasil enfrentou cinco grandes problemas:

1. A manutenção de taxas satisfatórias de crescimento do produto e do emprego;
2. A sustentação de um programa de investimentos em infra-estrutura capaz de assegurar maior desenvolvimento futuro e menor dependência externa;
3. A redução do ritmo inflacionário;
4. A melhoria da distribuição de renda;
5. O ajuste do balanço de pagamentos e o equacionamento do endividamento externo.

São metas que se entrelaçam e, muitas vezes, se contrapõem. Mas a importância de cada uma justifica-se imediatamente. Precisamos crescer para aumentar o padrão de vida da população e criar empregos para o milhão de pessoas que anualmente ingressa no mercado de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, necessitamos projetar este crescimento na direção do futuro, alterando o quadro de dependência externa que faz com que o país seja tão sensível à conjuntura internacional a ponto de importar inflação e sofrer diretamente os reflexos da crise de preços do petróleo. A alta contínua dos preços é, por sua vez, mal quase permanente na história econômica da nação, criando tensões e expectativas que necessitamos suprimir ou reduzir. O crescimento, por outro lado, deve ser entendido não apenas como um processo econômico, mas como um processo social. E isso só ocorrerá na medida em que os frutos do desenvolvimen-

to beneficiem todas as camadas da população. Há, finalmente, urgência em ajustar a balança de pagamentos e equacionar a dívida externa. Como país em desenvolvimento, é natural existir no Brasil um déficit em conta-corrente. É a única maneira de o país absorver poupanças externas para complementar as internas.

Mas, como afirmou recentemente o Ministro da Fazenda, «é preciso, a médio prazo, conter o déficit em conta-corrente em valores tais que o crescimento da dívida externa não avance em percentagens superiores ao aumento das exportações».

Este ajuste só pode ser obtido de duas maneiras:

- a. Pelo aumento das exportações;
- b. Pela redução e substituição das importações.

Não se trata de uma alternativa, mas de duas linhas de atuação que vêm sendo seguidas pelo governo. A segunda, com resultados mais lentos, pois não é fácil ampliar, no espaço de um ano ou dois, a siderurgia, o setor de minerais não-ferrosos, a indústria química, a de bens de capital ou a produção de petróleo.

Da mesma forma, não pode o país, sob pena de pagar um preço muito pesado, em termos de desenvolvimento, cortar as importações de combustíveis. O programa de racionalização do consumo em implantação reflete essas preocupações do Governo Federal e deve contar com o patriótico apoio de todos nós, como, de resto, vem ocorrendo.

Devemos ainda considerar que a redução e a substituição das importações promovem a diminuição do déficit em conta-corrente, mas não ajudam a pagar a dívida externa. Esta só será paga com o aumento das exportações, que se torna, neste instante, o maior objetivo da economia nacional.

Analisando o setor exportador verificamos que os produtos primários — agrícolas e pecuários — representam cerca de dois terços das divisas geradas. E que, desse total, os alimentos têm a mais significativa participação. Daí a importância da contribuição da agricultura e da pecuária do Paraná, em um mundo onde o alimento torna-se, cada vez mais, sinônimo de moeda forte.

Felizmente, podemos relatar, hoje, a vitória do agricultor e do pecuarista paranaense sobre os desafios do clima, que se manifestaram principalmente através da geada de 75, com a destruição de cafezais que constituíam, até então, o maior e mais tradicional suporte da economia estadual. De um total de 900 milhões de pés de café, existem, hoje, cerca de 550 milhões.

As áreas liberadas pela cafeicultura ou ocupadas por cafeeiros temporariamente improdutivos, foram plantadas com lavouras brancas, dentro de uma orientação que ofereceu resultados altamente favoráveis. O setor agropecuário apresentou um incremento no valor de produção de 30,3% e de 21% da produção bruta, em relação aos resultados de 1975. As safras só não foram ainda melhores devido às secas e às chuvas, ao granizo e às geadas, que provocaram uma diminuição entre 500 e 600 mil toneladas na produção de trigo, além de afetarem, com menor intensidade, as culturas de amendoim e mandioca. Na cana de açúcar, os efeitos da geada de 75 ainda provocaram uma quebra de produção calculada em 60%. A produção foi de 2.412.370 sacas de 60 kg e de 19.955.900 litros de álcool.

A expansão agrícola verificada representa três vezes a previsão feita no plano «Objetivos e Metas do Desenvolvimento», que antevia uma taxa de 8,7% ao ano de crescimento. Este índice, devo frisar, foi calculado a partir do volume físico da produção dos dez produtos de maior significação e considerando a média dos preços anuais recebidos pelos lavradores. O café, somente para efeito de cálculo, não foi computado.

Tomando por base os mesmos produtos, verifica-se um crescimento de 21,9% da produção física agrícola em relação a 1975, pois de um total global de 13,6 milhões de toneladas, passamos para 16,6 milhões de toneladas. Já o valor dessa produção foi estimado em 16 bilhões de cruzeiros em 1975, ao passo que em 1976, já descontada a inflação, a cifra subiu para 20,8 bilhões de cruzeiros.

Estes números deixam claro que 1976 foi o ano da recuperação agrícola do Paraná. Uma recuperação que teve o estímulo e o apoio dos governos do Estado e da União.

Mas que foi obra exclusiva da capacidade de trabalho do agricultor paranaense. E esta recuperação foi caracterizada por uma nova fisionomia da agricultura, que continuará contando com o café — cuja produção é estimada em um milhão de sacas na safra 77/78 e cinco a seis milhões de sacas na safra 78/79 — como um de seus mais importantes itens. Mas que terá nas outras lavouras um fator de equilíbrio econômico e uma garantia do conjunto da produção contra novos acidentes climáticos.

Penso que é importante para o Brasil sustentar sua posição de grande produtor mundial de café e que ao Paraná caberá sempre a condição de um forte contribuinte para esta produção, cuja participação ainda mais se valoriza no instante em que os preços internacionais alcançam um índice inédito e em que as reservas em poder do IBC não excedem 8 milhões de sacas, quando anteriormente giraram em torno de 70 a 80 milhões.

Nos próximos anos a luta da cafeicultura nacional será para produzir o necessário para o consumo interno e a exportação, num total de 24 a 25 milhões de sacas anuais, sendo difícil esperar que voltem a se recompor as grandes reservas de anos atrás. Mas permanece lícito julgar que o Paraná, pela alta rentabilidade de sua cafeicultura, pela larga experiência dos cafeicultores, pelas disponibilidades de armazenamento e pela agilidade do sistema de comercialização, conservará a condição de grande produtor. 1977 será, por esses motivos, o ano da consolidação da cafeicultura paranaense, dentro de um quadro geral de uma agricultura em expansão e aperfeiçoamento, à procura de um equilíbrio desejável, não só do ponto de vista paranaense, mas a partir dos interesses nacionais, pois sabemos que o café emprega três vezes mais mão-de-obra do que qualquer outra cultura e que a formação de empregos rurais tem um custo muitas vezes menor do que a de empregos industriais.

Na pecuária, a expansão verificada, tanto no efetivo dos rebanhos como na produção de carne e leite, foi menor do que nas lavouras, principalmente devido à falta de preços estimulantes para o setor. O rebanho bovino apresen-

tou um incremento de 2,3% no período 75/76, com a produção de carne bovina em carcaça aumentando 3% e a produção de leite, 5%. Há, mais uma vez, evidência de pequeno decréscimo durante o período, devido principalmente à relação desfavorável entre os preços recebidos e os investimentos feitos pelo produtor. A produção de carne suína mostrou um crescimento de 8%, porque a taxa de abate subiu.

Um levantamento geral do setor agropecuário mostra que é ele o responsável por 62,4% dos empregos gerados, vindo a seguir o setor de serviços, com 21,3%, e o industrial com 10,3%. Em outras palavras, dois milhões de paranaenses dependem diretamente da agricultura e da pecuária. Do seu trabalho resultou expressiva contribuição para o conjunto da economia nacional: 27% do total da produção brasileira de grãos. Os produtos primários paranaenses representaram, em 1976, 16% do total nacional de exportações, obtendo divisas da ordem de 1,7 bilhão de dólares.

Para manter a agropecuária em crescimento constante, o governo do Paraná realizou pesados investimentos através da Secretaria da Agricultura e das entidades a ela vinculadas, como o Instituto Agronômico do Paraná, IAPAR; a Associação de Crédito e Assistência Rural, ACARPA; a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico, CAFE DO PARANÁ; a Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, COPASA; a Fundação Instituto de Terras e Cartografia; as Centrais de Abastecimento Sociedade Anônima, CEASA; e o Serviço do Acordo de Classificação.

No setor de pesquisa, todo o trabalho está, desde 1975, centralizado no Iapar.

A assistência técnica realizou-se através da Acarpa, que em 76 atendeu mais de 180 mil produtores com sua rede de escritórios espalhada em 232 municípios. Para que se tenha uma idéia dos investimentos com assistência técnica, basta lembrar que o corpo técnico da Acarpa aumentou de 300 técnicos em 1975 para 678 em 1976.

Na pecuária, a Acarpa introduziu um programa de melhoramento genético no rebanho, que prevê a importação

de 2.000 bezerras — das quais 408 já importadas — que servirão como matrizes de animais de alta linhagem.

O fornecimento de insumos básicos para a agricultura e a manutenção de campos de cooperação para a produção de sementes de qualidade foi um dos resultados positivos colhidos na área da agricultura através da CAFE DO PARANÁ. Com a importação de sementes de trigo do México, motivada pela geada de 1975, o plantio de trigo alcançou níveis de produtividade superiores a dois mil quilos por hectare. Este ano, 25% das lavouras de trigo terão sementes mexicanas novamente importadas ou multiplicadas no Estado. Vale destacar que a preocupação do Governo com o trigo decorre de nossa atual situação de importadores deste cereal, outra fonte de ônus para a sobrecarregada balança de pagamentos do Brasil. O Paraná, junto com os outros Estados do Sul do Brasil, tem condições para contribuir de maneira decisiva para a redução e posterior eliminação deste ítem do conjunto das importações.

O Programa Integrado de Conservação do Solo, lançado em 1976, contemplou o Paraná com cinco municípios: Ponta Grossa, Toledo, Rolândia, Campo Mourão e Paranaíba. Os esforços para superar os prejuízos que a erosão representa vão sendo intensificados, a partir de uma consciência conservacionista e da exigência de conservação do solo para financiamentos rurais.

Desde a elaboração do plano «Objetivos e Metas do Desenvolvimento» vem o governo do Paraná lutando pela implantação de uma agricultura de vanguarda. Isso se explica pelo fato de restar apenas um milhão de hectares agriculturáveis em todo o Estado. Chegamos ao limite da expansão da produção pela simples incorporação de novas áreas. Necessitamos novas técnicas, mais implementos, fertilizantes e defensivos. Necessitamos, principalmente, aprender a usar melhor os insumos e a fazer com que eles rendam o máximo. Ao lado das campanhas de produtividade que estão sendo realizadas, destaco como ítem de importância os cursos sobre o uso de defensivos, de maneira a evitar que venham eles a se tornar agentes poluentes do meio ambiente.

Outro fato de destaque foi o crescimento do cooperativismo e a formação da Cotriguaçu, em 13/12/75, uma central reunindo as oito maiores cooperativas da região Oeste, que controla ponderável parcela da produção de trigo e soja do Paraná. O cooperativismo é a resposta a uma real necessidade de fortalecimento do empresário agrícola, em seu afã de buscar novos recursos para investimento e ampliar conhecimentos técnicos e comerciais. Através das cooperativas torna-se o agricultor, neste início de 77, mais apto a enfrentar as inúmeras interrogações do mercado consumidor, e também capacita-o a captar as tendências extremamente variáveis dos países compradores.

Quero me referir, ainda, ao problema da regularização fundiária, que muito tem preocupado os governos ao longo de décadas. Caminhamos para uma solução segura através da emissão de títulos de propriedade. A Fundação Instituto de Terras e Cartografia expediu mais de mil títulos em 76, que vieram juntar-se aos milhares emitidos pelo Incra além de prestar serviços técnicos na região de Foz do Areia e no Litoral, onde está sendo desencadeado um programa de desenvolvimento integrado, o Prodelar.

A capacidade de armazenamento do sistema estadual será substancialmente elevada com a conclusão de unidades que a Copasa constrói em Maringá, Assaí e Guarapuava. No total, elas representam mais de 120 mil toneladas estáticas e oferecem, além do armazenamento, serviços de secagem, pré-limpeza e expurgo.

O abastecimento beneficiou-se com a inauguração, no ano passado, da Ceasa-Pr, que oferece nova opção ao mercado hortigranjeiro da Região Metropolitana de Curitiba.

O produtor rural vem recebendo forte apoio para que possa incorporar tecnologia avançada em todas as fases de produção e beneficiar-se da crescente integração agricultura-indústria. Em 1976, projetos industriais de cooperativas agrícolas receberam financiamentos de 200 milhões de cruzeiros, correspondendo a investimentos de cerca de 300 milhões de cruzeiros. A produção e industrialização de aves e suínos foi estimulada através de outros projetos aprovados e em fase de implantação.

Entendo que o grande desafio do Paraná, para assegurar altos índices de crescimento da atividade econômica, é a expansão adequada da rede de circulação e escoamento da produção. Esta afirmação é tanto mais enfática quando se tem em conta os números da produção. Em quinze anos, a tonelage m de cinco produtos — arroz, trigo, milho, soja e feijão — passou de 1,94 milhão de toneladas para 8,59 milhões em 1975. E para 12,5 milhões de toneladas em 1976. A previsão para este ano é de 15 milhões de toneladas.

Para transportá-las está se desenvolvendo um agressivo programa no setor viário, pelo qual o Paraná contará com 7.600 quilômetros de rodovias pavimentadas até 1979, ficando somente 34 municípios não servidos diretamente por asfalto. Há dois anos, tínhamos 167 sedes municipais à margem desse melhoramento. Destaque-se que, se considerarmos somente a rede estadual, estamos quadruplicando a extensão pavimentada existente no início de 1975.

Do total de 4.714 quilômetros programados ou em execução, cerca de 900 foram entregues ao tráfego em 1976, prevendo-se para o atual exercício a conclusão de mais 1.370 quilômetros. Vale ressaltar, dentro desse quadro, a importância das chamadas rodovias alimentadoras, implantadas com pavimento de baixo custo, para as quais o Governo do Estado contraiu empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de US\$ 50 milhões. Este programa será cumprido no período 1977/1979.

O crescimento agrícola deve necessariamente aliar-se à expansão da rede viária, bem como à agroindústria. Esta estratégia parte do conceito de que a agropecuária e a indústria, longe de se constituírem alternativas opostas na escolha de nossas prioridades de desenvolvimento, são elos da mesma cadeia. Mais do que isso: a expansão demográfica e a rápida urbanização impõem um esforço redobrado no sentido de consolidar o desenvolvimento industrial. A indústria representa a garantia de oferta de emprego nos centros urbanos, e isto vem ocorrendo de forma expressiva.

Atualmente, cerca de 40 mil novos empregos são criados por ano na área industrial, representando mais de

10% do mercado de trabalho, quando, em 1970, esta participação não excedia 5,6%. O Paraná deixa de ser um Estado « eminentemente agrícola » para tornar-se fundamentalmente agroindustrial. Dispõe hoje, para só citar um dado, de maior parque moageiro de soja do país e um dos maiores do continente.

O governo do Paraná vê no crescimento da indústria uma estreita ligação com o desenvolvimento social. E entende que a explosão industrial que inevitavelmente se fará sentir no fim desta década significa, antes de mais nada, uma multiplicação de oportunidades. A transição de um estágio agrícola para agroindústria e para a consolidação das indústrias de ponta faz-se gradualmente e dentro de prioridades cuidadosamente estabelecidas.

Em primeiro lugar vem a expansão das atividades industriais vinculadas à produção de máquinas, equipamentos ou insumos destinados ao setor rural e das industriais que utilizam matérias-primas regionais, como os fabricantes de produtos alimentares, papel e papelão e derivados da madeira.

Em outro plano, cuida o Paraná de atrair indústrias dos ramos mais dinâmicos e de nível de remuneração da mão-de-obra mais elevado, como metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte e outras indústrias de alto padrão tecnológico que visem, principalmente, a produção de bens substitutivos de importação ou destinados à exportação. Cuida, ainda, de incentivar a produção de bens carentes no mercado interno brasileiro, de acordo com prioridades da política de desenvolvimento do Governo Federal.

Outra preocupação é aproveitar o efeito multiplicador de alguns grandes projetos industriais e dos empreendimentos de grande porte já definidos ou em implantação no Estado, como as hidrelétricas de Itaipu e Foz do Areia, a unidade de amônia-uréia e a refinaria da Petrobrás, assim como uma fábrica de caminhões pesados cuja implantação está sendo iniciada na Cidade Industrial de Curitiba. A atração da Volvo para o Paraná em 1976, marcou o início

de uma nova fase em processo de industrialização, a partir da utilização de tecnologias mais sofisticadas.

Na estratégia para o setor destacam-se, ainda, o incentivo aos pólos industriais do interior, fortalecidos agora com a constante descentralização nas atividades dos agentes financeiros oficiais; a manutenção do crescimento da agro-indústria e a implantação de eixos industriais diversificados. Sobre a atuação dos instrumentos dessa política — BADEP, BRDE e Banestado — faremos referência mais adiante.

A crise internacional do petróleo determinou, por outro lado, o apressamento do programa do álcool em todo o País, destinado a produzir álcool anidro para fins carburantes, a ser adicionado à gasolina. Cinco destilarias já foram aprovadas para o Paraná pela Comissão Nacional do Alcool, enquanto outras três aguardam aprovação, de um total de 43 preconizadas para o Estado. Ao lado das já existentes, essas destilarias terão capacidade para produzir um total de 1 bilhão de litros por ano, correspondendo a um quinto da produção nacional prevista para 1980.

Para garantir que todo esse processo não venha a sofrer solução de continuidade, o Paraná procura fortalecer sua posição de grande produtor de energia elétrica.

Isto pode ser constatado pelos que acompanham a construção da hidrelétrica de Foz do Areia e outras obras destinadas ao aproveitamento hidrelétrico do potencial dos rios Paraná e Iguaçu, que representam quase o equivalente à potência atualmente instalada no País.

Foz do Areia, em construção pelo Governo Estadual, através da Copel, vai quintuplicar a capacidade de geração da empresa. Já em 1980 entrarão em operação os primeiros 1.125.000 quilowatts. No ano que passou, os trabalhos concentraram-se, principalmente, na perfuração dos túneis para o desvio do Rio Iguaçu melhoria nas vias de acesso ao canteiro de obras e continuação da implantação da vila residencial e sua respectiva infra-estrutura, cujas obras estão em fase final de execução.

Em fevereiro, foi assinado, em Brasília, financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de 675 milhões de cruzeiros para custear parte do projeto.

Em junho, foram assinados contratos de financiamento, segundo os quais a Eletrobrás destinou à Copel Cr\$ ..... 1.983.000.000,00 para as obras.

Prosseguiram, no ano que passou, os programas de eletrificação rural. Foram entregues oficialmente as cooperativas de eletrificação rural de Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, Pato Branco, Apucarana, Cambira, Medianeira e Chopinzinho. No biênio 76/77 estão sendo atendidas mais 2.710 novas propriedades rurais, das quais 1.925 já foram ligadas em 1976.

As obras concentram-se nos municípios de Cascavel, Paranavaí, Maringá, Castro, Mandaguari, Goio-Erê, Mandaguaçu, Primeiro de Maio, Nova Esperança e Marialva. Em 1976, 67 novas comunidades foram ligadas ao sistema da Copel, elevando-se o número total para 717 cidades e vilas. O número de consumidores cresceu mais 68 mil, elevando-se para 645 mil o total de ligações na área de distribuição da Copel.

Uma notícia auspiciosa foi a autorização do Ministério das Minas e Energia para que o Paraná efetue estudos dos recursos hidráulicos do Baixo Iguaçu na parte compreendida entre os aproveitamentos hidrelétricos de Salto Osório e Salto Caxias, com o objetivo de construir novas usinas e, através do acréscimo de geração própria, fortalecer o sistema elétrico estadual. A geração própria teve um crescimento de 31,8%, em função da expressiva precipitação pluviométrica ocorrida em 1976, o que determinou significativo aumento na produção das hidrelétricas da Copel.

O aumento do consumo — um dos índices mais seguros do desenvolvimento — alcançou 16%, acima portanto da média nacional que foi de 13,8%. O consumo industrial foi o que apresentou o maior crescimento relativo, chegando a 21%, também superior à média nacional de 16,8%. No ano que passou, foram construídos 1.932 quilômetros de linhas de transmissão em todo o Estado. E os investimentos também tiveram sensível aumento: de Cr\$ 740 milhões em 1975, passaram para Cr\$ 1.582 milhões, destinando-se a maior parcela às obras de Foz do Areia.

O setor de telecomunicações teve, igualmente, um bom desempenho durante o último exercício, quando foram con-

cluídas 151 obras urbanas e interurbanas de serviços telefônicos. Vale destacar que, com a interligação de 96 sedes municipais que não dispunham de qualquer tipo de telecomunicações, todos os 290 municípios paranaenses foram integrados aos serviços telefônicos interurbanos, assegurando ao Paraná a hegemonia nacional neste setor.

Oito centrais entraram em operação no sistema de Discação Direta Internacional, o que elevou para dez o número de cidades servidas por esse sistema.

Com as obras de implantação e melhoramentos efetuadas durante o período, o número de telefones instalados aumentou em 48.574, ou seja, 40% em relação a 1975.

Todo o desenvolvimento, tenho insistido, deve ter como fim o homem. O homem é o centro de interesse do Estado, o destinatário de todos os benefícios do desenvolvimento. Daí a preocupação do Paraná com o sistema escolar. Julgo importante aprender. E mais importante, ainda, saber para que se aprende.

A integração escola-comunidade foi uma das preocupações do Governo desde o seu primeiro dia, a par do esforço para ampliar as possibilidades de instrução das crianças entre 7 e 14 anos, que, no Paraná, chegam a quase dois milhões.

Oferecemos escola para 87% desse contingente. A ampliação da taxa de escolaridade deve atingir até o próximo ano, 90% das crianças em idade escolar.

Não é tarefa das mais fáceis. Além da manutenção da rede física de 3.322 escolas e do pagamento de técnicos e professores, em número de 53 mil pessoas, cuidou-se da ativação do ensino.

Ativar o ensino significa dar continuidade à reforma do ensino de primeiro e segundo graus. Reformular o ensino agrícola. Incrementar a assistência ao aluno. Apoiar o ensino especial para excepcionais. Expandir o ensino supletivo.

No ano passado foram aprovados mais 108 planos de implantação da reforma em estabelecimentos de primeiro grau, em todo Paraná. E as escolas agrícolas adaptaram

seus currículos à realidade paranaense, a fim de oferecer um ensino adequado à zona rural.

Na área do ensino superior o Paraná obteve o reconhecimento da Universidade Estadual de Maringá; a oficialização, pelo Conselho Federal de Educação, dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia; de Licenciatura em Ciências Biológicas; e de Educação Física e Técnica Desportiva, da Universidade Estadual de Londrina. Foram também aprovados, pelo Presidente da República, os cursos de Pedagogia e Ciências da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.

Mil universitários carentes de recursos receberam bolsas de estudo. E muitas obras foram concluídas.

Em termos globais, as obras concluídas em 1976, ou seja, 815 salas de aula, somadas às que se encontram em andamento e às que já estão em condições de início imediato, totalizam 805 prédios com 2.969 salas e capacidade para receber 356 mil matrículas.

O custo total dessas obras é de 500 milhões de cruzeiros e se constitui, provavelmente, no melhor investimento que se faz com o dinheiro do povo, pelo seu poder multiplicador e pela permanente rentabilidade. Paralelamente, constróem-se 206 quadras esportivas polivalentes.

O investimento no aluno tem um correspondente no investimento no mestre. O Centro de Treinamento do Magistério do Paraná desempenhou, em 76, importante papel no aperfeiçoamento de professores: mais de 22 mil receberam treinamento em todo o Estado.

O Estatuto do Magistério, aprovado pela Assembléia e já sancionado, depende apenas de regulamentação para que se torne um dos fatores da consolidação da política educacional.

Trata-se de uma política integrada em todos os escalões — Federal, Estadual e Municipal. E se o Estado recebe forte apoio e auxílio do Ministério da Educação, não o nega às Prefeituras. No ano passado, o Estado destinou Cr\$ 34 milhões para auxiliar no pagamento de professores municipais.

A concessão de bolsas de estudo e a compra de vagas

ociosas na rede particular beneficiaram 16 mil estudantes dos três níveis e da área do ensino especial.

O empenho do governo em possibilitar o atendimento adequado de sua rede física significou a aquisição de 135 mil carteiras escolares e outros equipamentos, avaliados em quase 23 milhões de cruzeiros.

E o complemento de todo esse esforço se deu no plano cultural, com a manutenção de museus, teatros e escolas de arte, além de promoções como o recente Curso Internacional de Música do Paraná e o Festival de Música de Curitiba, que integra, ao lado do Concurso Nacional de Contos e de outras promoções, o elenco de iniciativas que o Governo adota para fomentar a atividade cultural.

A saúde pública foi uma área que não teve, em 76, os problemas do ano anterior graças à sistematização da prática da imunização em massa contra a tuberculose, o sarampo e a meningite meningocócica.

A Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social conseguiu colocar em efetivo funcionamento sua nova estrutura organizacional e realizou uma série de seminários ligados à modernização administrativa.

No Paraná de hoje, a prevenção da doença é encarada como prioridade e mais urgente missão do Estado, cujo empenho é para que nenhum paranaense se sinta desigual aos outros em matéria de atendimento médico-sanitário. A redução dos níveis de morbidade e o aperfeiçoamento dos controles sanitários são acompanhados da integração entre os serviços sanitários e sociais.

Prosseguimos com a orientação do primeiro momento, que é a de só investir em setores não cobertos pela iniciativa particular, mas manter mecanismos de estímulo a essa iniciativa, tendo em vista atingir os padrões médios de três leitos e meio por mil habitantes, ainda acima da média atual de 2,7 leitos.

Das 60 unidades sanitárias programadas para todo o Estado, 18 foram entregues em 1975 e 14 em 1976. Outras 28 serão construídas entre 77 e 78.

A rede de 17 hospitais, com três mil leitos, da Fundação Hospitalar do Paraná, recebeu recursos para aperfeiçoar o

atendimento e o quadro de pessoal. O mesmo ocorreu com a construção de cinco centros de saúde, em Paranavaí, Cianorte, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu e Umuarama.

Em 1976 elaboramos um programa de construção de 3 hospitais regionais e de apoio financeiro à construção de hospitais municipais e de diversos sindicatos de trabalhadores rurais, programa no montante de Cr\$ 90 milhões já aprovado pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, a ser aplicado neste ano.

Afirmei, anteriormente, que «proteger a criança é prioridade da administração, porque encaramos a sociedade em que vivemos sob a perspectiva de um tempo novo — e temos certeza de que não haverá sociedade justa para aquele que foi injustiçado no início da vida».

Este cuidado materializou-se em junho de 1976, com a inauguração do Centro de Estudos, Diagnóstico e Indicação de Tratamento do Instituto de Assistência ao Menor. Sua missão é identificar as causas gerais e específicas que geram a marginalização. A identificação dessas causas fornecerá os dados para uma programação mais adequada ao atendimento da infância e da juventude desfavorecida.

A ação do setor evoluiu positivamente: elevaram-se de 80 para 114 as entidades assistenciais que atuam em convênio com o IAM. Esse número será dobrado nos próximos dois anos. É um programa que situa a Fundação do Bem-Estar do Menor entre as melhores instituições do gênero do País.

Em 1976, o IAM aumentou em 5 vezes o atendimento ao menor desamparado, quando conseguiu atingir por intermédio de ação direta ou indireta (auxílios, subvenções) 16.350 menores. Além das dotações orçamentárias, o Governo destinou no último ano para este setor uma verba de Cr\$ 5 milhões, proveniente de doação do Banco do Estado ao IAM. Este auxílio proporcionará, em 1977, o atendimento a mais 3.187 crianças, com a construção, equipamento e instalações de mais 13 unidades particulares de atendimento ao menor, além da adequação de outras 23 unidades, também particulares. Desta forma, procura o Governo do Es-

tado estimular a ação comunitária, cujo trabalho vem sendo intensificado em apoio à ação oficial.

No setor da habitação, foram entregues seis conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação do Paraná, nas cidades de Jacarezinho, Bandeirantes, Ibitiporã, Porecatu, Faxinal e Apucarana. Em 1977 serão entregues 31 núcleos habitacionais, totalizando 8.725 novas moradias.

Com apoio do Banco Nacional da Habitação, o Governo do Estado cuida, também, de reduzir a deficiência nos serviços de saneamento e suprimento de água tratada. Atualmente, 65% da população urbana é servida por água tratada, em 205 municípios que possuem sistemas em operação. Desses, 110 são operados pelo Estado, através da Sanepar. Os serviços de coleta de esgoto atendem 16% dessa mesma população urbana.

O grande esforço realizado no setor é para elevar, até 1978, o atendimento a 80% da população urbana com água de boa qualidade e estender a 50% o atendimento com a rede de esgotos. Em 1976, foram concluídas pela Sanepar 17 obras novas e 19 ampliações de sistemas de abastecimento de água já existentes.

Nesses primeiros 24 meses de governo foram concluídas 48 obras de abastecimento de água e ampliações de sistemas que beneficiam 28 cidades, atingindo uma população de 1 milhão e 700 mil habitantes e representando investimentos de Cr\$ 410 milhões no biênio 75/76.

Nos próximos dois anos, mais 902 milhões serão investidos para beneficiar uma população de 580 mil habitantes. Paralelamente, desenvolvem-se programas especiais para implantar serviços de abastecimento em cidades com menos de 250 ligações domiciliares.

O cuidado com o saneamento estende-se à preservação dos recursos hídricos e ao controle da poluição. A Administração de Recursos Hídricos vem acentuando sua atuação no controle das condições de potabilidade das águas de rios e da água distribuída à população. Ao mesmo tempo, ela orienta indústrias na implantação de projetos de tratamento de despejos industriais e outras ações que resultem na preservação da sanidade ambiental.

Preocupa-nos, sobremaneira, o setor da segurança pública. Ao lado do aumento dos efetivos policiais, o Governo intensificou sua política de descentralização do setor, criando condições melhores de atendimento nos bairros da Capital e nas cidades do Interior. Entre as obras principais do setor, cumpre citar a nova sede do Detran em Curitiba; as sedes do Instituto de Polícia Técnica e da Escola de Polícia; os distritos policiais da Vila Hauer e do Portão; a subdivisão policial de São Mateus do Sul; as seções de polícia técnica e médico-legal de Paranaguá; e 24 delegacias de polícia já inauguradas no Interior, onde foram iniciadas as sedes próprias para mais 28 delegacias.

O sistema penitenciário recebe, também, substanciais melhoramentos. A política carcerária moderniza-se — e um dos melhores exemplos disso é a Operação Liberdade, que tem por objetivo atender aos egressos dos presídios. A chamada Operação Indulto, de outro lado, proporcionou sensível queda do índice de reincidência entre os indultados.

Resta-me analisar o desempenho financeiro do Estado, no ano de 1976, bem como a atuação do aparelho administrativo.

A realização da receita do Estado totalizou Cr\$ 6.518 milhões em 1976, contra Cr\$ 4.355 milhões em 1975. Desse total, Cr\$ 4.805 milhões referem-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias, já descontados aqui Cr\$ 1.216 milhões que foram entregues aos municípios à conta do Fundo de Participação.

Do total do ICM arrecadado para o Estado, os produtos primários contribuíram com Cr\$ 2.111 milhões de cruzeiros, o equivalente a 43,9%. A comercialização do café foi, ainda uma vez mais, o principal fator de receita, contribuindo com Cr\$ 859 milhões no último exercício.

O Tesouro do Estado repassou o total de Cr\$ 6.193 milhões e autorizou o empenho de Cr\$ 155 milhões à conta de diferimento, o que demonstra que o orçamento estadual foi realizado praticamente em sua totalidade.

O nível de endividamento foi mantido rigorosamente compatível com a capacidade de amortização do Tesouro, não obstante os empréstimos contraídos junto ao Morgan

Guaranty Company of New York, de US\$ 50 milhões; ao Banco Nacional de Habitação, no valor de 173 milhões de cruzeiros; e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, de Cr\$ 40 milhões.

Durante o último exercício, o Estado amortizou um total de Cr\$ 684 milhões de sua dívida interna e externa, considerando-se aqui a administração direta e indireta.

Quero referir-me, agora, à ação dos bancos oficiais, cujo desempenho é fator preponderante para o desenvolvimento do Estado.

O BADEP aprovou sua participação em investimentos totais, no período de janeiro/dezembro de 1976, no montante de Cr\$ 7.627 milhões, correspondendo a 447 projetos. As aprovações no mesmo período em 1975 atingiram o valor de Cr\$ 3.414 milhões, registrando-se, portanto, um acréscimo de 123%. As contratações realizadas atingiram Cr\$ 5.316 milhões, em 96 municípios paranaenses, onde os investimentos e financiamentos do Banco geraram 17.574 novos empregos. Destes, a grande maioria refere-se ao setor industrial, visto que do total dos créditos concedidos 76,9% destinaram-se ao setor secundário.

Igual crescimento verificou-se no Banco do Estado do Paraná. O estabelecimento oficial do Estado consolidou sua posição como principal aplicador de recursos para a área rural do Paraná, com exceção do Banco do Brasil. O Banesado é depositário, hoje, de 27% do total de recursos da rede bancária, (também excetuando o BB), totalizando em dezembro de 1976 o volume de Cr\$ 3.520 milhões, dos quais Cr\$ 2.342 milhões provenientes de particulares. Quanto aos empréstimos — no valor de Cr\$ 5.759 milhões representaram 27,79% do total aplicado pela rede bancária no Estado. Por outro lado, 48 novas agências estão sendo incorporadas à rede do Banco do Estado do Paraná, das quais 33 foram entregues no último exercício.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — cuja presidência é ocupada atualmente, e pela primeira vez, por um paranaense — teve inversões de Cr\$ 1.288 milhões em 1976, dos quais Cr\$ 686 milhões foram destinados

ao setor secundário e Cr\$ 366 milhões ao setor primário. Estas aplicações foram 108% superiores às de 1975.

No setor de suporte da administração, ganha destaque o programa de reparos de prédios públicos, que atendeu em 75/76 a 215 municípios. Foram reparados 992 prédios públicos, a maioria escolas que necessitavam reparos e melhoramentos urgentes. Foram aplicados nesse programa Cr\$ 63 milhões.

Isto tornou-se possível graças à política de centralização dos meios administrativos numa só Secretaria, que atualmente controla as despesas administrativas do Estado, dando maior eficiência à máquina burocrática e reduzindo seus custos de operação. Antecipando-se às medidas adotadas a nível federal, o Governo do Estado conseguiu, desta forma, substancial redução no consumo de combustíveis: de 17 milhões de litros de gasolina consumidos em 1974, para 15 milhões de litros em 1976, com economia de Cr\$ 10 milhões de cruzeiros a preços de 1976. Do mesmo modo, conseguiu-se manter a frota de veículos oficiais praticamente estabilizada, apesar do natural crescimento das necessidades administrativas.

Com respeito aos recursos humanos, o ano de 1976 foi marcado pela melhoria no atendimento ao servidor, concentração de unidades administrativas, no treinamento e controle do pessoal, e no tratamento e recuperação do pessoal ocioso do Quadro Geral do Estado.

Senhores deputados:

Saimos de um ano em que boa parte do interesse público concentrou-se nas eleições municipais, cujo desenrolar constituiu forte demonstração do alto espírito cívico do eleitorado, cuja taxa de abstenção foi das mais baixas da história política do Paraná.

Por isso, cabe-nos reconhecer que os resultados positivos de 1976 não ocorreram apenas no plano econômico. As vitórias com o crescimento político foram igualmente relevantes. O fato de os dois partidos irem às ruas, reunirem o povo nas praças, debaterem seus ideários acrescenta um

importante dado à análise da realidade brasileira no ano que passou.

A vinda do presidente Ernesto Geisel, por três vezes, ao Paraná foi outro fator importante de estímulo para os paranaenses, que tiveram oportunidades de dialogar com o Presidente da República — e desse diálogo saíram animados por uma nova fé nos destinos nacionais e uma renovada confiança nos elevados objetivos da missão presidencial.

No debate e no diálogo, livres de preconceito ou idéias preconcebidas, solidificou-se nossa unidade como membros de uma mesma comunidade e como guardiães do mesmo patrimônio cívico.

Na mútua cooperação e no permanente entendimento, os Poderes Legislativo e Executivo conseguiram que os projetos de lei tivessem um fluxo adequado às necessidades da vida estadual e deixassem o Palácio 19 de Dezembro acreditados — quando oriundos do Executivo — da zelosa contribuição dos representantes do povo; e quando aqui originados, nasceram sempre com a marca do interesse público.

Do entendimento e procedimentos convergentes dos Poderes Judiciário e Executivo resultaram conseqüências positivas para o desenvolvimento social, que se alimenta tanto da Justiça como de obras públicas e que, se pode, temporariamente, prescindir destas últimas, quando a situação exige sacrifícios de investimentos em função de prioridades administrativas, não pode nunca, por mínimo que seja o interregno, sobreviver sem a primeira.

O firme apoio da área federal, traduzido em grandes investimentos canalizados para setores básicos da economia paranaense e para obras de profundo interesse social, indica que as preocupações aqui e em Brasília orientam-se no mesmo sentido de atender aos imperativos do desenvolvimento voltado para o homem. E que as relações entre os Executivos federal e estadual têm como característica o desígnio comum de servir ao crescimento das potencialidades de cada comunidade.

Neste ano de 1977, que não será um ano fácil, pelo conjunto de problemas com que se defronta a nação, sinto que esse sistema de participação, interação e solidariedade en-

tre os poderes, nos vários níveis, e a sociedade nacional, terá decisiva importância para a superação dos obstáculos e a construção dos projetos que visam ao bem comum e ao fortalecimento da nação brasileira.

Diante da conjuntura nacional e internacional, nós paranaenses valorizamos ainda mais nosso produto agrícola, pois temos consciência que será ele um dos instrumentos mais valiosos com que conta a nação para vencer mais esta etapa e consolidar as estruturas da sociedade solidária que o Presidente Ernesto Geisel colocou como meta maior de seu governo. De nossa capacidade de adaptação, de renovação e de trabalho muito depende o Brasil.

Mas será principalmente em nossa unidade que eu confio e me apóio para levar avante o conjunto de projetos do Governo. Através dela temos obtido de todos a participação na administração da coisa pública — com suas responsabilidades, seus sacrifícios e seus frutos.

E será ainda, graças à nossa unidade e com a ajuda de Deus, que multiplicaremos nossas vontades e concluiremos, nos próximos anos, o projeto maior, que é construir, num Paraná grande, uma sociedade forte, generosa e próspera.

Curitiba, 1.º de março de 1977.

JAYME CANET JUNIOR  
Governador do Estado do Paraná

## **I — CAMPO SOCIAL**

## **EDUCAÇÃO E CULTURA**

### **1. ATIVIDADES EDUCACIONAIS**

#### **1.1 — Ensino de 1.º Grau:**

##### **1.1.1 — Demanda de Matrículas:**

Na área do Ensino de 1.º Grau, a SEEC encontrou, já no início do ano de 1976, com os resultados da CHAMADA ESCOLAR, uma verdadeira “explosão populacional” na região metropolitana de Curitiba. Esse crescimento gerou problemas na área da educação. Num grande esforço, a SEEC, através da FUNDEPAR, juntamente com a Prefeitura Municipal de Curitiba mobilizou todos os recursos disponíveis e conseguiu, em tempo hábil, construir novas unidades escolares e ampliar outras já existentes, a fim de atender à demanda de matrículas.

##### **1.1.2 — Concurso de Remoção:**

Nos períodos destinados às férias escolares, a Secretaria da Educação e da Cultura promoveu Concursos de Remoção, atendendo aos interesses da administração e dos professores.

##### **1.1.3 — Evasão e Repetência:**

Uma das atividades que merece, também, destaque, refere-se ao desenvolvimento do Projeto denominado “Estudo da Evasão e Repetência no 1.º Grau”. Durante todo o ano de 1976, foram levantados, na sede dos municípios, os índices de abandono às escolas, logo nas primeiras séries, bem como os de reprovação. Com tal providência, foi possível calcular, em cada etapa da Reforma do Ensino de 1.º Grau, a taxa de evasão e de repetência e, ao mesmo tempo, analisar suas causas, para adoção de medidas que visem a correção do fluxo escolar.

##### **1.1.4 — Reforma do Ensino:**

Dentro das recomendações da legislação que estabeleceu a Reforma do Ensino no País (Lei n.º 5.692/71), a sua implantação em nosso Estado vem sendo feita de maneira gradativa.

Obedecendo esta sistemática, o D.E.P.G. implantou em 1976 a citada Reforma em 86 municípios, totalizando, desta forma, 162 municípios, já sob o novo regime.

Para tanto, a SEEC proporcionou todas as facilidades para organização dos planos de implantação, orientações sobre diretrizes e grades curriculares, normas para elaboração de calendários escolares e divulgação da nova documentação escolar, compatibilizada através do Sistema de Informações Educacionais e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação.

Assim, foi possível aprovar mais 108 planos de implantação de estabelecimentos localizados nos mais diversos municípios, bem como encaminhar ao Palácio, aproximadamente 90 processos de reorganização, já oficializados por Decreto Governamental.

#### **1.1.5 — PROMUNICÍPIO:**

Os municípios, especialmente os distritos e zona rural, estão sendo atendidos pelo Programa de Cooperação Estado / Município através de convênios de assistência técnica e financeira. No ano de 1976, foram firmados 45 convênios e aplicada a importância de Cr\$ 14.562.200,00 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e duzentos cruzeiros) em:

- a) construção e equipamento de Unidades Escolares que oferecem terminalidade a nível de 6.ª série, com sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho;
- b) reequipamento de 70 salas de aula de estabelecimentos municipais rurais;
- c) treinamento de 144 técnicos das equipes executoras dos projetos, a nível local.

#### **1.1.6 — Novas Metodologias:**

Ao mesmo tempo em que se introduziram em algumas classes pré-escolares novas estratégias no processo de alfabetização, a SEEC aplicou, durante o ano letivo de 1976, novas metodologias no processo ensino-aprendizagem, objetivando a correção do fluxo escolar, acelerando os alunos, da 1.ª para a 3.ª série.

#### **1.1.7 — Chamada Escolar:**

O projeto da Chamada Escolar teve como objetivo fundamental conhecer, previamente, a demanda de matrícula para as primeiras séries.

Foram realizados trabalhos em todo o Estado, através de ampla campanha de divulgação, que envolveu os veículos de comunicação e contou com a participação do pessoal da SEEC, das Prefeituras e de Clubes de Serviços.

#### **1.2 — Ensino de 2.º Grau:**

No que se refere a este nível de ensino, as atividades da SEEC desenvolveram-se, no período, no sentido de dar continuidade à Reforma do En-

sino de 2.º Grau, tendo em vista: expandir as matrículas do 2.º grau; implantar a 4.ª série nas escolas agrícolas; implantar a 3.ª série em 37 municípios-piloto e da Expansão I; consolidar a implantação nas escolas dos municípios da Expansão II.

Mais especificamente, podemos destacar as seguintes atividades:

- a) Implementação do processo de planejamento, controle e avaliação da Reforma do Ensino no 2.º Grau, com o objetivo de promover a melhoria do fluxo de comunicações entre a SEEC, os Núcleos Regionais, as Inspetorias Regionais e as Escolas;
- b) Assistência técnica e financeira aos Colégios Agrícolas. No campo do Ensino Agrícola, a SEEC promoveu, durante todo o ano de 1976, cursos de treinamento de pessoal, visando a melhoria do ensino e a incrementação do setor, para a preparação da mão-de-obra rural. Praticamente a totalidade dos professores paranaenses, vinculados ao Ensino Agrícola, participou dos cursos elaborados pelo CETEPAR, objetivando o aperfeiçoamento das atividades relativas à bovinocultura, avicultura, suinocultura, agricultura, formação de pastagens. No que diz respeito à assistência financeira, foi possível destinar verbas aos Colégios Agrícolas de Palmeira, Guarapuava, Rio Negro, Castro Irati, Foz do Iguaçu, Clevelândia, Ponta Grossa, Santa Mariana e Apucarana, para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, matrizes de gado leiteiro, construção de novas instalações, etc.
- c) Homogeneização da Documentação Escolar. Através do Sistema de Informações Educacionais, foi executado o plano de elaboração de livros oficiais, que conterà dados sobre: matrícula, plano de curso, freqüência, conteúdos programáticos e avaliação do aproveitamento escolar.
- d) Melhoria da Rede Física. Em convênio com o Departamento do Ensino Médio do MEC, elaborou-se o plano de ação que visa proporcionar melhoria de condições de ensino de 2.º grau, com a construção de salas-ambientes, laboratórios de ciências, além da aquisição de equipamento necessário para as salas com laboratórios, já existentes.
- e) Apoio à Rede Particular. No que diz respeito à rede particular de ensino de 2.º grau, a SEEC ofereceu, em 1976, todo o apoio aos Colégios, seja na área técnica, seja na financeira. Como apoio técnico, a SEEC proporcionou às Escolas todas as facilidades na organização de suas grades curriculares, orientação quanto à implantação da Reforma, diretrizes sobre programa escolar e calendário, possibilidade de participação em cursos para Técnicos Administrativos, Especialistas e Docentes em Mecanismos de Implantação da Reforma do Ensino de 2.º Grau, recomendação quanto à padronização de documentos e livros de administração escolar.

Como apoio financeiro, a SEEC efetuou a compra das vagas ociosas dos estabelecimentos particulares, distribuindo-as, através de bolsas de estudo, a alunos carentes de recursos. Foram compradas, no período, aproximadamente 8.000 vagas à Rede Particular de Ensino de 2.º Grau;

- f) Merece especial destaque o completo entrosamento existente entre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, no que tange à ampliação da rede de estabelecimentos de 2.º grau.

### 1.3 — Ensino Superior:

Na área do Ensino Superior, destacamos:

- a) Reconhecimento da Universidade de Maringá. Desde longa data trabalhou-se para que a Fundação Universidade Estadual de Maringá obtivesse reconhecimento oficial do Governo Federal. Em maio de 1976, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através do Decreto n.º 57.583, reconhecia aquela Universidade.
- b) Faculdade de Jacarezinho. Tivemos, no período, o pronunciamento da Comissão de Verificação do Conselho Federal de Educação, que se manifestou favorável ao reconhecimento da Faculdade de Educação Física de Jacarezinho.
- c) Universidade de Londrina. Foram reconhecidos e oficializados pelo Conselho Federal de Educação os Cursos de Enfermagem e Obstetrícia, o de Licenciatura em Ciências Biológicas e o de Educação Física e Técnica Desportiva, da Universidade Estadual de Londrina.
- d) Faculdades de Guarapuava e União da Vitória. Constituíram-se, também, em fatos que coroaram de êxito a atual administração estadual, as aprovações por parte do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, dos cursos de Pedagogia e Ciências, da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e do Curso de Ciências de 1.º Grau com Habilitação em Licenciatura Plena de Matemática, da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.
- e) Bolsas de Estudo. Dentre as atividades assistenciais da SEEC, cabe destaque a concessão de bolsas de estudo a universitários carentes de recursos financeiros. Em 1976, foram concedidas 939 bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, no valor total de Cr\$. . . . . 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros).
- f) Escola de Música e Belas Artes. O estudo da incorporação da Escola de Música e Belas Artes, por parte da Universidade Federal do Paraná, constituiu-se em um dos trabalhos do DAU. Relatório final, com parecer favorável à incorporação, foi elaborado por comissão mista encarregada de estudar a viabilidade do fato.
- g) Campus Avançado Universitário:  
A implantação de um Campus Avançado em Foz do Iguaçu, através das três Universidades Estaduais foi, no período, objeto de estudos. Através de trabalho coordenado pelo Departamento de Assuntos Universitários da SEEC, as três reitorias encaminharam no final de novembro, memorial aos Ministros da Educação, do Interior, das Minas e Energia e ao Presidente da Itaipu Binacional, no sentido de que as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa participem dos programas e projetos de Foz do Iguaçu.

#### 1.4 — Ensino Supletivo:

Caracterizado pela sua finalidade de diminuir as distorções verificadas na faixa etária, o Ensino Supletivo recebeu um grande impulso durante o ano de 1976, dado o interesse da SEEC em incrementá-lo, principalmente na área da iniciativa privada.

A estrutura do Departamento de Ensino Supletivo manteve-se à disposição das escolas particulares e, ao mesmo tempo, procurou incentivar todas as iniciativas que se apresentaram no sentido de criar novos estabelecimentos.

Realizamos, durante todo o ano, cursos de aperfeiçoamento para professores, de atualização para docentes em ensino supletivo e Programas de Treinamento, com a participação efetiva dos elementos convocados, que receberam orientação sobre a aplicação do material didático específico para o Ensino Integrado.

Quanto aos Exames Supletivos, que foram realizados em junho/julho e dezembro, foram de 12.649 e 15.000, respectivamente, os números de candidatos.

No que diz respeito ao Ensino Profissionalizante, a SEEC manteve-se em constante contato com os sindicatos, as empresas, as associações de classe e as prefeituras, para que fosse instituído e dinamizado plano de ação dirigido ao aprimoramento da mão-de-obra especializada.

O Projeto "João da Silva", que é a educação sob a forma de novela, tornou-se conhecido como um dos mais arrojados projetos na área do ensino supletivo, de vez que se propõe escolarizar boa faixa da população, através da televisão. Tal projeto alcançou, no período, notável sucesso, dada a velocidade com que se propagou em todo o Estado e a aceitação por parte da população carente de escolarização, através de inscrições que se verificaram nos telepostos instalados no interior do Paraná.

Quanto ao "Projeto Minerva", as atividades da SEEC desenvolveram-se no sentido de supervisionar a distribuição do material didático oferecido pelo MEC, além de coletar dados fornecidos pelos supervisores municipais e procurar maximizar a sua clientela.

#### 1.5 — Ensino Especial:

No Ensino Especial, destinado exclusivamente a educandos excepcionais, verificou-se, no período, um aumento da clientela, na ordem de 32,7%. Enquanto tínhamos, em 1975, 3.402 alunos matriculados, em 1976 esse número subiu para 4.513.

Por estas razões, o aprimoramento do pessoal vinculado ao setor do ensino especializado e a formação de novos professores foi uma das preocupações da SEEC em 1976.

Através do CETEPAR, foram ministrados, durante todo o ano, cursos, chegando-se a resultados alentadores, pois encerrou-se o ano letivo de 1976 com um aumento de mais 139 novos professores para essa área de ensino.

Com o mesmo objetivo de aprimorar e incrementar o ensino especial em todo o Estado, foram elaborados projetos para a implantação de Classes Especiais para o atendimento do escolar portador de deficiência mental,

nas cidades de Assis Chateaubriand, Cascavel, Palotina, Céu Azul, Mal. Cândido Rondon, Toledo, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Apucarana, Arapongas, Jacarezinho e Guarapuava.

No que diz respeito à realização de conclaves e congressos, a SEEC, atendendo solicitação do Ministério da Educação e Cultura do Paraguai, participou da organização de programas especiais para o excepcional, bem como, realizou cursos de especialização naquele País e, através de seu Departamento de Ensino Especial, organizou o Congresso Nacional de Educação Especial, paraguaio. Cabe ainda destaque à participação na organização do Seminário sobre Planejamento da Integração no Atendimento ao Excepcional, realizado em Foz do Iguaçu, no qual verificou-se a participação das maiores autoridades brasileiras em Ensino Especial, para um planejamento global das atividades do MEC e das Secretarias Estaduais, pertinentes a esse ramo de ensino.

Quanto ao auxílio financeiro prestado pela SEEC às entidades, temos a destacar o valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) distribuído entre 60 organizações mantenedoras de escolas de classes especiais. Tal valor reflete a atenção dispensada, no período, àquela modalidade de ensino.

#### 1.6 — Assistência ao Educando:

As atividades assistenciais da SEEC foram desenvolvidas sempre com o objetivo de proporcionar ao educando melhores condições para o aprendizado e oferecer-lhe uma educação mais completa.

Ao estudante carente de recursos, procuramos oferecer assistência especial, através da distribuição de material didático. Neste caso, tivemos oportunidade de distribuir, em 37 municípios, um total de 581.128 livros didáticos, fornecidos pelo MEC, cujo custo total foi de Cr\$ 5.167.677,52 (cinco milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e sete cruzeiros e cinquenta e dois centavos), além de material referente a noções de limpeza, verminose, noções de saúde e doenças, etc.

Outras atividades de caráter assistencial foram desenvolvidas tais como: aplicação de testes de acuidade visual e exame biométrico em mais de 80.000 estudantes; pagamento de bolsas de estudos a alunos do 1.º grau, da rede particular de ensino; encaminhamento, aos hospitais que mantêm convênio com a SEEC, de mais de 8.000 alunos que apresentaram problemas de saúde.

Através da execução do projeto de Orientação sobre Saúde e Alimentação Escolar, tivemos oportunidade de dar atendimento a alunos cujas famílias apresentavam carência de recursos financeiros, em diversos municípios, entre os quais: Campo Largo, Porto Amazonas, Palmeira, Contenda, Guaraqueçaba, Quatro Barras, Campo do Tenente, Quitandinha, Rio Negro, Antonina, Cérrro Azul, Piraquara e Morretes.

Nos municípios acima mencionados e em outras localidades da zona rural onde o poder aquisitivo da população é, genericamente, baixo, efetuamos a distribuição de gêneros alimentícios, através do Programa da Merenda Escolar, num volume que ultrapassou 280 toneladas.

No que concerne à concessão de Bolsas de Estudo a alunos carentes, a Coordenação de Assistência ao Educando da SEEC apresentou os seguintes resultados:

APLICAÇÃO	ENSINO DE 1.º GRAU	ENSINO DE 2.º GRAU	ENSINO ESPECIAL
REDE ESTADUAL	576	245	—
REDE PARTIC.	510	449	1.186
TOTAIS	1.086	694	1.186
TOTAL DE BOLSAS CONCEDIDAS			2.966

### 1.7 — Educação Física e Desportos:

Entendendo como atividade importante a prática do desporto na educação global e na cultura, a SEEC procurou incrementar e aprimorar as práticas desportivas nos estabelecimentos de ensino e na comunidade.

Foi nossa meta executar projetos e facultar meios para que as escolas construíssem ou ampliassem seus centros esportivos, suas quadras de esportes, como também para a aquisição de material esportivo.

No que se refere às construções, foram firmados convênios com Prefeituras Municipais, transferindo recursos financeiros obtidos junto ao MEC. Entre os municípios que receberam tais auxílios podemos enumerar: Goioerê, Marechal Cândido Rondon, Jacarezinho, Quitandinha, Guaíra, Reserva, Marialva, Amaporã, São José dos Pinhais, Leópolis, Santa Mariana, Paranacity, Altônia, Campo Mourão, Curitiba, Floraí, Lapa, Nova Londrina, Pérola, Paranaguá, Santa Isabel do Ivaí, Antonina, Santo Antonio do Caiuá e Cascavel. Com esse objetivo, foram destinados a esses municípios, recursos financeiros que totalizam Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Já no que diz respeito às atividades esportivas, a SEEC, através do Departamento de Educação Física e Desportos, realizou o seguinte:

- a) **Torneio Pré-Seleção de Curitiba:** Realizado em abril e maio, contou com a participação de 845 atletas de 34 colégios da Capital.
- b) **Jogos Estudantis Regionais do Paraná:** Foram sedes das Regiões, as cidades de Ponta Grossa, Cornélio Procópio, Araçongas, Paranavaí e Cascavel, no qual participaram 2.370 atletas de 57 municípios.
- c) **Torneios Estudantis Estaduais:** Durante o mês de maio, foram realizados nas cidades de Curitiba e Foz do Iguaçu, respectivamente, os Torneios de Ginástica Olímpica e Judô. Do primeiro, participaram os municípios de Curitiba, Londrina, Maringá e Santo Inácio, através de seus 58 atletas. Já do segundo, verificou-se a participação de 26 atletas dos municípios de Apucarana, Cambé, Capanema, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Rolândia.
- d) **Jogos Abertos Regionais do Paraná:** Em agosto, realizaram-se os Jogos Abertos Regionais do Paraná, sediados nas cidades de Ponta Grossa, Cornélio Procópio, Araçongas, Maringá, Cascavel e União da Vitória, com a participação de 5.082 atletas.

- e) **Jogos Estudantis do Paraná:** Tiveram por sede a cidade de Curitiba, ocasião em que compareceram 2.600 atletas de 34 municípios.
- f) **Jogos Abertos do Paraná:** Os Jogos Abertos do Paraná foram realizados em Campo Mourão, durante o mês de novembro e contaram com a participação de 3.500 atletas.
- g) **Jogos Escolares Brasileiros:** Foram realizados em Porto Alegre, durante o mês de dezembro. A Delegação do Paraná foi composta de quase 200 atletas e conseguiu bem representar o nosso Estado, de vez que, na classificação geral, várias marcas foram conseguidas pela mesma.

Quanto ao desenvolvimento do esporte amador, a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura concedeu Cr\$ 521.000,00 (quinhentos e vinte e um mil cruzeiros) de auxílios às entidades assim especificados:

Federação de Desportos Aquáticos .....	Cr\$ 40.000,00
Federação Desportiva Paranaense .....	Cr\$ 40.000,00
Federação Paranaense de Handebol .....	Cr\$ 40.000,00
Federação Paranaense de Ciclismo .....	Cr\$ 40.000,00
Federação Paranaense de Voleibol .....	Cr\$ 35.000,00
Federação Paranaense de Pugilismo .....	Cr\$ 31.000,00
Federação Paranaense de Basquetebol .....	Cr\$ 30.000,00
Federação Paranaense de Ginástica .....	Cr\$ 25.000,00
Federação Paranaense de Judô .....	Cr\$ 25.000,00
Federação Paranaense de Futebol de Salão .....	Cr\$ 25.000,00
Federação Paranaense de Tênis .....	Cr\$ 20.000,00
Federação Paranaense de Beisebol .....	Cr\$ 20.000,00
Federação Paranaense de Bolão .....	Cr\$ 20.000,00
Federação de Tênis de Mesa do Paraná .....	Cr\$ 20.000,00
Federação Paranaense de Desportos Universitários .....	Cr\$ 20.000,00
Federação Paranaense de Tiro ao Alvo .....	Cr\$ 15.000,00
Federação Paranaense de Hipismo .....	Cr\$ 15.000,00
Federação de Esgrima do Paraná .....	Cr\$ 15.000,00
Federação Paranaense de Automobilismo .....	Cr\$ 15.000,00
Federação Paranaense de Pára-queda .....	Cr\$ 15.000,00
Federação Paranaense de Xadrez .....	Cr\$ 15.000,00
	Cr\$ 521.000,00

## 2. ATIVIDADES CULTURAIS

No campo cultural, tivemos oportunidade de desenvolver programas no interior do Estado, buscando a valorização da cultura regional.

A Diretoria de Assuntos Culturais da SEEC patrocinou o deslocamento a várias cidades do interior de equipes que montaram exposições de artes plásticas, esculturais, pinturas, ao mesmo tempo em que apresentaram espetáculos teatrais e de música.

Paralelamente, procurou-se valorizar e estimular a cultura regional, propiciando meios para que concursos e exposições fossem realizados em diversos municípios, dando oportunidade de surgimento de novos talentos.

Em apoio a essas atividades, realizamos no interior, cursos de pintura, escultura, artes plásticas, xilogravura, música, etc.

O movimento cultural na Capital verificou-se através de nossos museus com suas programações específicas. Assim, o Museu Paranaense, o Museu da Imagem e do Som, o de Arte Contemporânea, a Casa de Alfredo Andersen e outros, inclusive particulares, procuraram, através de exposições temporárias e mostras de caráter permanente, desenvolver e difundir a nossa cultura.

Podemos incluir como atividades significativas, no período, os trabalhos de restauração de prédios e objetos de valor histórico, entre os quais, os localizados em Paranaguá, Antonina, Morretes, Lapa, Castro, cidades estas que se constituem em repositórios de nossa cultura colonial, além daqueles que se encontram na Capital.

Papel preponderante desempenhou o Teatro Guaíra que, com suas portas abertas durante todo o ano, acolheu o povo paranaense interessado em testemunhar a expressão da cultura que se manifestou com as apresentações de nossos grupos locais, passando pela apresentação de companhias teatrais nacionais e estrangeiras, por orquestras sinfônicas e bandas de fama mundial, culminando com a apresentação do Festival do Ballet, do qual participaram os maiores nomes de âmbito mundial.

### **3. ATIVIDADES DIVERSAS**

#### **3.1 — Estatuto do Magistério:**

A aprovação pela Assembléia Legislativa, através de Substitutivo Geral e a sanção governamental do Estatuto do Magistério, constituíram-se em uma das grandes realizações para todos aqueles que estão, direta ou indiretamente, vinculados à educação.

A SEEC procurou, no período, prestar todo assessoramento necessário às Comissões que analisaram a matéria, colocando à disposição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, seus técnicos e especialistas em educação.

#### **3.2 — Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR:**

##### **3.2.1 — Obras:**

Canalizando recursos provenientes de diversas fontes, a FUNDEPAR desenvolveu, em 1976, a execução do programa de obras, destinado a elevar, a curto prazo, a oferta de vagas escolares em todo o Paraná.

Foram concluídas, no decorrer do ano, obras atinentes a 293 novos prédios escolares, abrangendo 1.038 salas de aula, somando com as demais dependências, área correspondente a 115.848 metros quadrados, com custo estimado em 143 milhões, 362 mil cruzeiros, representando um acréscimo de 124.560 vagas disponíveis na rede escolar pública.

Encontram-se em execução mais 444 obras, abrangendo 1.733 salas de aula, cuja conclusão representará um potencial de novas matrículas da ordem de 207.960. As obras em andamento somam cerca de 187.633 metros quadrados de área em construção, estimando-se seu custo em 278 milhões e 253 mil cruzeiros.

Estão em condições de início imediato 69 obras, abrangendo 352 salas de aula, com 45.441 metros quadrados de área, representando 42.240 matrículas.

Em termos globais, as obras concluídas em 1976, somadas às que se encontram em andamento e às que já se encontram em condições de início imediato, totalizam 806 prédios com 3.123 salas de aula, 348.922 metros quadrados de área, matrículas da ordem de 374.760 vagas e custo de 510 milhões de cruzeiros.

### 3.2.2 — Unidades Escolares

#### QUADRO RESUMO

N.º	Situação	N.º de prédios	N.º de salas	Matrículas	Área (m²)	Valor previsto em Cr\$ 1.000
01	concluídas	293	1.038	124.560	115.848	143.362
02	em execução	444	1.733	207.960	187.633	278.253
03	em condições de iniciar	69	352	42.240	45.441	88.320
<b>TOTAL GERAL:</b>		<b>806</b>	<b>3.123</b>	<b>374.760</b>	<b>348.922</b>	<b>509.935</b>

### 3.2.3 — Reparos:

No setor de reparos escolares, desenvolvidos pela Fundação Educacional do Estado do Paraná, na Capital, foram efetivados serviços em 124 prédios, estando em andamento trabalhos em 44 outras unidades escolares. Para início imediato, estão programados reparos em outras 25 edificações escolares.

#### QUADRO-RESUMO

N.º	Situação	N.º de prédios	Valor previsto em Cr\$ 1.000
01	concluídas	124	12.649
02	em execução	44	4.712
03	em condições de iniciar	25	4.500
<b>TOTAIS:</b>		<b>193</b>	<b>21.916</b>

### 3.2.4 — Quadras Esportivas:

O programa executado em 1976 abrangeu o início da implantação de 206 quadras, em parte já concluídas, com área total de 230.308 metros quadrados.

Simultaneamente à construção das quadras, foi providenciada a aquisição do equipamento esportivo, que permitirá a prática de oito modalidades olímpicas. Para utilização das quadras à noite, providenciou-se também a aquisição do material elétrico e luminotécnico indispensável. No total, foram comprometidos recursos da ordem de 24 milhões e 300 mil cruzeiros, no início de execução, em 1976.

#### QUADRO-RESUMO

N.º	Situação	N.º de canchas	Área m <sup>2</sup>	Valor previsto Cr\$ 1.000
01	em execução	181	202.358	17.500
02	em condições de iniciar	25	27.950	2.500
03	material elétrico e luminotécnico	140	—	1.700
04	equipamento esportivo	200	—	2.600
TOTALS:		206	230.308	24.300

#### 3.2.5 — PREMEN — PRODOPAR — BNH

Merecem destaque, entre as obras desenvolvidas através de convênios com outras entidades, a conclusão de 4 unidades de 1.º grau dentro do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), encontrando-se uma outra em andamento e existindo mais duas em condições de início imediato. Também em convênio com o PREMEN, 8 unidades escolares de 2.º grau estão em andamento.

Em convênio com o Programa de Desenvolvimento do Oeste Paranaense (PRODOPAR) foram concluídas 12 novas unidades escolares, estando outras seis em andamento e duas em condições de início imediato. De acordo com esse mesmo convênio, foram efetuados reparos em seis estabelecimentos.

Em convênio com o BNH, foram concluídas as obras relativas a 8 unidades.

#### 3.2.6 — Financiamento do FAS

Com recursos concedidos pelo Governo Federal, através de financiamento da Caixa Econômica, à conta do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, foram concluídas em 1976, 181 obras, abrangendo 463 salas de aula que permitiram mais 55.560 matrículas. Encontram-se em andamento 385 obras, totalizando 1.340 salas de aula e representando um potencial da ordem de 160.800 matrículas. Para início imediato, estão programadas mais 054 obras, envolvendo potencial de matrícula da ordem de 31.680 vagas, em 264 salas de aula.

#### 3.2.7 — Equipamentos

Para equipar ou reequipar salas de aula, foram adquiridas em 1976, ao custo de Cr\$ 22.840.000,00, 135.000 carteiras escolares. Foram também com-

prados 2.000 armários, 350 arquivos de aço, 5.500 mesas, 8.500 cadeiras fixas, 800 máquinas de escrever, 400 duplicadores, 300 máquinas de somar e calcular e 600 cadeiras universitárias.

No que concerne ao material escolar para distribuição aos alunos carentes de recursos, deve ser salientada a aquisição de 1.600.000 cadernos ao custo de 1 milhão e 400 mil cruzeiros.

### **3.2.8 — Apoio à Rede Estadual de Ensino**

Dentro dos objetivos de assegurar a cobertura financeira destinada a atender às necessidades de expansão do número de docentes (conseqüência da própria rede física escolar), em 1976 a FUNDEPAR concedeu recursos para o pagamento de 450 professores contratados pela administração estadual, no montante de 4 milhões e cem mil cruzeiros.

### **3.2.9 — Apoio à Rede Municipal de Ensino**

44.800 professores municipais, dos quais 37.800 titulados e 7 000 não habilitados, foram pagos em 1976, graças a recursos concedidos pela administração estadual, através da FUNDEPAR. O total de recursos montou em Cr\$ 34.000.000,00, representando significativo apoio ao ensino municipal.

### **3.2.10 — Apoio à Rede Particular de Ensino**

Dentro da filosofia de não discriminar o ensino particular, reconhecendo o importante papel que desempenha no contexto educacional, foram colocados em ação mecanismos capazes de evitar a capacidade ociosa nas escolas particulares, compensando o eventual "deficit" de matrículas nos estabelecimentos públicos.

Assim, 4.127 escolares do 1.º grau foram beneficiados com a compra de vagas em 54 estabelecimentos de ensino particular, mediante recursos da ordem de Cr\$ 4.641.564,00 (1.169 vagas referentes à 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª séries, e 2.958 vagas referem-se à 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª séries).

Além do sistema de compra de vagas, foram adquiridas 650 bolsas, que beneficiaram igual número de alunos da 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª séries, em 20 estabelecimentos de ensino, no montante financeiro de Cr\$ 546.000,00.

### **3.2.11 — Educação Especial**

Tendo em vista a relevância social do ensino de excepcionais, 15 estabelecimentos do setor foram beneficiados com recursos canalizados através da FUNDEPAR, num total de 1 milhão de cruzeiros, correspondendo a 1.428 salários de professores especializados.

### **3.2.12 — Informações Educacionais**

As equipes técnicas concentraram-se em 1976, nas tarefas de atualização e aperfeiçoamento do levantamento estatístico da realidade educacional pa-

ranaense. Os trabalhos abrangeram: 263 municípios paranaenses, preenchimento de 75.000 formulários e 15.000 estabelecimentos escolares, tanto públicos quanto privados.

Através da revisão dos questionários e do processamento de dados, cujos serviços eletrônicos ficam a cargo da CELEPAR, está sendo possível detectar os índices reais de matrículas nas diversas regiões do Estado e promover o estudo das condições qualitativas do ensino de 1.º e 2.º graus.

O trabalho de coleta e processamento de dados, pelo segundo ano consecutivo, é feito em articulação com a Fundação IBGE e o Serviço de Estatística do MEC, valendo lembrar que o Paraná foi pioneiro na execução do levantamento estatístico por delegação dos órgãos federais do setor, patenteado o prestígio à capacidade técnica demonstrada pelos integrantes do sistema de informações educacionais.

### **3.2.13 — Atividades Educativas e Culturais**

No financiamento à execução de diversas projetos destinados ao aprimoramento de atividades educativas e culturais, a FUNDEPAR aplicou 700 mil cruzeiros em 1976. Vale destacar a cobertura financeira dada à realização do VII Concurso Nacional de Contos e VII Seminário Nacional de Literatura.

### **3.2.14 — Projeto Multinacional**

A FUNDEPAR participa ativamente do projeto multinacional destinado a estabelecer diretrizes para o desenvolvimento dos municípios compreendidos na área de influência de Itaipu. Processou-se no exercício, levantamento da situação sócio-econômica e educacional dos municípios de Foz do Iguaçu, Toledo e Cascavel, elaboração de 450.000 formulários, entrevistas com 100.000 famílias e 300.000 pessoas.

### **3.2.15 — Recursos Financeiros**

Para o desenvolvimento de suas atividades, no ano de 1976, a FUNDEPAR dispôs de recursos orçamentariamente fixados, inicialmente em Cr\$ ..... 345.880.000,00. Injeção financeira da ordem de Cr\$ 340.017.000,00 foi adicionada às disponibilidades orçamentárias graças ao financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal, que possibilitou a dinamização do programa de obras.

## **3.3 — CETEPAR:**

Como já nos referimos anteriormente, o CETEPAR ministrou vários cursos de aperfeiçoamento à classe dos professores paranaenses.

Sua atuação, em 1976, foi responsável pelo grande salto conseguido, no que se refere ao aprimoramento e à especialização de técnicos e professores do setor educacional.

Podemos salientar o seguinte:

### 3.3.1 — Capacitação de recursos humanos:

- a) Através de 38 Cursos de Atualização, foram treinados 9.041 professores, envolvendo 180 municípios;
- b) Já com cursos de aperfeiçoamento foi conseguida a participação de 5.265 professores oriundos de 95 municípios;
- c) Cabe real destaque o desenvolvimento dos projetos LOGOS II e HA-PRONT, através dos quais foi possível iniciar o Curso de Habilitação, com a participação de 3.832 professores, de 66 municípios;
- d) Através de Cursos de Atualização de Docentes do Ensino de 1º Grau, em Princípios e Técnicas de Alfabetização, de Ensino Inicial da Matemática e de Técnicas de Alfabetização para Professores da Zona Rural, com duração total de 399 horas, foi possível treinar mais 3.955 professores;
- e) Com o Curso de Atualização em Conservação e Análise de Solos, foram treinados 107 professores de 18 municípios.

Resta salientar o resultado positivo alcançado pelo desenvolvimento dos Projetos "PROMUNICÍPIO" e "COEMPAR", que tiveram por objetivo o auxílio técnico e financeiro à rede municipal de ensino. Na área técnica o CETEPAR, com seus cursos e seminários, levou à quase totalidade das escolas municipais, o aprimoramento a seus professores.

### 3.3.2 — Convênios:

Procurando conseguir apoio financeiro para o desenvolvimento das atividades programadas por esta Secretaria, firmamos, no ano de 1976, os seguintes convênios:

- a) Com o Ministério da Educação e Cultura, pelo qual nos foi destinada a verba de Cr\$ 13.490.900,00 (treze milhões, quatrocentos e noventa mil e novecentos cruzeiros), oriunda do Salário-Educação;
- b) com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio e a empresa Kanabo Silk do Brasil S/A, visando a utilização, por parte do Ginásio Estadual São Francisco de Assis, de imóvel de propriedade da referida empresa;
- c) com a empresa Vigorelli do Brasil S/A — Comércio e Indústria, pelo qual a mencionada organização executou treinamento intensivo para docentes da parte de Formação de Ensino de 1.º e 2.º Graus dos Estabelecimentos Oficiais;
- d) com a Universidade Federal do Paraná, cujo objeto foi a conjugação de atividades da Universidade e do Estado do Paraná, através da SEEC, para elaboração e execução de projetos de ensino e pesquisa e/ou prestação de serviços de consultoria de interesse da Secretaria, efetivados pela Universidade;
- e) repassando recursos financeiros do MEC para a construção de quadras e ginásios esportivos, foram firmados convênios nos valores abaixo, com os seguintes municípios:

Curitiba .....	Cr\$ 1.400.000,00
Lapa .....	Cr\$ 1.000.000,00
Campo Mourão .....	Cr\$ 500.000,00
Cascavel .....	Cr\$ 300.000,00
Goioerê .....	Cr\$ 100.000,00
Marechal Cândido Rondon .....	Cr\$ 100.000,00
Jacarezinho .....	Cr\$ 100.000,00
Quitandinha .....	Cr\$ 100.000,00
Guaira .....	Cr\$ 100.000,00
Reserva .....	Cr\$ 100.000,00
Marialva .....	Cr\$ 100.000,00
Amaporã .....	Cr\$ 100.000,00
São José dos Pinhais .....	Cr\$ 100.000,00
Paranacity .....	Cr\$ 100.000,00
Altônia .....	Cr\$ 100.000,00
Nova Londrina .....	Cr\$ 100.000,00
Pérola .....	Cr\$ 100.000,00
Paranaguá .....	Cr\$ 100.000,00
Santa Isabel do Ivaí .....	Cr\$ 100.000,00
Antonina .....	Cr\$ 100.000,00
Santo Antônio do Caiuá .....	Cr\$ 100.000,00
Leópolis .....	Cr\$ 50.000,00
Santa Mariana .....	Cr\$ 50.000,00
	<hr/>
	Cr\$ 5.000.000,00

- f) com o Departamento de Ensino Supletivo do MEC, estabelecendo normas para a instalação de um Centro de Estudos Supletivos em Curitiba e transferindo à SEEC a verba de Cr\$ 446.200,00 destinada ao desenvolvimento de cursos de qualificação profissional a nível de 1.º grau e implantação do Sistema de Suplência Profissionalizante a nível de 2.º grau;
- g) com o Ministério da Educação e Cultura, pelo qual nos foi destinada a verba de Cr\$ 2.959.531,41 para aplicação, através de programa próprio, na concessão de bolsas de estudo a alunos carentes de recursos financeiros, matriculados em estabelecimentos particulares de ensino;
- h) com a Fundação Nacional de Arte — FUNARTE — termo de convênio pelo qual a SEEC recebeu a importância de Cr\$ 390.000,00 para a realização do IX Festival de Música de Curitiba, do IX Curso Internacional de Música do Paraná e do I Curso de Animador Cultural — Formação de Monitores;
- i) visando a implantação do Projeto LOGOS II, elaborado pelo Departamento de Ensino Supletivo do MEC, foram assinados Acordos Plurianuais com os seguintes municípios: Palotina, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu, Toledo, Paranaguá, Morretes, Antonina, Terra Roxa do Oeste, Guaira, Assis Chateaubriand, Astorga, Matelândia, Sabáudia, Ibitiporã, Marechal Cândido Rondon, Rolândia, Londrina, Santa Helena, Apucarana, Guaraqueçaba, Guaratuba, Marilân-

- dia do Sul, Califórnia, Matinhos, Céu Azul, Irati, Campo Mourão, Jandaia do Sul, Assaí e Guarapuava;
- j) com o Departamento do Ensino Médio do MEC, pelo qual a SEEC recebeu o auxílio financeiro de Cr\$ 3.616.000,00 para a prestação de assistência técnica e financeira ao Projeto de Construção e Instalação de Estabelecimentos de Ensino e para a formação de recursos humanos;
  - l) com o MOBRAL, para o fim de desenvolver ação integrada na execução do programa que visa a suprir, em nível equivalente às quatro primeiras séries do ensino de 1.º grau, as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada, em caráter de suplência e em dinâmica acelerada;
  - m) com o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), convênios pelos quais foram transferidos à SEEC os recursos financeiros nos valores de Cr\$ 15.000,00, Cr\$ 221.000,00 e Cr\$ 505.000,00 para serem aplicados, respectivamente, na realização de Curso de Atualização para Professores de Classe Comum, na realização de Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização para Docentes de Escolas ou Classes Especiais e na manutenção e reequipamento do atendimento educacional e realização de um Seminário em Foz do Iguaçu.

## **JUSTIÇA**

### **1. OPERAÇÃO LIBERDADE**

Constatado o sucesso da "Operação Indulto 1975" que apresentou o decréscimo de 65% para 2,1% de reincidência criminal entre indultados, deu-se continuidade a este serviço, criando a mencionada "Operação Liberdade" pela Resolução n.º 35/76.

Portanto, aquela ação emergencial evoluiu para um atendimento mais efetivo e mais amplo, passando a atender, além dos indultados, todos os demais egressos de presídios, quer em liberdade condicional, prisão albergue e/ou liberdade por cumprimento de pena.

### **2. INSTITUTO DE ORIENTAÇÃO SOCIAL "PROFESSOR LAERTES MUNHOZ"**

Este órgão dá cumprimento, em caráter permanente, às atribuições da "Operação Liberdade".

O Instituto de Orientação Social tem por finalidade dar assistência ao egresso dos estabelecimentos penais, no que concerne a orientação, documentação, fornecimento de passagens e encaminhamento empregatício, objetivando evitar a reincidência criminal e baixar o índice de criminalidade.

A fim de atingir os objetivos a que se propõe, o Instituto de Orientação Social vem desenvolvendo sua ação conforme a programação exposta:

#### **2.1 — Programa Themis**

Consiste no atendimento aos apenados beneficiados pelo instituto da prisão albergue. Inclui-se também, a assistência, a fiscalização e o exato cumprimento das condições impostas na sentença de concessão.

O atendimento é realizado por uma equipe interdisciplinar, formada por universitários das áreas de Serviço Social, Direito, Psicologia, Educação Física e Orientação Educacional. que, através de reuniões de grupo, orientação individual e visitas domiciliares, estuda, diagnostica e procede ao tratamento adequado.

O Programa Themis atendeu a 61 (sessenta e um) albergados.

## 2.2 — Programa de Atendimento a Egressos

Este programa prestou assistência e orientação a 418 egressos; providenciou 562 documentos; encaminhou 25 egressos para colocação empregatícia; forneceu passagens a 334 pessoas e ajuda de custo para viagem num total de Cr\$ 42.988,81.

## 2.3 — Programa de Estudos, Pesquisas e Estatística

Tem por finalidade manter atualizadas as informações referentes ao Sistema Penitenciário Paranaense; coletar dados e fornecer informações com rapidez e precisão; oferecer subsídios às áreas específicas para elaboração de seus programas.

## 2.4 — Programa de Coordenação de Estágio

Tem sob sua responsabilidade a orientação, o controle e o acompanhamento de 62 (sessenta e dois) estagiários dos cursos de Direito, Medicina, Serviço Social, Odontologia, Psicologia, Educação Física, Orientação Educacional, Bioquímica, Administração, Estatística, Economia e Enfermagem que atuam nos 5 (cinco) estabelecimentos penais do Estado e no próprio Instituto de Orientação Social "Professor Laertes Munhoz".

O custo total anual dos serviços prestados pelos estagiários foi de Cr\$ 244.539,60.

## 3... SEMINARIOS

No intuito de motivar, habilitar e selecionar estudantes para participarem das programações desta Secretaria, foram realizados Seminários que informaram sobre a realidade do Sistema Penitenciário.

Foram realizados conclaves em Curitiba, Londrina, Jacarezinho e Cascavel, reunindo entre essas cidades 1.050 (hum mil e cinqüenta) estudantes.

Além desses, foram levados a efeito Ciclos de Estudos, Palestras e Simpósios em diversos Municípios, na tentativa de proporcionar à comunidade uma correta informação sobre o problema ao tempo em que se tem provocado uma maior receptividade às programações que visam a recuperação e reintegração social do preso.

## 4. PATRONATOS

Atendendo a convocação desta Secretaria para o trabalho de ressocialização do delinquente, a Sociedade São Vicente de Paulo de Curitiba e o Lar Betânia de Maringá interessaram-se pela implantação de Patronatos.

Foram estabelecidos convênios com essas entidades oferecendo-lhes assistência técnica e apoio financeiro.

Esses Patronatos têm por objetivo oferecer aos albergados e egressos dos estabelecimentos penais, alojamento, alimentação, orientação espiritual e encaminhamento empregatício.

## 5. PROJETO ALBERGADO

Desenvolvido por uma equipe interdisciplinar de estudantes universitários, sob a coordenação de docentes das áreas participantes, da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Este instituto pretende a reabilitação de apenados em regime de semi-liberdade, através de trabalhos específicos que se realizam nos finais de semana, constando de recreação, dinâmica de grupo, aconselhamento e outras práticas terapêuticas, que os habilite à reintegração social.

## 6. CRECHE "MARIA ARLENE JUSTUS" E ALA "JOVEM-ADULTO"

A Creche "Maria Arlene Justus", foi instalada na Penitenciária Feminina a fim de proporcionar um adequado atendimento aos filhos das presas.

Já em andamento a construção de um pavilhão especial para atendimento ao jovem-adulto (é o preso da faixa etária de 18 a 21 anos), anexo à Penitenciária Central do Estado.

O prédio, a cargo da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, tem sua inauguração prevista para 1977.

## 7. CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA PRESOS

Foram firmados convênios com o SENAC, SENAI, PIPMO e a SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, para a realização de cursos profissionalizantes para presos tendo atingido o elevado número de mais de 1.000 (hum mil) profissionalizados.

Os cursos ministrados foram:

- pedreiro;
- estucador;
- ladrilheiro;
- básico de atendente;
- atendente de enfermagem;
- lancheiro;
- garçã;
- prática de escritório e
- relações humanas.

Na Penitenciária Feminina:

- corte e costura;
- flores;
- manicure;
- tapeçaria e
- relações humanas.

## 8. TREINAMENTO DE PESSOAL

Durante o período de julho a dezembro, em convênio com o SENAC, foram realizados nas penitenciárias, Cursos de Treinamento de Pessoal tais como:

- relações humanas no trabalho;
- técnica de chefia e
- curso de organização e métodos totalizando 385 funcionários.

## 9. CONVÊNIOS

Além dos Convênios citados, foram estabelecidos outros com Universidades, visando obter orientação e supervisão indireta destas aos estagiários do Sistema Penitenciário.

São convenientes com esta Secretaria:

- Universidade Federal do Paraná;
- Universidade Católica do Paraná;
- Fundação Universidade Estadual de Londrina;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Tuiuti".

O Convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná — CIE—E/PR, órgão intermediário do Ministério da Educação e da Cultura, permitiu à Secretaria manter sessenta e dois (62) estagiários através de bolsas trabalho sem que houvesse vínculo empregatício, conforme orientação do Ministério do Trabalho, pela Portaria 1.002.

## 10. NATURALIZAÇÕES

Foram processadas 3.222 (três mil duzentos e vinte e duas) naturalizações no período de março de 1975 até novembro de 1976.

Nestes dois últimos anos, destacaram-se no interesse pelas naturalizações os seguintes Municípios:

- Maringá 373;
- Umuarama 200;
- Guarapuava 120;
- Cruzeiro do Oeste 100;
- Ubiratã 70 e
- Ponta Grossa com 22 naturalizações.

Portugueses e Japoneses lideram as listas de naturalizações em nosso Estado.

## 11. IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A Procuradoria Geral do Estado, a partir do mês de junho, implantou o programa de assistência judiciária aos que, necessitando desses serviços, não possuem condições financeiras para contratar profissionais.

Desenvolve esse atendimento junto à Justiça do Trabalho, nas Varas Criminais e nas Varas de Família, tendo realizado nesse curto período 362 audiências e 6 júris.

Foram realizados pela P.G.E., no ano de 1976, 768 trabalhos forenses, 64 ações trabalhistas, 261 ações penais e 910 pareceres jurídicos.

## 12. JUNTA COMERCIAL

A Junta Comercial do Paraná exerce funções específicas da Justiça na área do comércio e atividades afins.

Foram processados em 1976:

189 documentos de Sociedades Anônimas; 4.158 Atas de Assembléia reuniões etc.; 17.359 contratos, alterações de contratos, distratos de Sociedades Comerciais; 79 documentos de Sociedades Cooperativas; 13.287 de Firmas Individuais; 545 Emancipações e 107 documentos de proteção ao Nome Comercial, perfazendo um total de 35.724 documentos.

## RECURSOS HUMANOS

### 1. — RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

#### 1.1 — CONCURSOS PÚBLICOS

Os concursos públicos realizados na área da Secretaria de Estado da Segurança Pública tiveram suas inscrições abertas nas localidades de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Jacarezinho, visando-se desta maneira a descentralização dos concursos públicos estaduais. Também como inovação, foram introduzidas as provas de capacidade física e, para cumprirem com seus objetivos pré-determinados, houve a necessidade do deslocamento de uma equipe de funcionários da SERH para as localidades acima descritas.

Para a formulação das provas, foi designada pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, Banca Examinadora Especial, composta por Professores da Escola de Educação Física e Desportos do Estado e funcionários da SERH.

A seguir, quadro demonstrativo das atividades realizadas nesta área de concursos públicos para a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Quadro Geral do Estado.

CONCURSOS	N.º de Vagas	Inscritos	Aprovados
Delegado de Polícia 4.ª Classe .....	56	176	94
Escrivão de Polícia 4.ª Classe .....	142	730	235
Agente de Segurança 4.ª Classe .....	272	422	112
Técnico em Administração .....	11	17	04
<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>481</b>	<b>1.345</b>	<b>445</b>

Quanto aos concursos públicos, a SERH, através da Coordenadoria de Alocação de Recursos Humanos, está desenvolvendo estudos no sentido de se estabelecer uma nova legislação atualizada e compatível com as reais necessidades do Estado.

Ainda na área de Seleção de Pessoal, para preenchimento de vagas nos Quadros de Pessoal do Estado foram autorizadas pelo Governador os concursos abaixo relacionados, e que deverão ser preenchidas no exercício de 1977.

CONCURSO	Classe	N.º de Vagas
Agente de Segurança .....	4.ª	256
Químico Legal .....	4.ª	10
Toxicologista .....	4.ª	10
Auxiliar de Necrópsia .....	4.ª	08
Perito Criminal .....	4.ª	06
Radiocomunicador .....	4.ª	30
Radiotécnico .....	4.ª	10
Detetive .....	4.ª	44
Médico-Legista .....	4.ª	07
Investigador Criminal .....	4.ª	39
Datiloscopista .....	4.ª	24
Servente de Necrópsia .....	4.ª	16
Motorista Policial .....	4.ª	56
<b>TOTAL DE VAGAS .....</b>		<b>516</b>

### 1.2 — SELEÇÃO DE PESSOAL PELO REGIME C. L. T.

Em agosto deste ano foi modificado o processo seletivo dentro da Administração Estadual, visando principalmente a uniformização de critérios e agilização do referido processo.

Estas modificações introduzidas pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos se constituíram no estabelecimento de normas para o recrutamento, seleção e colocação de novos funcionários, tendo em vista métodos mais modernos e eficazes.

Foram elaborados novos formulários para recrutamento, descrição de função, inscrição, testes práticos, entrevistas e pedido para preenchimento de vagas. Alguns destes formulários foram modificados a partir dos já existentes e outros foram criados para facilitar o processo tendo em vista a previsão feita para o ano de 1977, de acúmulo de atendimentos no setor de Recrutamento e Seleção da SERH.

#### 1.2.1 — QUADRO DEMONSTRATIVO DE SELEÇÃO PELO REGIME DA CLT, REALIZADOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NA SESP, SERH, SEFI, SEAG, SEIN, SEIC, SEJU e PGE.

CARGOS	N.º de Vagas	Inscritos	Aprovados
Auxiliar de Escritório .....	61	195	47
Auxiliar de Administração .....	56	177	53
Auxiliar de Datilógrafo .....	293	477	254
Escriturário .....	42	161	41
Radiocomunicador .....	25	114	23
Auxiliar de Serviços Gerais .....	156	371	122
Motorista .....	96	276	97
Datilógrafo Executivo .....	25	259	25

Oficial de Administração	29	108	29
Estagiário	20	74	22
Conferente	250	2.274	272
Carregador	50	628	56
Secretária	1	11	1
Garçon	4	8	4
Cozinheiro	13	11	6
Ajudante de Cozinha	3	5	3
Guarda de Presídio	56	69	52
Orçamentista	5	7	5
Técnico Auxiliar	20	28	20
Técnico Intermediário	4	9	4
Engenheiro Químico	1	6	1
P.S.	23	47	23
Bibliotecário	3	11	3
Engenheiro Civil	4	7	4
Engenheiro Mecânico	1	2	1
Engenheiro Hidráulico	1	4	1
Desenhista	18	73	16
Secretária Executiva	2	6	2
Processador de Dados	1	2	1
Fotógrafo	13	9	4
Telefonista	11	32	12
Lavador de Automóvel	5	2	1
Mecânico	7	11	3
Arquivista	7	12	3
Estatístico	4	9	4
Assist. Técn. p/ Mão-de-Obra	1	3	1
Técnico Júnior	9	16	9
Técnico em Administração	4	13	4
Jornalista	2	6	2
Arquiteto	4	12	4
Sociólogo	1	2	1
Serralheiro	1	1	1
Zelador	10	20	12
Pintor de Automóvel	2	3	1
Técnico em Mecanografia	2	3	1
Recepcionista	5	18	7
Agente Social	4	15	4
Dentista	2	2	2
Técnico de Laboratório	10	15	8
Radiotécnico	20	3	1
Servente	40	163	56
Atendente de Enfermagem	5	9	3
Auxiliar de Laboratório	15	8	2
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.446</b>	<b>5.809</b>	<b>1.336</b>

1.2.2 — QUADRO DEMONSTRATIVO DE SELEÇÃO PELO REGIME DE  
C.L.T. EM ANDAMENTO

CARGO	Órgão	N.º de Vagas	N.º de Inscri- tos	Instru- ção
Pesquisador Datiloscópico .....	SESP	10	3	2.º grau
Coordenador Geral .....	SESP	2	3	Superior
Professor . . . . .	SESP	4	4	Superior
Coordenador de Áreas Especiais .....	SESP	4	1	Superior
Técnico em Comunicações .....	SESP	1	2	Superior
Técnico em Assuntos Educacionais ..	SESP	1	2	Superior
Auxiliar de Artífice .....	SESP	2	1	1.º grau
Porteiro . . . . .	SESP	1	1	1.º grau
Guardião . . . . .	SESP	1	—	1.º grau
Zelador . . . . .	SESP	1	—	1.º grau

As inscrições para o preenchimento das vagas de Conferente e Carregador da SEFI, Motorista, Datilógrafo Auxiliar, Auxiliar de Administração, Auxiliar de Escritório, Escrivão, Radiocomunicador, Auxiliar de Serviços Gerais da SESP foram abertas nas localidades de Ponta Grossa, Telêmaco Borba, União da Vitória, São Mateus do Sul, Pato Branco, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina, Campo Mourão, Umuarama, Apucarana, Maringá e Paranavaí.

Para o preenchimento dessas vagas, a equipe da SERH deslocou-se para as localidades descritas acima, com a finalidade de aplicar os testes, visando com isto a descentralização do processo de recrutamento e seleção de pessoal em regime da Consolidação das Leis Trabalhistas.

2. — DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

No que concerne ao Desenvolvimento de Recursos Humanos no Estado, verifica-se a falta de um órgão centralizador. Daí resultou na pulverização de recursos financeiros e duplicação de esforços, através de iniciativas isoladas das diversas Secretarias de Estado.

Com o propósito de sistematizar os programas de treinamento, no que diz respeito a custos diretos, conteúdos, duração e avaliação, a SERH está elaborando Instruções Normativas para os Grupos de Recursos Humanos Setoriais — GRHS's —.

Na SERH, durante o ano de 1976, 28 (vinte e oito) Chefes, Coordenadores e Técnicos foram treinados através de programas diretos e em participação em cursos promovidos pelos outros órgãos.

Além dos Cursos na Capital, a SERH realizou outros no Interior (Cascavel, Pato Branco e Toledo) perfazendo um total de 716 (setecentos e dezesseis) treinados.

Além do programa centralizado, foram treinados, através dos Grupos de Recursos Humanos Setoriais, nas suas respectivas Secretarias, um total de 1.710 servidores, perfazendo a carga horária de 15.999 horas.

Também na área de Desenvolvimento de Recursos Humanos, a SERH patrocinou a "VI Convenção Nacional de Técnicos em Administração", realizado em Curitiba de 05 a 09 de setembro, com a participação de 1.300 (um mil e trezentos) convencionais.

### 3. — AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A Avaliação de Desempenho constitui um instrumento de vital importância na Gestão de Recursos Humanos.

O Estado possui 83.803 (oitenta e três mil oitocentos e três) funcionários, os quais passaram por um estágio probatório de 2 (dois) anos, ao serem incluídos no Quadro do Serviço Público Estadual. Não obstante, em tempo algum a administração pública se valeu do processo de avaliação de desempenho para efeito de promoção e readaptação dos funcionários ou para reformulação da Política de Recursos Humanos.

A ausência de avaliação de desempenho, formal ou informal compatibilizada com a Gestão de Recursos Humanos, traz como conseqüências:

- a — grande dificuldade nos processos decisórios por parte de Gerentes de Recursos Humanos, devido à falta de subsídios;
- b — contribui para a não satisfação do fator **motivação** no serviço público;
- c — leva o servidor a desconhecer em que aspectos o seu desempenho pode ser melhorado.

Dada a importância da Avaliação de Desempenho, a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos elaborou um Sistema de Avaliação de Desempenho, constituído das etapas seguintes:

- 1.<sup>a</sup> — Aplicação em caráter informal e experimental na própria SERH, cuja meta está prevista para 313 servidores incluídos os de regime de CLT, cargos em comissão e PS, cuja aplicação ainda não foi concluída;
- 2.<sup>a</sup> — Órgãos da Administração Direta;
- 3.<sup>a</sup> — Magistério; e
- 4.<sup>a</sup> — Órgãos Autárquicos.

A meta final será aproximadamente 71.033 servidores (além dos 12.770 Professores Suplementaristas).

### 4. — TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO DE PESSOAL OCIOSO

A partir da criação da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, os diversos órgãos da Administração Direta e Autárquica passaram a colocar a sua disposição inúmeros funcionários que se encontravam desajustados nesses órgãos, sem nenhuma produtividade, sendo, conseqüentemente, considerados ociosos.

A simples colocação desses servidores à disposição da SERH, sem maiores informações, não permitia que se tomasse qualquer iniciativa a fim de recuperar e reintegrar esses funcionários.

Com o objetivo de diagnosticar as causas reais desses desajustamentos e visando propor tratamento compatível com cada caso no sentido de reintegração do mesmo, e ainda procurando evitar que em face desse fenômeno, a administração propusesse a criação de novos cargos, é que a SERH desenvolveu o projeto de Tratamento e Recuperação de Pessoal Ocioso, composto de três etapas:

1.<sup>a</sup> — Levantamento:

Pesquisa realizada em cada Coordenadoria das Secretarias e Autarquias do Estado, visando dimensionar o problema e obter dados concretos.

2.<sup>a</sup> — Diagnóstico:

Estudo e análise das informações coletadas. Apresentação de medidas que visam solucionar definitivamente o problema.

3.<sup>a</sup> — Execução:

O funcionário permanecerá lotado no órgão de origem até a apresentação da solução adequada ao seu problema, que poderá ser: tratamento, reabilitação, transferência ou aposentadoria.

A primeira etapa está quase totalmente concluída na Capital e já iniciada no Interior. Os resultados estão sinteticamente apresentados no quadro a seguir, podendo-se observar a existência de 7% (sete por cento) de ociosos.

N.º de Unidades pesquisadas	Total de funcionários nessas Unidades	N.º de ociosos identificados
134	10.587	700

## 5. — CADASTRO CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS

### 5.1 — Objetivos

Com o objetivo de corrigir as deficiências existentes no Sistema de Informações na área de Recursos Humanos do Estado e para dar cumprimento às determinações da Lei da Reforma Administrativa, está sendo desenvolvido e implantado o "Sistema de Cadastro Central de Recursos Humanos", centralizando todas as informações sobre o Pessoal do Estado na SERH, de forma confiável para o Estado e para o servidor.

Como objetivos básicos deste "Sistema de Cadastro Central" podemos enumerar:

- Constituir-se em principal fonte informativa do SIP.
- Conhecimento das potencialidades existentes no Estado em termos de Recursos Humanos.
- Suprimento aos órgãos Governamentais das informações necessárias, suficientes e em tempo hábil.
- Simplificação no sistema e fluxo de informações da área de Recursos Humanos.

— Suprimento dos órgãos de assistência ao servidor e dependentes das informações necessárias para seu desempenho.

— Proporcionar ao Servidor todas as informações sobre sua vida funcional.

— Criar uma estrutura de manutenção do Sistema de Gestão de Recursos Humanos com vistas a assegurar sua eficiência, eficácia e perpetuidade.

## 5.2 — Questionários

Foram preenchidos e devolvidos pelos funcionários do Estado 88.050 Questionários Individuais, através dos quais foram coletadas informações para o Cadastro.

5.2.1 — A apropriação das informações destes Questionários foi executada da seguinte forma:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
<b>Questionário Frente</b>	88.050 questionários
— Codificação dos itens	37.844 códigos
— Preparação por lotes	2.935 lotes
— Digitação (CELEPAR)	5.000 h/homem
— Emissão de etiquetas para colagem no verso	88.050 etiquetas
— Emissão de Relatório Consistência	55.000 folhas
— Correção em Formulários próprios	138.000 correções
— Conferência Visual	29.160 correções
<b>Questionário Verso</b>	
— Colagem de etiquetas no verso	8.050 questionários
— Análise de disfunções	88.050 etiquetas
— Codif. de Acumul. de Cargos	15.000 códigos
— Relatório de Consistência (rejeições)	4.000 folhas
— Correção em Formulário próprios	2.450 correções

5.2.2 — Controle de devolução de Questionários

### SITUAÇÃO

— Faltosos — receberam mas não preencheram o questionário; com vencimentos cortados, 2.851 funcionários.

<b>Depuração de RG's</b>	
— Correções efetuadas	8.300 RG's
— Irregularidades Cadastro/Folha de Pagamentos	4.814 RG's

### 5.3 — Relatórios Emitidos

Com base nas informações coletadas pelo Questionário Individual e do Sistema de Folha de Pagamentos foram emitidos, dentre outros, os seguintes relatórios:

- 5.3.1 — Relatórios de Análise de Acumulação de Cargos.
- 5.3.2 — Índice resumo de cadastrados por ordem alfabética e de RG (almanaque).
- 5.3.3 — Resumos Cadastrais por Secretarias segundo Faixas Etárias, Faixas de Renda e Escolaridade.
- 5.3.4 — Relação Cadastral de Escolaridade dos Professores da SEEC.

### 5.4 — Apropriação de Dados Históricos — Estatutários

A apropriação dos dados históricos de pessoal estatutário civil do Estado está sendo desenvolvida em duas etapas paralelas.

- 5.4.1 — Apropriação das informações do pessoal da Administração Direta e Autárquica, realizada pelos GRHS's e Setores de Pessoal, com orientação do CCRH, a partir de seus próprios arquivos.
- 5.4.2 — Apropriação das informações do Pessoal da SEEC — Magistério —, executada por equipe do CCRH, a partir do Cadastro da CCCRH, ex-DDF.

#### SITUAÇÃO

Numero total de fichas	47.037
Número de fichas já apropriadas	40.993
Saldo a apropriar	6.044

Das 40.993 já transcritas para formulários próprios, foram digitadas pela CELEPAR cerca de 20.000.

Serão iniciados agora no CCRH, etapas de Consistência e Conferência Visual destes dados.

### 5.5 — Integração Cadastro Central de Recursos Humanos/SIP

Estão sendo desenvolvidos estudos preliminares para a integração, em termos de conteúdo de arquivos, entradas e saídas entre o Cadastro Central de Recursos Humanos e o Sistema Integrado de Pagamento de Pessoal — SIP.

### 5.6 — Desenvolvimento do Sistema de Manutenção do CCRH

O Sistema de Manutenção do CCRH está definido, numa primeira etapa, porém sujeito a alterações em virtude da integração real entre CCRH e SIP. Esta primeira etapa englobou os seguintes itens:

- Desenho dos Documentos de Entrada.
- Elaboração do Manual do Usuário.
- Treinamento do pessoal para preenchimento dos documentos (esta fase foi desenvolvida com a participação de equipe do SIP).
- Estudo para microfilmagem dos Documentos de Entrada.

#### 5.7 — Definição Preliminar dos Relatórios a serem extraídos numa primeira fase do CCRH

Estão sendo efetuados estudos e levantamentos para uma definição preliminar das necessidades de informações dos usuários do CCRH, em termos de relatórios operacionais e gerenciais, inclusive relatórios em microfichas do histórico funcional individualizado.

#### 5.8 — Demonstrativo de Dados Funcionais

Em andamento, estudo e definição dos dados a serem coletados pelo Demonstrativo de Dados Funcionais (Espelho) para complementação dos dados gerados pelo Questionário Individual.

#### 5.9 — Mão-de-Obra Utilizada

Basicamente, o pessoal utilizado no Projeto compõe-se quase que exclusivamente de estagiários, sendo de apenas 3 (três) o número de técnicos envolvidos.

### 6. — LEVANTAMENTO DE LOTAÇÃO

A falta de informações na forma adequada que permita facilitar o controle e a tomada de decisões para a Administração de Recursos Humanos, tem provocado freqüentes transformações de cargos efetivos e funções gratificadas em cargos em comissão e a ampliação e criação indiscriminada de quadros de pessoal CLT.

Dessa forma, fez-se necessário um levantamento de lotação funcional das unidades Administrativas das Secretarias de Estado e Autarquias, tendo como objetivos principais:

- 1 — Planejar a demanda de pessoal em cada unidade a curto, médio e longo prazos, com vistas à programação para 1977 no Orçamento de Pessoal, a ser elaborado.
- 2 — Organizar com os dados colhidos, módulos mínimos para cada unidade.

Os dados estão sendo levantados através da utilização de relatórios expedidos pelo CELEPAR, pesquisa direta aos GRH's e Seções de Pessoal, sendo que até a atual fase de execução, foram obtidos os seguintes dados, conforme está descrito na folha a seguir.

## C A R G O S

Órgãos	Efetivos	C. L. T.	Comissão	P. S.	Pessoal	
					Convênio	Total
SEPL	67	20	52	10	78	227
SEFI	1.851	346	117	203	38	2.555
SEAD	107	35	49	30	—	221
SERH	186	28	39	59	01	313
SEAG	736	—	49	83	873	1.741
SEIN	455	35	30	—	01	521
SEJU	940	69	38	63	—	1.110
SESB	2.368	1.439	44	135	—	3.986
SESP	12.382	687	40	228	—	13.337
SETR	66	—	22	—	06	94
SEIC	23	62	11	—	06	102
SEEC (*)	30.568	351	444	5.620	468	37.451
GOVERNADORIA	173	39	91	37	—	340
DER	3.766	2.279	47	—	540	6.632
SUCEPAR	13	168	—	—	—	181
ARH	—	140	—	—	—	140
IPE	236	78	11	347	—	672
DIOE	98	100	01	—	—	199
IPEM	19	03	01	—	—	23
IAM	115	737	25	—	—	877
IBPT	174	64	04	63	6	311
<b>T O T A L</b>	<b>54.343</b>	<b>6.680</b>	<b>1.115</b>	<b>6.878</b>	<b>2.017</b>	<b>71.033</b>

### 7. ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Na Secretaria de Estado dos Recursos Humanos tramitam atualmente 28.985 processos, discriminados para efeitos estatísticos em 17 tipos de processos e ainda, outros sob o título ofício e diversos. O elevado volume e fluxo de processos sempre constituiu grave problema para a SERH, tanto que houve aproximadamente 6.500 entradas de processos mensais, durante o exercício recém findo.

Em média, os processos tramitam através de 20 setores da SERH, perfazendo um número de passos variável de 10 a 126. O processo de aposentadoria, por exemplo, leva em média 199 dias para ser decidido, na SERH, e considerando-se a tramitação fora da SERH, por exemplo, nas Secretarias de origem e Tribunal de Contas, o tempo de tramitação praticamente dobra.

(\*) Não incluídos 12.770 (doze mil, setecentos e setenta) Professores Suplementaristas.

## 7.1 Racionalização

Em novembro de 1976 e em colaboração com a CMA da Secretaria de Estado do Planejamento a SERH iniciou o Projeto de Organização e Métodos com o objetivo de agilizar a tramitação dos processos de direitos e vantagens, através da racionalização de rotinas, obedecendo as seguintes fases:

1.<sup>a</sup> — Elaborar Normas Operacionais para os processos prioritários que tramitam pela SERH;

2.<sup>a</sup> — Elaborar Instruções Normativas para os Grupos de Recursos Humanos Setoriais — GRHS's —, a fim de estabelecer padrões de procedimentos nos processos de Recursos Humanos.

3.<sup>a</sup> — Adaptar os procedimentos fixados ao Sistema de Processamento de Dados.

## 7.2 Trabalhos Concluídos

Processo de Aposentadoria do Pessoal Civil e Militar.

1 — Levantamento de todos os procedimentos e formulários nos Grupos de Recursos Humanos — GRHS's e unidades envolvidas;

2 — Análise e Racionalização dos procedimentos e formulários utilizados;

3 — Aprovação final com a participação de todas as unidades envolvidas no processo.

## 8. CONTROLE DE PESSOAL COLOCADO A DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS

Atualmente, o número de servidores do Estado colocados a disposição de outros órgãos (Municipais, Estaduais e Federais) está reduzido a 1.633, sendo 1.069 servidores com percepção de seus vencimentos e 564 sem percepção de vencimentos.

Com o objetivo de disciplinar o processo e controlar estes servidores, a SERH mantém um programa de acompanhamento mensal, inclusive os custos resultantes.

## 9. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA AOS SERVIDORES

### 9.1 — Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado

#### 9.1.1 — Departamento de Previdência

Manteve esta autarquia rigorosamente em dia o pagamento de suas obrigações previdenciárias que se efetivaram até o último dia de cada mês, com o seguinte movimento no exercício:

5.463 pensões a beneficiários de funcionários .....	Cr\$	54.994.302,12
726 seguros de vida a beneficiários de funcionários ..	Cr\$	3.068.910,59
562 auxílio funeral a beneficiários de funcionários ..	Cr\$	560.500,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>Cr\$</b>	<b>58.623.712,71</b>

a) **Carteira de Pensão dos Serventários da Justiça**

128 pensões a beneficiários de Serventuários da Justiça	Cr\$ 1.474.595,38
22 seguros de vida a beneficiários de Serventuários da Justiça	Cr\$ 110.000,00
18 auxílios funeral a beneficiários de Serventuários da Justiça	Cr\$ 18.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>Cr\$ 1.602.595,38</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>Cr\$ 60.226.308,09</b>

É de ressaltar a falta de renovação nos quadros de funcionalismo público sob o regime estatutário, razão do envelhecimento da massa segurada, que vem acarretando um volume assustador dos compromissos no pagamento das pensões, pelo desequilíbrio financeiro entre recursos e obrigações, e pela falta da formação das indispensáveis reservas matemáticas, o que concorre a cada dia para um maior "deficit técnico".

9.1.2 — **Departamento de Assistência Médica**

O Departamento Médico manteve um alto padrão assistencial aos servidores no que tange às suas obrigações de assistência médica, hospitalar, odontológica, serviço de raios X, laboratório de análise e enfermagem.

Manteve ainda o D.A.M., em funcionamento farmácias do Centro Previdenciário e do Servidor no Edifício Caetano Munhoz da Rocha, esta em regime de funcionamento de 24 horas por dia, inclusive aos sábados e domingos com revenda de medicamentos a baixo custo aos segurados do Instituto. Sob a responsabilidade do Departamento está, também, a Escola Maternal Nice Braga, que continua mantendo o seu alto padrão de atendimento, podendo ser considerada Creche-Escola Modelo.

Para ilustração, apresentamos o movimento dos principais setores do Departamento como segue:

a) **Divisão Hospitalar**

Processos médicos e hospitalares da capital e interior, valores em cruzeiros:

Capital	Interior	TOTAL
9.128.004,10	19.612.327,18	28.740.331,28

b) **Divisão Médica**

Movimento de consultas capital e interior:

Capital	Interior	TOTAL
194.278,00	191.900,00	386.178,00

### c) Serviço Odontológico

Atendimento e trabalhos realizados na Capital: 402.446, devendo-se frisar um aumento no atendimento com relação ao exercício anterior de 152,7%, contando hoje o serviço com 50 profissionais.

Mantém ainda o I.P.E., atendimento odontológico no Centro Previdenciário Setor Norte, em Londrina, com 7 profissionais, apresentando no exercício um movimento de 36.664 atendimentos e trabalhos.

Frise-se que o Centro Previdenciário de Londrina apresentou um movimento de 96.592 consultas médicas atendidas por 20 profissionais, em regime ambulatorial.

### d) Serviço de Laboratório

O movimento geral atingiu o montante de 79.820 laboratoriais.

#### 9.1.3 — Departamento de Aplicação de Capital

Este Departamento, como unidade de apoio do I.P.E., tem por finalidade a aplicação das reservas financeiras para formação de um fundo que permita ao I.P.E., atender suas obrigações legais com os segurados cujos índices se elevam enormemente em função do envelhecimento da massa segurada.

A aplicação vem sendo feita com programas de empréstimos previamente elaborados que visam, também propiciar assistência financeira ao servidor público.

Premido pela redução orçamentária que anualmente sofre o D.A.C., este não tem tido condições de executar, como indispensável seria, toda a sua programação, tendo que partilhar suas disponibilidades, para atender despesas com a assistência médico-hospitalar.

#### 9.1.4 — Departamento de Administração Geral

Está encarregado da alimentação das demais unidades departamentais nas suas necessidades, tais como: o que pertine ao pessoal, transporte, aquisição de material, manutenção e recuperação.

O Departamento manteve e continua mantendo contato para melhor entrosamento com a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, participando de reuniões, seminários, como também, com a 3.ª Inspeção do Egrégio Tribunal de Contas junto à SERH, a fim de se adaptar plenamente às suas instruções e à reforma administrativa.

Embora o balanço não esteja concluído, podemos apresentar como números aproximados os resultados abaixo discriminados, sobre o comportamento da receita e despesa do Instituto.

RECEITA .....	Cr\$ 135.208.000,00
DESPESA .....	Cr\$ 140.390.000,00
DEFICIT .....	Cr\$ 5.182.000,00

### 9.1.5 — Assessoria do Interior

Conta o I.P.E., atualmente com 62 Agências, das quais 3 (Altônia, Palmas e Realeza) foram instaladas no presente exercício.

O atendimento feito através das Agências consiste na expedição de guias para consultas, internação e exames complementares, além de orientação geral sobre os direitos e obrigações do servidor público.

Cabe ressaltar que nos Municípios onde o I.P.E. não mantém agência, o abastecimento é feito através de reembolso hospitalar.

### 10. DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTARQUICA

Órgão	Despesa — 1976
GOVERNADORIA .....	13.145.769
SEPL .....	7.249.840
SEFI .....	115.325.457
SEAD .....	8.573.165
SERH .....	12.100.816
SEAG .....	15.119.729
SEEC .....	912.547.325
SEIC .....	2.527.713
SEIN .....	8.872.443
SEJU .....	70.252.625
SESB .....	63.057.530
SESP .....	92.272.975
SETR .....	3.382.770
AGE .....	249.743.340
IPE .....	11.777.240
SUCEPAR .....	739.332
DIOE .....	3.337.483
IAM .....	5.107.944
IBPT .....	7.396.127
IPM .....	634.365
PMEP .....	277.408.903
DER .....	75.164.657
<b>T O T A L .....</b>	<b>1.955.737.555</b>

### 11. OUTROS ESTUDOS E MEDIDAS RELEVANTES PARA O SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS HUMANOS E PARA O SERVIDOR

Durante o exercício recém findo, várias foram as medidas de largo alcance social para o Servidor em que a SERH esteve envolvida, destacando-se as seguintes:

— Lei 6819/76 de 19/07/76 que regulamentou a aplicação do artigo 177 — parágrafo 2.º da Constituição Federal, que concedia a estabilidade aos Professores Suplementaristas que contavam com 5 (cinco) anos de serviços prestados ao S.P.E., na data de vigência da Carta Magna.

— Decreto 2149/76 de 12/08/76 que veio dar disciplinamento à concessão e gozo da licença especial.

— Lei 6794/76 de 08/06/76 que incorpora, aos proventos do Servidor para efeito de aposentadoria, os provenientes do exercício do tempo integral e serviços extraordinários.

— Decreto 1575/76 de 05/02/76 que instituiu vantagens especiais aos integrantes da Procuradoria Geral do Estado, onde a SERH participou na elaboração e operacionalização dos dispositivos do referido Decreto.

— Decreto 1980/76 de 29/06/76 que regulamenta o pagamento de auxílio doença a herdeiros de funcionário falecido.

— Decreto 2242/76 de 09/09/76 que cria a Comissão Especial Centralizadora do Processo Administrativo de Abandono de Cargo.

## SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

### 1. CONSIDERAÇÕES

No decurso de 1976, a SESB funcionou com a nova estrutura organizacional, que foi institucionalizada pelo Decreto n.º 920, de 5 de setembro de 1975, embora a Lei de Meios do mesmo exercício, ainda não estivesse acompanhando essa nova organização, mas sim a anteriormente vigente, em Departamentos; por isso, houve necessidade de englobar certos recursos orçamentários a fim de propiciar os meios às Coordenadorias criadas e que entraram em funcionamento.

Sem dúvida, a instalação e o funcionamento das Coordenadorias, criadas pelo referido Decreto, foi a tarefa mais importante e valiosa da SESB em 1976. Embora esse trabalho tenha sido complexo, como, aliás, era de esperar, os resultados positivos e benéficos já se fazem sentir e, aos poucos, estará toda a Secretaria operando dentro dos objetivos da Lei 6.636.

Paralelamente a esse fato, a SESB e a SEPL, em várias oportunidades, uniram seus esforços no sentido de capacitar os decisores desta Secretaria, para o bom desempenho de suas atividades. Tal prática teve resultados inteiramente positivos, em conseqüência do aproveitamento obtido nos vários Seminários realizados, dos quais devem ser realçados os de Modernização Administrativa (em número de dois) e de Desenvolvimento de Decisores.

Afora essa medida, o G.P.S. desta Pasta montou um áudio-visual com as modificações introduzidas pelo Decreto 920/75 e fez ampla divulgação do mesmo, em todas as sedes dos 20 Distritos Sanitários, bem como, com o que a SEPL organizou, baseado na Lei 6.636/74. Essa divulgação reuniu um total de 1.140 servidores da SESB e 460 de outros órgãos públicos.

### 2. IMUNIZAÇÕES

A SESB procurou vacinar rotineiramente contra as doenças evitáveis pelas vacinas, embora não tenha havido, durante o ano, a ocorrência de epidemia de maior significação.

Dentre as imunizações, merece destaque a feita com o BCG intradérmico, contra a tuberculose; seguindo as normas técnicas e com o auxílio substancial da Divisão Nacional da Tuberculose do Ministério da Saúde, houve o prosseguimento da programação estabelecida para o Paraná, onde foram vacinadas 1.057.045 crianças de 31 dias a 14 anos de idade. Deve ser feita

uma consignação especial à ausência, praticamente total, de reações indesejáveis com o BCG aplicado.

### **3. NOVAS UNIDADES SANITARIAS**

Para o razoável atendimento das nossas populações, há necessidade de contar a SESB com maior número de Unidades Sanitárias, mormente em prédios próprios, pois os alugados ou cedidos, geralmente não preenchem as condições necessárias para o bom funcionamento dos serviços.

Dai, a elaboração de inúmeros convênios, durante o ano, com as respectivas Prefeituras Municipais, para a construção conjunta de prédios que sediam ou sediarão em breve as U.S.

Por suas áreas de construção e pela importância de suas localizações, as obras de maior destaque são as seguintes:

1. Centro de Saúde de Foz do Iguaçu;
2. Centro de Saúde de Umuarama;
3. Centro de Saúde de Francisco Beltrão;
4. Centro de Saúde de Paranaguá;
5. Centro de Saúde de Cianorte.

O C.S. de Foz do Iguaçu, com área construída de 1.100 m<sup>2</sup>, está em fase final de construção, tendo sido edificada com recursos do PRODOPAR, devendo estar em funcionamento no 1.º trimestre de 1977.

### **4. AREA DE INFORMATICA E ESTATISTICA**

No Grupo de Planejamento Setorial foram centralizadas e trabalhadas todas as informações da SESB, criando-se, assim, um verdadeiro banco de dados da saúde e do bem-estar social, em íntimo relacionamento com o órgão central de estatística do Estado — o Departamento Estadual de Estatística.

Para consecução de tal objetivo, o G.P.S. tem recebido todo o apoio da Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística, inclusive com a implantação do novo modelo de declaração de óbitos, agora utilizado em todo o Estado, com a colaboração da Corregedoria Geral da Justiça e dos Cartórios de Registro Civil.

Para a melhoria da coleta dos dados estatísticos, foi realizado um Curso para Auxiliares de Estatística, os quais estão em trabalho nas sedes dos 20 Distritos Sanitários. Todas essas medidas foram tomadas graças a um Convênio firmado entre a SESB e a SUDESUL, mediante o qual esta Secretaria recebeu o auxílio de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para a execução do projeto que foi montado.

O apoio técnico do Escritório da Região Sul da Organização Pan-Americana da Saúde também tem sido significativo.

### **5. PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 1977**

Pela primeira vez na história da Secretaria, houve a participação ativa de todos os Chefes de Serviços na elaboração do orçamento-programa para 1977, após várias palestras proferidas por técnicos da COP/SEPL.

Ficou claro que sem programas bem delineados, não haveria possibilidade de fluxo de recursos orçamentários, o que provocou um trabalho técnico de todos os interessados e que, espera-se, seja melhorado de ano para ano.

Com essa tomada de consciência, deverá haver maior e melhor participação de todos em proveito da própria SESB.

#### **6. PREPARO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

Através da Coordenadoria de Orientação à Comunidade (C.O.C.), a SESB levou a efeito um amplo programa, visando principalmente o aproveitamento de elementos da comunidade no sentido da colaboração nas tarefas no campo da saúde e do bem-estar social, orientando as lideranças comunitárias, sobre os meios de defesa da saúde.

A Escola de Saúde Pública, através de 63 cursos ministrados, habilitou 1.619 pessoas, devendo ser esclarecido que 53 desses cursos foram realizados em municípios do interior; a Escola de Auxiliares de Enfermagem "Dr. Caetano Munhoz da Rocha" formou 43 auxiliares de enfermagem; a divulgação e educação sanitárias concentraram seus maiores esforços na divulgação das campanhas de vacinação em todo o território estadual.

#### **7. SANEAMENTO DO MEIO**

Sendo fundamental para o êxito desse trabalho, o bom preparo do pessoal ligado ao assunto, foi preocupação da SESB reciclar os Inspetores e Agentes de Saneamento das áreas distritais.

Além disso, em 1976 a SESB ficou com o encargo de controlar a iodação do sal nas refinarias e a nível de consumidor, atividade que era da competência de órgão do Ministério da Saúde.

O controle das águas de piscinas e a "operação praia" nas temporadas de verão, foram atividades que se constituíram em grande benefício às comunidades.

#### **8. BEM-ESTAR SOCIAL**

A SESB atua nessa área através de uma Coordenadoria (do Bem-Estar Social) e de uma Autarquia (o Instituto de Assistência ao Menor).

Como principais atividades da primeira, ressaltam: ação assistencial comunitária (acordos e contratos de ajuda técnico-financeira a Entidades Sociais que prestam serviços de bem-estar social à comunidade); ação assistencial imediata e preventiva (através do atendimento direto a pessoas desprovidas de recursos e provindas de todas as partes do Estado e/ou do País e o encaminhamento conseqüente); ação de amparo à velhice (mediante celebração de contratos e acordos, com Asilos e Albergues da Capital e do Interior); assistência ao migrante (na Capital, pela Hospedaria dos Imigrantes e, em Foz do Iguaçu, no Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes — CETREMI —, face a um convênio firmado entre a SUDESUL e o

Governo do Paraná, em decorrência das obras da Usina Hidroelétrica de Itaipu).

### 8.1 — Instituto de Assistência ao Menor

É o órgão responsável pela Política do Menor do Paraná. Teve atuação intensa e extensa, tendo desenvolvido em 1976 a sua programação, atendendo basicamente aos seguintes aspectos:

- a) Capacitação de pessoal e composição das equipes técnicas das Unidades Sociais de atendimento a menores do sexo feminino, através da execução de projetos de treinamentos e cursos e da contratação de pessoal técnico.
- b) Término da construção e equipamento do Centro de Estudo, Diagnóstico e Indicação de Tratamento — CEDIT, ala feminina.
- c) Implantação e funcionamento do CEDIT, ala feminina, com capacidade de acomodação para 140 menores.
- d) Início da construção dos Centros Integrados de Atendimento ao Menor, com capacidade para atender a 200 menores na faixa etária de pré-escolar.
- e) Início da construção da ala masculina do CEDIT, com capacidade prevista para 140 menores.
- f) Elaboração de projetos encaminhados à FUNABEM para financiamento de parte da implantação de novos CEMI's (Centro de Estudo ao Menor e Integração da Comunidade), a saber:
  - 1) CEMIC em Guaíra, para atender uma clientela de 300 crianças na faixa etária de 04 a 14 anos, atingindo aproximadamente 100 famílias;
  - 2) CEMIC em São Mateus do Sul, que deverá atender 200 menores de 0 a 18 anos, atingindo aproximadamente 67 famílias;
  - 3) CEMIC em Curitiba, para atender 400 menores de 0 a 18 anos, atingindo aproximadamente 130 famílias.

A programação dos CEMIC's desenvolve-se basicamente através das áreas de: ensino, lazer, segurança social e atendimento à família.

- g) Assessoramento quanto à elaboração dos projetos de implantação e funcionamento de entidades sociais, segundo a filosofia de atendimento do IAM, nos seguintes Municípios: Foz do Iguaçu, Cascavel, Santo Antonio da Platina, Ibaiti, Pato Branco, Guaíra, Apucarana, Rolândia, Araçongas, Campo Largo, Matinhos, Irati, Bela Vista do Paraíso, Curitiba.
- h) Atendimento direto aos menores das Unidades Sociais Oficiais com uma média anual de 2.237 menores.
- i) Atendimento direto aos menores das 100 Unidades Convenientes do IAM, com uma média anual de 5.774 menores.
- j) Atendimento indireto a 4.404 menores de Entidades Particulares, através do pagamento de serviços administrativos e da orientação técnica e supervisão das atividades.

- l) Concessão de auxílios a 1.092 menores de Unidades Oficiais e Convenientes, no valor Global de Cr\$ 226.791,00.
- m) Concessão de subvenção social a 04 Entidades, beneficiando 242 crianças.
- n) Análise das solicitações de auxílio por Entidades Sociais Particulares, objetivando selecionar as 41 atendidas pelo Governo do Estado, que cedeu auxílio no valor de Cr\$ 4.988.343,00. Foram beneficiadas 3.187 crianças das referidas Entidades.
- o) Promoção de Natal, com distribuição de presentes a 16 Entidades Sociais Oficiais e 105 Particulares, beneficiando um total de 12.415 menores.
- p) Entrosamento com o INAN no sentido de atendimento em alimentação às creches convenientes com o IAM.
- q) Acompanhamento da construção da Escola para Surdos-Mudos em área pertencente ao IAM, com recursos procedentes da Secretaria da Administração. O orçamento para a construção foi de Cr\$ 7.459.873,18 e para o equipamento foi de Cr\$ 2.237.340,00.

## 8.2 — Atendimento Hospitalar da SESB

É feito através da Fundação Hospitalar do Paraná, entidade vinculada a esta Pasta e que foi criada pela Lei n.º 5799, de 28/06/68.

Conta atualmente a F.H.P., com 18 estabelecimentos hospitalares, portanto, com um a mais que em 1975, que é o Pronto Socorro Psiquiátrico de Curitiba, possuindo 20 leitos e em funcionamento desde o início do exercício de 1976.

O número total de leitos é de 3.009, com a distribuição numérica que está em quadro anexo.

O índice de ocupação dos leitos, globalmente, atingiu 80% igualando-se, assim, ao do ano anterior (1975); estiveram, em média, ocupados 2.358 leitos dos 3.009 existentes.

Por ser a rede nosocomial da F.H.P. constituída, na sua grande maioria, por prédios de construção muito antiga, alguns com mais de meio século, é óbvio que as condições de conservação deixam muito a desejar, com os sistemas hidráulicos, elétrico e rede de esgotos necessitando urgente e total renovação, a par de setores auxiliares obsoletos e desgastados pelo uso.

Esses fatos levam a despesas enormes de conservação, nem sempre compensadoras.

Apesar disso, o Hospital de Crianças "Cesar Pernetá", em Curitiba, está servindo como Residência Médica para as especialidades de Ortopedia e Traumatologia, Cirurgia Infantil e Pediatria, o que bem demonstra o gabarito do atendimento nosocomial da F.H.P.

## 9. PRODOPAR (Programa Especial de Desenvolvimento do Oeste do Paraná)

Em conseqüência da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, no Rio Paraná, iniciativa conjunta dos Governos do Paraguai e do Brasil, a Pre-

sidência da República no nosso país criou o PRODOPAR, que é um programa específico para atendimento dos problemas de toda a região de influência da citada construção, cujos recursos alcançam no período 1975-1979, o montante de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), a cargo do Governo Federal, além de cerca de Cr\$ 730.000.000,00 (setecentos e trinta milhões de cruzeiros), a serem aplicados pelo Governo do Paraná e Municípios daquela região.

No Setor Saúde, o programa inclui: a profilaxia e vigilância sanitária, a cargo da SUCAM, órgão do Ministério da Saúde; medicina preventiva e promocional, de responsabilidade da SESB; atendimento hospitalar, a ser realizado através de convênios entre o INPS e a rede hospitalar privada para previdenciários e pela SESB, com a participação do Governo Federal, para os demais pacientes, prevendo-se a construção de um hospital regional para 150 leitos em Cascavel e o aumento de 100 leitos na Santa Casa de "Monsenhor Guilherme", em Foz do Iguaçu.

No que toca à SESB, foi estabelecida a seguinte programação com os recursos do PRODOPAR:

- a) para execução do programa de Medicina Preventiva e Promocional será construído um Centro de Saúde em Foz do Iguaçu, com área de aproximadamente 1.020 m<sup>2</sup>, em terreno que já foi doado pela Prefeitura Municipal local (Lei Municipal n.º 859, de 27/10/75 e Decreto Municipal n.º 1741, de 14/11/75), sendo que os recursos totais são de Cr\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil cruzeiros).
- b) para o atendimento hospitalar, os recursos totais de Cr\$ 14.700.000,00 (quatorze milhões e setecentos mil cruzeiros) foram divididos em duas partes:
  - 1) no aumento de 100 leitos na Santa Casa de "Monsenhor Guilherme", em Foz do Iguaçu, o PRODOPAR aplicará Cr\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil cruzeiros).
  - 2) na construção de um Hospital Regional, em Cascavel, com área aproximada de 8.976 m<sup>2</sup>, serão aplicados Cr\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil cruzeiros).

No ano de 1976, o Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado, visitando a obra de Itaipu, juntamente com a sua cúpula de trabalho e com técnicos da SESB e seu Secretário, decidiu criar um Grupo de Trabalho com o objetivo de ser formulada a Política de Saúde para aquela Região; de tal Grupo fazem parte o Diretor Geral da SESB e o Chefe do G.P.S. da SESB.

Os estudos estão se desenvolvendo e deverão estar concluídos em breve.

## 10. CONVÊNIO SESB/INAN

O Governo do Paraná, por esta Secretaria de Estado e o Ministério da Saúde, pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN, mantiveram um Convênio para a execução do Programa de Nutrição em Saúde — PNS/PR.

Em 1976, no mês de março, foi estabelecida a programação para o exercício visando dar atendimento a uma população de 65.757 pessoas, distribuídas em 39 municípios, inclusive Curitiba.

O objetivo geral do PNS/PR é promover a melhoria do estado nutricional de gestantes, nutrizes e crianças menores de 6 anos.

Além disso, a Coordenação do PNS/PR ficou responsável pelo movimento de estoque de alimentos fornecidos pelo INAN ao CETREMI de Foz do Iguaçu e à chamada "Operação Emergência", que foi iniciada em 1975, por ocasião das calamidades ocorridas no Paraná, conseqüentes às geadas, nevasdas, chuvas, enchentes e incêndios.

## 11. PROGRAMA MATERNO-INFANTIL

O objetivo principal do Programa é contribuir para a redução da morbidade, por causas evitáveis, do grupo materno-infantil; melhorar o seu nível de saúde biofísico-social, com prioridade das gestantes, mulheres em idade fértil, crianças menores de 1 ano e de 1 a 6 anos.

Graças ao Convênio estabelecido entre a SESB e o Ministério da Saúde, através da Coordenadoria de Proteção Materno-Infantil, recursos continuaram a ser fornecidos pelo Ministério para o bom desenvolvimento do Programa no Paraná; entretanto, um dos obstáculos a vencer é o referente aos recursos humanos, deficientes quantitativa e qualitativamente.

Por isso, em 1976, foi realizado um grande esforço no Programa, no sentido da capacitação de recursos humanos, através de Seminários, Cursos e Treinamentos, cujos resultados constam das tabelas anexas.

Visando o melhor e mais completo atendimento da clientela no PNS/PR e no CPMI/PR, está havendo um acoplamento de ambos os Programas, a fim de que em 1977, os trabalhos se concretizem nos mesmos municípios, já que um é verdadeiro complemento do outro. Com tal prática, evitar-se-á a dispersão de recursos e o mais completo atendimento às gestantes, nutrizes e crianças menores de 6 anos de idade.

## 12. QUADROS DEMONSTRATIVOS

### 12.1 Distribuição dos leitos da Fundação Hospitalar do Paraná — 1976

Nosocômios	Número de leitos
Hospital Colônia São Roque .....	743
Hospital Colônia Adauto Botelho .....	600
Sanatório São Sebastião .....	400
Sanatório Noel Nutels .....	253
Hospital de Crianças César Pernetá .....	176
Sanatório Médico Cirúrgico do Portão .....	140
Hospital Carolina Lupion .....	108
Hospital Oswaldo Cruz .....	83

Hospital Luiza Borba Carneiro .....	80
Hospital Infantil Getúlio Vargas .....	78
Hospital Sílvio B. Linhares .....	78
Hospital Infantil Antonio Fontes .....	63
Hospital Victor do Amaral .....	47
Hospital Bom Jesus .....	53
Hospital Hipólito e Amélia Alves D'Araújo .....	34
Hospital São Lucas .....	30
Casa do Paraplégico .....	23
Pronto Socorro Psiquiátrico .....	20
<b>T O T A L .....</b>	<b>3.009</b>

## 12.2 Distribuição dos pacientes / dia nos hospitais da F.H.P. — 1976

<b>Nosocômios</b>	<b>Pacientes/Dia</b>
Hospital Colônia São Roque .....	252.002
Hospital Colônia Aduino Botelho .....	191.431
Sanatório São Sebastião .....	108.337
Sanatório Noel Nutels .....	55.347
Hospital de Crianças César Pernetta .....	47.508
Sanatório Médico-Cirúrgico do Portão .....	31.598
Hospital Carolina Lupion .....	31.832
Hospital Oswaldo Cruz .....	19.002
Hospital Luiza Borba Carneiro .....	24.621
Hospital Infantil Getúlio Vargas .....	23.104
Hospital Sílvio B. Linhares .....	20.552
Hospital Infantil Antonio Fontes .....	14.384
Hospital Victor do Amaral .....	11.254
Hospital Bom Jesus .....	16.226
Hospital Hipólito e Amélia Alves D'Araújo .....	7.040
Hospital São Lucas .....	3.500
Casa do Paraplégico .....	7.378
Pronto Socorro Psiquiátrico .....	2.574

## 12.3 Principais atividades técnicas e médicas nos hospitais da F.H.P. — 1976

Intervenções cirúrgicas .....	5.002
Intervenções obstétricas .....	3.133
Atendimentos ambulatoriais .....	69.637
Exames radiológicos .....	12.771
Exames laboratoriais .....	74.954
Atendimentos odontológicos .....	13.550

**12.4 Resumo dos atendimentos feitos através do Instituto de Assistência ao Menor — 1976**

	Atend. direto	Atend. indireto	Atend. por meio de auxílios	Total
Unidades Sociais Convenientes .....	5.774	4.404	792	10.970
Unidades Sociais Oficiais .....	2.237	—	300	2.537
Subvenções Sociais .....	—	—	242	242
Auxílios Governador .....	—	—	2.601	2.601
<b>TOTAL</b> .....	<b>8.011</b>	<b>4.404</b>	<b>3.935</b>	<b>16.350</b>

**12.5 Entidades Sociais que mantêm acordos para ajuda técnica e financeira com a SESB — 1976**

Nome	Capital	Interior	Número total de leitos
Albergues .....	3	14	1.050
Abrigos .....	3	37	2.024
Entidades Assistenciais e Promocionais	38	35	—
<b>TOTAL</b> .....	<b>44</b>	<b>86</b>	<b>3.079</b>

**12.6 Receita arrecadada e transferida pela Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais — FIDES — 1976**

Origem da receita	Arrecadação em Cr\$	Transferências	
		Entidades beneficiadas	Valor em Cr\$
Loteria Estadual .....	7.632.342,42	FIDES	1.526.468,49
		IAM	6.105.873,93
Transportes .....	8.414.410,81	FIDES	5.469.367,06
		IAM	2.945.043,75
Doações .....	533.369,07	FIDES	357.357,27
		IAM	176.011,80
Juros .....	2.719.394,27	FIDES	2.719.394,27
Alienação de Bens Móveis .....	—	FIDES	8.205,00
<b>TOTAL</b> .....			<b>19.307.721,57</b>

**12.7 Atividades médicas, odontológicas, de enfermagem e de laboratório — 1976**

Consultas médicas nos ambulatórios de saúde mental .....	—	44.890
Consultas médicas:		
— a gestantes .....	—	65.966
— a infantes .....	—	125.279
— a crianças (1 a 14 anos) .....	—	294.638
— a adultos .....	—	480.934
Atendimentos odontológicos .....	—	302.652
Exodontias .....	—	315.893
Restaurações .....	—	104.621
Radiografias dentárias .....	—	1.067
Leite em pó distribuído (em quilos) .....	—	102.666
Número de pessoas imunizadas: Anti-tuberculose .....	—	1.057.045
— Anti-poliomielítica .....	—	1.199.374
— Tríplice — 3. <sup>a</sup> dose .....	—	61.760
— Tríplice — reforço .....	—	32.019
— Dupla — 3. <sup>a</sup> dose .....	—	16.781
— Dupla — reforço .....	—	9.444
— Anti-tetânica — 3. <sup>a</sup> dose .....	—	10.509
— Anti-tetânica — reforço .....	—	5.281
— Anti-variólica — primo vacinação .....	—	132.880
— Anti-variólica — revacinação .....	—	532.534
— Anti-sarampo .....	—	496.753
— Anti-tifoídica .....	—	9.032
— Anti-meningocócica .....	—	719.200
Total de exames de laboratório .....	—	250.298
Números de consultas para prevenção do câncer .....	—	768

**12.8 Atividades principais de fiscalização do exercício profissional — 1976**

Diplomas registrados:		
— médicos .....		436
— enfermeiras .....		65
— fisioterapeuta .....		3
— médicos veterinários .....		1
— dentistas .....		203
— bioquímicos .....		130
Renovações de licenças:		
— farmácias .....		926
— gabinetes odontológicos .....		505
— consultórios médicos .....		218
Processos informados .....		3.995

## 12.9 Atividades de combate à tuberculose e à hanseníase — 1976

### Tuberculose

— BCG intradérmica aplicada .....	—	1.057.045
— PPD aplicado .....	—	22.304
— Doentes novos inscritos .....	—	2.095
— Total de pacientes que obtiveram alta .....	—	3.374
— Abreugrafias realizadas .....	—	697.513

### Hanseníase

— Doentes novos inscritos .....	—	723
— Doentes cancelados .....	—	486
— Exames de laboratório realizados .....	—	1.443

## 12.10 Número de casos de doenças sob vigilância epidemiológica — 1976

Sarampo .....	—	4.205
Varíola .....	—	—
Difteria .....	—	365
Febre tifóide .....	—	73
Poliomielite .....	—	111
Meningite meningocócica .....	—	790
Outras meningites .....	—	1.083

## 12.11 Cursos realizados pela Coordenadoria de Orientação à Comunidade — 1976

Nome	Nível	N.º de cursos	N.º de alunos
Psiquiatria Básica .....	Superior	1	33
Auxiliar de Enfermagem .....	Médio	2	43
Educador Sanitário .....	Médio	1	14
Inspetor de Saneamento .....	Médio	1	33
Auxiliar de Laboratório .....	Médio	1	17
Auxiliar de Estatística .....	Médio	1	23
Socorrista Escolar .....	Médio	4	98
Promotor de Saúde .....	Elementar	1	68
Orientador Clube de Mães .....	Elementar	1	57
Auxiliar de Serviços Médicos .....	Elementar	1	15
Atendente Hospitalar .....	Elementar	1	16
Prevenção do Câncer Ginecológico ....	Elementar	1	29
Socorrista Rural .....	Elementar	49	1.216
<b>TOTAL</b> .....	—	<b>63</b>	<b>1.619</b>

## 12.12 Atividades de Educação Sanitária — 1976

Palestras com líderes comunitários .....	1.222
Palestras em escolas .....	546
Palestras em empresas .....	19
Entrevistas domiciliares .....	225
Projeções realizadas .....	351

## 12.13 Treinamento de recursos humanos para o Programa Materno-Infantil — 1976

<b>Pessoal Treinado</b>	<b>Metas</b>	<b>Alcançado</b>
Médicos .....	53	50
Enfermeiros .....	9	9
Odontólogos .....	20	17
Assistentes Sociais .....	9	4
Técnicos de Enfermagem Promotoras de Saúde ..	45	68
Atendente de Enfermagem .....	44	105
Orientadoras de Clube de Mães .....	32	57
Curiosas .....	350	948
Voluntárias para visitas domiciliares .....	100	48
<b>TOTAL</b> .....	<b>662</b>	<b>1.308</b>

## 12.14 Auxílios concedidos a entidades sociais e outras, através da FIDES — 1976

Foram beneficiadas 202 entidades do Estado; o valor global dos auxílios concedidos totalizou Cr\$ 4.697.823,62 (Quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e três cruzeiros e sessenta e dois centavos).

## **INTERIOR — HABITAÇÃO POPULAR**

### **1. CONSIDERAÇÕES**

Partindo da filosofia de que o maior investimento que um governo pode fazer é o de dar condições de vida digna ao homem, o Governo do Estado, através da COHAPAR, programou seu Plano de Obras para 1976, objetivando a implantação gradual do Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP-PR.

O programa visa beneficiar a população na faixa de renda entre zero e cinco salários mínimos, na aquisição da moradia própria e o desfavelamento de áreas urbanas, através da implantação de programa de lotes urbanizados.

Assim, o PLANHAP/PR., desenvolve dois significativos projetos: Núcleos Habitacionais e Lotes Urbanizados.

### **2. NÚCLEOS HABITACIONAIS**

#### **2.1 — Núcleos Projetados**

Visando o desenvolvimento do PLANHAP/PR., no período histórico considerado foram elaborados projetos técnicos de engenharia de 11 Núcleos Habitacionais, somando 3.856 casas cuja área atingiu a cifra de 139.836 m<sup>2</sup>.

#### **2.2 — Núcleos em Construção**

Consoante os projetos definidos e homologados pelo B.N.H. e no sentido de atender à demanda do Estado, a expansão do programa processou-se através da construção de 12 núcleos habitacionais, totalizando 1.101 casas e área construída de 45.680 m<sup>2</sup>.

#### **2.3 — Núcleos Concluídos**

Dos 12 Núcleos em construção, 7 deles, somando 648 unidades e área edificada abrangendo 26.702 m<sup>2</sup>, foram concluídos e comercializados no exercício de 1976.

#### **2.4 — Obras de Infra-estrutura**

Considerando que os empreendimentos habitacionais financiados pelo PLANHAP devem ser dotados obrigatoriamente de obras e serviços de infra-es-

estrutura física, água, esgoto, galerias de águas pluviais, pavimentação, rede de distribuição de energia elétrica, foram executadas e concluídas 4 obras, com investimento realizado de Cr\$ 9.639.931,00.

### 3. LOTES URBANIZADOS

#### 3.1 — Levantamentos Sócio-Econômicos

Objetivando integrar aos padrões de vida urbana, populações de baixa renda que ocupam aglomerados de favelas e sub-habitações, foram promovidos levantamentos de dados básicos em 40 municípios do Estado, visando o desenvolvimento do projeto de implantação de lotes urbanizados e respectiva comercialização.

A estimativa da existência de barracos atinge a cifra de 7.250 unidades, abrangendo uma população de 36.250 favelados.

#### 3.2 — Programas de Financiamento

Para o exercício de 1976, foi programada a implantação de 472 lotes urbanizados, atendendo 2 cidades paranaenses, com investimento previsto de 30.451.20 U.P.C.

### 4. AQUISIÇÃO DE TERRENOS

Ainda em cumprimento do programa de construção de núcleos habitacionais, a COHAPAR firmou, em 1976, contratos para aquisição de duas áreas de terreno destinadas à implantação de 1953 unidades habitacionais.

Assim, face ao elevado processo do crescimento das concentrações urbanas, foi adquirida uma área na cidade de Ponta Grossa, medindo 727.234 m<sup>2</sup>, para construção de 1.467 habitações e outra em Cascavel, totalizando 242.000 m<sup>2</sup> e destinada à implantação de núcleo habitacional com 486 moradias.

Dos Cr\$ 133.641.731,82 aplicados, Cr\$ 100.235.970,00 foram investidos na aquisição do imóvel localizado em Ponta Grossa e Cr\$ 33.405.761,82 na compra do terreno de Cascavel.

### 5. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O rendimento das atividades da COHAPAR durante o exercício de 1976, em relação a igual período de 1975, bastante significativo, apresenta-se conforme indicadores abaixo:

N.º	DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO		VARIAÇÃO PERCENTUAL
		1975	1976	
1	<b>Núcleos Habitacionais Projetados</b>			
1.1	— Quantidade .....	7		11
1.2	— Número de Casas .....	705	3.856	+ 57,10%

<b>2 Núcleos Habitacionais em Construção</b>			
2.1 — Quantidade .....	7	12	+ 71,40%
2.2 — Número de Casas .....	785	1.101	
<b>3 Núcleos Habitacionais Construídos</b>			
3.1 — Quantidade .....	—	7	—
3.2 — Número de Casas .....	—	648	—
<b>4 Obras de Infra-estrutura</b>			
4.1 — Quantidade .....	—	4	—
4.2 — Investimento .....	—	9.639.931,00	—
<b>5 Aquisição de Terrenos</b>			
5.1 — Quantidade .....	—	2	—
5.2 — Investimento .....	—	133.641.731,82	—

## **II — CAMPO ECONÔMICO**

## **AGRICULTURA**

### **1. CONSIDERAÇÕES**

O ano de 1976, no âmbito da Secretaria da Agricultura e suas sete entidades vinculadas, foi o ano da consolidação da Reforma Administrativa, preconizada pela Lei 6636.

Como resultante imediata dessa modernização da política administrativa, a Secretaria da Agricultura efetuou a interiorização dessa política, criando 14 Núcleos Regionais, cujas sedes se encontram exatamente nas cidades-pólo de importantes regiões sócio-econômicas no contexto estadual.

Dessa forma, toda a programação da Secretaria da Agricultura para o exercício de 1976 foi regionalizada e dividida por Núcleos Regionais, que são os instrumentos encarregados de operacionalizar esta programação. Além disso, o Núcleo Regional atua também como um elemento de articulação das atividades das próprias entidades vinculadas em sua região.

Operando com a mesma estrutura existente na sede, inclusive com os serviços de apoio e sustentação para finanças, planejamento e administração, o Núcleo Regional foi definido como uma autêntica mini-secretaria, onde a pessoa de seu chefe funciona como um representante pessoal do Secretário, investido da autoridade para resolver e dar encaminhamento a todos os problemas a nível da região, só recorrendo à sede em casos de extrema necessidade.

Além disso, o Núcleo Regional atua com equipes próprias nos serviços de fiscalização de recursos naturais renováveis, defesa sanitária vegetal e defesa sanitária animal, em seus vários subprojetos e campanhas.

Estas atividades foram realizadas tanto pela administração direta como pela indireta (entidades vinculadas), que em última análise, realizam toda a programação colocada pela sede com vistas ao crescimento da produção e da produtividade do sistema agropecuário paranaense. As entidades vinculadas à Secretaria da Agricultura são:

Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR

Associação de Crédito e Assistência Rural — ACARPA

Companhia Agropecuária de Fomento Econômico — CAFE-PR

Companhia Paranaense de Silos e Armazens — COPASA

Fundação Instituto de Terras e Cartografia — FITC

Centrais de Abastecimento S/A — CEASA — PR

Serviço do Acordo de Classificação — SAC

Estes órgãos, que funcionam com as características de empresas, cumprem as funções delegadas pela Secretaria da Agricultura, acompanhados em sua operacionalidade pelo Departamento de Produtividade da Pasta. Os demais departamentos — Economia Rural e Fiscalização — são também componentes importantes no processo, pois desempenham atividades específicas. O primeiro, por exemplo, é o responsável pelos estudos econômicos das várias culturas, com os cálculos dos custos da produção, que vão desde a mão-de-obra, até defensivos, herbicidas e fertilizantes, ou mesmo, a mecanização, escoamento, armazenamento etc.

Por sua vez o Departamento de Fiscalização executa as funções indelegáveis da Secretaria da Agricultura, atuando nos setores de Defesa Vegetal (sementes, defensivos agrícolas, cancro cítrico); Defesa Animal (Aftosa, brucelose, raiva canina e de herbívoros); Recursos Naturais Renováveis (Caça, Pesca e Floresta); e Cooperativismo.

## 2. PESQUISA

Toda pesquisa agropecuária desenvolvida sob o patrocínio financeiro do Governo do Estado está centralizada desde 1974 no Instituto Agrônomo do Paraná, que desenvolve uma série de programas cujo objetivo específico é indicar variedades resistentes e/ou tolerantes a pragas e doenças, produzir sementes básicas para multiplicação, colocando afinal o avanço tecnológico a serviço do crescimento dos índices de produção e produtividade da Agricultura paranaense.

Os programas em andamento no IAPAR são os seguintes:

- Algodão
- Café
- Soja
- Trigo
- Milho/sorgo
- Arroz
- Feijão
- Fruticultura
- Pecuária de corte e leite
- Suinocultura
- Sementes, área básica
- Recursos Naturais Renováveis

As pesquisas são realizadas nos laboratórios da entidade em Londrina e os experimentos práticos conduzidos em seu próprio campo e também nos 19 Centros de Produção e Experimentação, espalhados pelo Estado, além de 40 ensaios em propriedades particulares. A despeito de ser a entidade de pesquisas agropecuárias mais recente a funcionar no Brasil, o Iapar já é uma das mais conceituadas, possuindo em sua estrutura de pessoal, vários pesquisadores de renome internacional, especificamente nos setores de soja, feijão e arroz.

### 3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Associação de Crédito e Assistência Rural (ACARPA) é a executora estadual da política de assistência técnica e crédito orientado, encarregando-se de transferir a tecnologia gerada pela pesquisa, diretamente para os produtores rurais. No sentido de acelerar este processo, a ACARPA teve em 1976 um orçamento de quase 100 milhões de cruzeiros, que lhe permitiu atender mais de 180 mil produtores, com sua rede de escritórios abrangendo 232 municípios do Estado. De pouco mais de 300 técnicos que possuía em 1975, a ACARPA contou em 1976 com 678, devendo incrementar mais esse contingente para o próximo exercício, para 718 técnicos. São agrônomos, veterinários e extensionistas domésticos, cuja missão principal consiste em auxiliar pessoalmente o agricultor, ensinando-lhe novas técnicas de cultivo e manejo, além de noções básicas de saúde, higiene e bem-estar social.

No programa geral da ACARPA, destacaram-se em 1976, os concursos de produtividade lançados em milho e algodão, para estimular estas atividades nas regiões Sudoeste e Norte do Estado. Técnicos da entidade realizaram também centenas de cursos de mecanização, para formação de mão-de-obra especializada para o setor, dado o crescimento do número de máquinas agrícolas no Estado (hoje calculado em 70 mil) e visando também a introdução de práticas conservacionistas. Outra atividade desenvolvida pelos técnicos de campo do órgão, foram as vistorias para efeito de PROAGRO, quando de intempéries comuns no Estado do Paraná (chuvas, ventos, geadas e granizo). Além disso a ACARPA acompanhou de perto centenas de campos de experimentação nos principais produtos para a agricultura paranaense, introduzindo novas técnicas e auxiliando o produtor rural a aumentar sua renda mediante uma agricultura mais racionalizada.

Além disso, a ACARPA é também a coordenadora a nível estadual do Programa Integrado de Conservação de Solos (PROICS), lançado em 1976 pela Secretaria da Agricultura e que pretende introduzir práticas conservacionistas em 90 municípios do Estado, até 1978.

No plano da pecuária (leite e corte), também a ACARPA desenvolve programação específica visando o crescimento em bases econômicas da atividade. Com a instituição da Feira de Bezerros, a prestação de assistência técnica às exposições pecuárias realizadas no Estado e colaborando na condução das Provas de Ganho de Pesos instituídas pelo IAPAR, em Paranavaí, a ACARPA tem marcado a sua presença nesse importante setor da economia interna, no Paraná. Ainda no setor de pecuária, técnicos acarpeanos vêm desenvolvendo um programa de introdução de melhoramento genético no rebanho de leite do Estado, com a importação de duas mil bezerras recriadas no Canadá (Holstein preto-e-branco), que deverão servir, a curto prazo, como matrizes de animais de invejável patrimônio genético, para melhorar o padrão do rebanho do leite paranaense. O programa de importação vai até o final de 1978 e os animais serão vendidos a pecuaristas selecionados pelo órgão governamental, de acordo com as suas potencialidades econômicas.

#### 4. FOMENTO ECONÔMICO

A Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFE do Paraná — é responsável pela mecanização pioneira em regiões carentes, pelo fornecimento de insumos básicos para a agricultura e também pela manutenção de vários campos de cooperação para a produção de sementes com garantia de germinação, para as culturas mais importantes do Estado. A atuação do CAFE do Paraná se fez sentir no ano de 1976, quando da importação de 280 mil sacas de sementes de trigo do México, das variedades Tanori, Jupateco e Inia, para garantir o plantio nas regiões Norte e Oeste do Estado, especialmente.

A forte geada de 1975 frustrou quase 70 por cento da safra de trigo e como consequência direta disso, renunciava-se a carência de sementes para o próximo plantio. A SEAG movimentou-se através de sua vinculada, as sementes foram adquiridas no México e o seu plantio proporcionou resultados excelentes, com a produtividade alcançando níveis superiores a 2 mil quilos por hectare. Para a safra de 1977, cerca de 25 por cento da área plantada será com sementes mexicanas, novamente importadas ou multiplicadas em nosso Estado.

Além das atividades normais da empresa, como fornecimento de mecanização agrícola pioneira e em caráter supletivo, a comercialização de insumos básicos, sementes de soja, feijão, arroz, trigo e algodão, entre outros a CAFE também colaborou efetivamente na condução de cursos de mecanização, visando a formação de novos contingentes de tratoristas e mecânicos, para enfrentar a oferta cada vez maior de empregos nos meios rurais.

Outra participação da CAFE para o desenvolvimento da agropecuária do Estado foi a oficialização do contrato de importação de bezerras canadenses, em nome do Governo do Paraná. O rebanho do Paraná é superior a 6 milhões de cabeças, mas sua grande maioria se destina ao corte ou tem dupla aptidão. Apenas uma ínfima parcela se destina à produção de leite.

Considerando-se os múltiplos problemas da pecuária leiteira e a necessidade de tornar o Estado auto-suficiente na produção de leite e, sobretudo, da elevação do consumo "per capita" ainda muito baixo entre nossa população, decidiu o Governo importar animais de reconhecido patrimônio genético, para a melhoria dos padrões zootécnicos do rebanho.

Depois de uma série de acurados estudos técnicos, com a participação de representantes da CAFE do Paraná e ACARPA e também da Associação Paranaense dos Criadores de Bovinos, foi determinada a importação de duas mil bezerras do Canadá, com idade não superior a 8 meses de idade. Cerca de 400 destas bezerras já se encontram em território paranaense, das quais, 300 em período de pré-imunização, no Parque Castelo Branco, em Curitiba e as demais já revendidas a pecuaristas de várias regiões. O programa de importações deverá estender-se até o final do ano de 1978.

Repetindo a operação do ano passado, a CAFE do Paraná importou em 1976, em operação conjunta com três cooperativas centrais, 80 mil sacas de sementes mexicanas, as quais colocará em comercialização a partir de 15 de março a fim de garantir o plantio destas variedades nas regiões Norte e Oeste do Estado, ao lado das 50 mil sacas que a própria empresa se encarregou de

multiplicar na safra passada. Ao todo, a CAFE do Paraná colocará à disposição dos tricultores do Estado 210 mil sacas de sementes de trigo, entre as variedades mexicanas e nacionais de melhor comportamento. Esta quantidade, aliada à disponibilidade das cooperativas e do comércio especializado, indica que a área coberta por trigo este ano no Paraná não será inferior à safra passada.

## **5. CONSERVAÇÃO DE SOLOS**

O Programa Integrado de Conservação de Solos (PROICS) pode ser considerado o de maior envergadura e relevância para o futuro da agropecuária paranaense que dependerá, daqui em diante e sempre mais, da fertilidade de seus solos. Este programa visa essencialmente conservar esta riqueza, com a contenção do processo de erosão nas zonas rurais, mormente na região do Arenito Caiuá.

O PROICS significa uma resposta paranaense ao Programa Nacional de Conservação de Solos (PNCS), lançado pelo Ministro Alysso Paulinelli, em Campo Mourão, em setembro de 1976. Com seu programa estadual o Paraná espera introduzir práticas conservacionistas em 90 municípios, até 1978.

## **6. PRODUTIVIDADE**

Como é do conhecimento geral, o Paraná já atingiu praticamente toda a sua fronteira agrícola. Estima-se em 1 milhão de hectares, a se incorporar ao nosso processo produtivo do setor primário. Logo, se desejarmos aumentar quantitativamente a produção paranaense, não podemos esperar apenas um considerável aumento da área do plantio. É necessário, sobretudo, aumentar os índices de produtividade por unidade agrária cultivada, ou seja: colher mais na mesma área hoje à disposição dos produtos agrícolas.

Tanto o Governo Federal como o Governo do Estado, através de créditos estimulantes e principalmente por sua atuação nos setores de pesquisa e assistência técnica, se voltam decididamente para o aumento da produtividade. Sob esse ponto de vista a Secretaria da Agricultura achou que o nosso agricultor precisa de um estímulo a mais para engajar-se nesta luta por maiores e melhores produções. Por isto, a Secretaria lançou duas campanhas de produtividade: milho e algodão, que se baseiam na atribuição de prêmios aos lavradores classificados em concurso de competição, supervisionado pela assistência técnica. Os vencedores receberão tratores e outros prêmios. O concurso de produtividade em milho envolve municípios da região Sudoeste e o de algodão, municípios do Norte Pioneiro, Norte Novo e Noroeste.

## **7. COOPERATIVISMO**

Um dos principais suportes do desenvolvimento econômico do setor agrícola é incontestavelmente, o cooperativismo. Daí constar do documento "Objetivos e Metas de Desenvolvimento", do atual Governo, como um dos setores que precisam ser fortalecidos cada vez mais. A Secretaria da Agricultura, como órgão do Governo do Estado encarregado da promoção coopera-

tivista, tem dedicado bastante esforço nesse sentido. Como um dos principais resultados de sua ação, podemos citar a formação da COTRIGUAÇU, uma central que reúne as oito maiores cooperativas da região Oeste e que controla cerca de 40 por cento da produção de soja e trigo no Paraná. O dinamismo dessa nova organização cooperativista pode ser medido pelo fato de ter realizado uma operação de venda da próxima safra, em conjunto com a COBEC, para o Mercado Comum Europeu. O Governo está também interessado na formação de mais uma grande central de cooperativas, envolvendo as que constituem o convênio Coopersul. Ainda nesse setor pode ser citado, também, o esforço governamental no sentido de facilitar a formação de uma empresa binacional para processamento de soja, em regime de "joint venture", com a participação de um grupo de cooperativas paranaenses e similares da região Sul da Alemanha Ocidental. A capacidade anual desta agroindústria está estimada em 500 mil toneladas por ano.

## 8. CANCRO CÍTRICO

Uma nova opção está sendo aberta para o agricultor paranaense: a citricultura. Contudo, enquanto existir no Estado um foco de cancro cítrico, esta atividade é inviável. Por isso, a Secretaria da Agricultura executa a campanha de Erradicação do Cancro Cítrico, sob a supervisão da Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico (CANECC), órgão do Ministério da Agricultura, para efetuar a erradicação até 1979. Uma verba de 50 milhões de cruzeiros e 400 homens estão envolvidos no trabalho, que nos primeiros oito meses de funcionamento já erradicou 650 mil plantas cítricas na região Norte do Estado. Segundo depoimento do coordenador geral da CANECC, agrônomo Ferraz de Oliveira, o Paraná encontra-se bastante adiantado em relação à campanha de erradicação, tendo em vista o trabalho efetuado em São Paulo e Mato Grosso, os outros Estados abrangidos pela iniciativa oficial. Após a erradicação do último foco e com as conseqüentes reinspeções de áreas dentro de poucos anos o Paraná poderá voltar a possuir uma citricultura conduzida em bases verdadeiramente racionais e econômicas.

## 9. FISCALIZAÇÃO

O Departamento de Fiscalização se subdivide em quatro coordenadorias que, por sua vez, em vários subprojetos e campanhas, realizam as atividades indelegáveis da Secretaria da Agricultura: Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal (campanha de vacinação antiaftosa, brucelose, raiva canina e dos herbívoros); Defesa Sanitária Vegetal (campanha de erradicação do cancro cítrico, fiscalização de sementes, fertilizantes); e Defesa dos Recursos Naturais Renováveis (caça, pesca e floresta). Equipes de campo de todos os programas da Secretaria têm atuado em todos os Núcleos Regionais, no sentido de levar avante os objetivos da Pasta, ao mesmo tempo em que procuram plasmar junto aos ruralistas uma consciência preservacionista, especialmente no que diz respeito à manutenção do equilíbrio ecológico, com o bom emprego de fertilizantes, herbicidas e outros compostos químicos, os cuidados com o desmate, a pesca e a caça indiscriminadas e outras providências.

## 10. CLASSIFICAÇÃO

A Classificação dos produtos agrícolas é deveras importante no atual estágio da atividade agropecuária, já que sem esta providência, o agricultor não poderá beneficiar-se da política dos preços mínimos estabelecida pelo Governo Federal, através da Comissão do Financiamento da Produção (CFP). Sem a classificação, o agricultor também não pode financiar a sua atividade junto aos estabelecimentos oficiais de crédito, dificultando assim o seu desenvolvimento econômico. No âmbito estadual, os serviços de classificação são executados pelo SAC — Serviço do Acordo de Classificação, através de suas centrais de classificação, espalhadas pelo interior do Estado. Para se ter uma idéia do alcance desse serviço, basta dizer que toda a produção de algodão do Estado é classificada pela Central de Classificação, de Londrina.

## 11. REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

A Fundação Instituto de Terras e Cartografia (FITC) é o órgão da Secretaria da Agricultura encarregado de desenvolver a política de regularização fundiária do Governo. Durante o ano de 1976, a FITC regularizou e entregou mais de mil títulos de propriedade, em todas as regiões do Estado. Prestou serviços técnicos na região Foz do Areia, onde se constrói uma grande usina; levantou as condições fundiárias da região litorânea do Estado, para facilitar o desencadeamento do Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral e Alto Ribeira (PRODELAR), além de atender a inúmeros pedidos de prefeitos, interessados em problemas fundiários localizados.

## 12. ARMAZENAMENTO

Serviços de armazenagem em geral, como secagem, pré-limpeza, limpeza, expurgo e armazenamento propriamente dito, são oferecidos pela rede estadual de armazéns da Companhia Paranaense de Silos e Armazens (COPASA), que atualmente constrói novas unidades armazenadoras em Maringá (50 mil toneladas) e Assaí (20 mil toneladas). Dentro de pouco tempo, uma unidade começará a ser construída na cidade de Guarapuava (50 mil toneladas). Estas unidades estão sendo construídas com a melhor técnica hoje existente no setor e quando estiverem concluídas, elevarão a capacidade de armazenagem da COPASA em mais 120 mil toneladas estáticas.

## 13. ABASTECIMENTO

Com a entrada em funcionamento da Central Atacadista de Curitiba, obra construída pelas Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA — PR), o mercado consumidor de hortigranjeiros da Região Metropolitana de Curi-

tiba ganhou uma nova opção em comercialização atacadista de produtos horta e granja. Depois de seis meses de funcionamento, a Central de Abastecimento já demonstrou a importância de sua existência, pois comercializando hoje um volume de 20 toneladas diárias de hortigranjeiros, fez com que seus preços caíssem até 30 por cento em relação aos pontos remanescentes do comércio atacadista desses produtos. Portanto, em volume de comercialização, a CEASA-PR já é a segunda do Brasil, perdendo apenas para a CEASA do Rio de Janeiro. Para melhorar as condições de seus usuários, a CEASA-PR oferece boa infra-estrutura, como serviços de telex, telefone, correio, banco, ambulatório médico, farmácia, restaurante, segurança interna, água, luz, etc.

#### 14. METAS — SEAG — 1976

Programadas	Realizadas
1. Implantar 12 Núcleos Regionais da SEAG.	1. Implantação de 14 Núcleos Regionais.
2. Operacionalizar 20 Centros de Produção e Experimentação em apoio à pesquisa, tendo em vista: — movimentação de 3 mil ha. — produção de 1.278 t de sementes básicas.	2. Operacionalização de 20 Centros de Produção e Experimentação, com os seguintes resultados: — movimentação de 2.500 ha. — produção de 1.152 t de sementes básicas.
3. Produzir e elaborar 790 mil sacas de sementes de algodão, arroz, milho, soja e trigo.	3. Produção e elaboração de 723.172 sacas de sementes, pelo atendimento a agricultores.
4. Instalar 70 propriedades demonstrativas e 100 unidades de observação como apoio à ação de assistência técnica e extensão rural.	4. Instalação de 134 propriedades demonstrativas e 123 unidades de observação.
5. Ampliar a área de atuação da ACARPA de 131 para 157 escritórios locais, envolvendo 232 municípios.	5. Ação da ACARPA em 155 escritórios locais, envolvendo 230 municípios.
6. Expandir o crédito rural orientado para 600 milhões de cruzeiros.	6. Expansão de crédito rural orientado para 800 milhões.
7. Expandir o assessoramento direto a cooperativas de produção, num total de 57 unidades.	7. Assessoria direta a 46 cooperativas de produção.

- |   |   |
|---|---|
| <p>8. Estender a área de atuação da Campanha da Raiva dos Herbívoros para 66 municípios e implantar a Campanha de Combate à Brucelose em 44 municípios.</p> <p>9. Agilizar 12 equipes de fiscalização dos recursos naturais renováveis.</p> <p>10. Implantar e operacionalizar cinco centros de treinamento de mão-de-obra.</p> <p>11. Realizar 43 cursos de educação cooperativista, para 2.800 participantes.</p> <p>12. Ampliar a capacidade de armazenagem estática oficial para 315 mil t.</p> <p>13. Classificar 4 milhões de t, de produtos agrícolas, para comercialização.</p> <p>14. Distribuir diariamente 600 boletins com informações de mercado agrícola.</p> <p>15. Formular e executar 10 programas de produção e desenvolvimento regional.</p> | <p>8. Área alcançada:<br/>— Combate à raiva em 66 municípios.<br/>— Combate a Brucelose em 44 municípios.</p> <p>9. Estrutura de 18 equipes nesse processo.</p> <p>11. Realização de 55 cursos para 2.876 participantes.</p> <p>12. Aumento da capacidade para ... 203.890 t. no total de armazenamento.</p> <p>13. Classificação de 3,3 milhões de t, de produtos agrícolas.</p> <p>14. Distribuição média de 1.730 boletins diários.</p> <p>15. Programas e projetos especiais formulados: — 8; programas e projetos especiais: — 5.</p> <p>16. Programação e implantação do sistema cooperativista no Litoral do Paraná, em conjunto com a instalação do Mercado Expedidor de Morretes, pela CEASA.</p> <p>17. Importação de sementes mexicanas, para suprir o deficit de plantio nas regiões Norte e Oeste.</p> <p>18. Importação de bezerras canadenses com vistas à introdução de melhoramento genético no rebanho leiteiro paranaense.</p> |
|---|---|

## FINANÇAS

### 1. — ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

#### 1.1 — Receita

A realização da receita do Estado totalizou 6.518,3 milhões de cruzeiros no exercício financeiro de 1976, contra 4.355,5 milhões de cruzeiros de 1975, baseado em informações preliminares de fluxo de caixa fornecidas pelo Setor da Receita da Secretaria das Finanças. Desse total, 4.805,9 milhões de cruzeiros referem-se somente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias, principal fonte de receita do Estado, que apresentou um índice de acréscimo sobre o exercício de 1975 de 54,0%, considerado bom, tendo em vista índices inflacionários apresentados durante o período. Desse total do I.C.M., os produtos primários foram praticamente a base da arrecadação, com um total de 2.111,5 milhões de cruzeiros, o que nos dá um índice de 43,9% do I.C.M. do total arrecadado, tendo na comercialização do café, seu grande fator, quando foi arrecadada para os cofres públicos a importância de Cr\$ 859,5 milhões de cruzeiros, dando portanto um índice de 40,7% sobre a receita total de produtos primários. Devemos ressaltar que a arrecadação de I.C.M. do café no presente exercício, teve um aumento no percentual, da ordem de 107,1%, em relação ao ano de 1975, quando foram arrecadados 415,0 milhões de cruzeiros.

No período, os Municípios do Paraná receberam um total de Cr\$ 1.216,7 milhões, referentes a parcela de 20% da arrecadação do I.C.M. que constitui o Fundo de Participação dos Municípios. Deve-se ressaltar que ao total de Cr\$ 6.518,3 milhões arrecadados de I.C.M. pelo Estado, não estão computadas estas parcelas.

#### QUADRO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTARIA E SUAS TAXAS DE CRESCIMENTO 75 / 76

TÍTULOS	1975	1976	%
1. Tributária . . . . .	3.278,7	5.043,4	53,8
2. I.C.M. . . . .	3.120,2	4.805,9	54,0
2.1. Comércio e Indústria . . . . .	1.794,3	2.694,4	50,2
2.2. Produtos . . . . .	1.325,9	2.111,5	59,2
3. Operação de Crédito . . . . .	490,5	715,6	45,9
4. Transferências . . . . .	310,4	460,0	48,2
5. Outras Receitas . . . . .	275,9	299,3	2,5
<b>T O T A L . . . . .</b>	<b>4.355,5</b>	<b>6.518,3</b>	<b>49,6</b>

### 1.1.1 — O Aparelho Fisco-Arrecadador

A arrecadação estadual, via Coordenação da Receita, atingiu Cr\$ ..... 5.005,9 milhões de cruzeiros, com uma taxa de crescimento sobre o realizado no exercício de 1975, de 62,1%, representando um "superavit" de 14,7% sobre o valor previsto inicialmente.

O resultado obtido pela arrecadação foi motivado em parcela sensível pela ação de orientação, fiscalização e controle, sendo visitados 12.578 estabelecimentos com a lavratura de 8.761 autos; verificadas cerca de 100.000 cargas com 6.547 autos lavrados, além de 40.418 autos lavrados em serviços de agências e postos fiscais. O montante de I.C.M. e multas exigidas nessas operações foi de respectivamente Cr\$ 63,7 milhões e Cr\$ 42,1 milhões.

### 1.1.2 — A Dívida Ativa

A dinamização e racionalização da sistemática de cobrança da dívida ativa, iniciadas já no exercício de 1975, com resultados altamente positivos, já que a sua arrecadação crescera de Cr\$ 2,9 para Cr\$ 25,5 milhões de cruzeiros, teve continuidade no ano de 1976, com a obtenção de Cr\$ 77,5 milhões de cruzeiros de receita, com um crescimento de 203,9% sobre o exercício anterior.

### 1.1.3 — **CIATA**

Tendo em vista a freqüente situação encontrada nos Municípios brasileiros, onde se verifica acentuado grau de dependência dos recursos transferidos da União e do Estado, foi criado o "CIATA" (Convênio de Incentivos do Aperfeiçoamento Técnico Administrativo aos Municípios), através do convênio firmado entre o Governo do Estado, representado pela Secretaria das Finanças e o Ministério da Fazenda, representado pela Secretaria Geral. O "CIATA" se define como um sistema de assistência técnica que objetiva a racionalização da área fazendária municipal.

A implantação do Projeto procura dotar o Município de uma receita compatível com as realidades. O SERPRO tem sido o responsável pela execução do Projeto, porém a área metodológica é de responsabilidade da SEFI. O Projeto foi implantado em 6 (seis) municípios do Paraná, que são: Assaí, Assis Chateaubriand, Castro, Irati, Jandaia do Sul e Lapa. Os resultados obtidos foram significativos, merecendo especial atenção, o crescimento da receita dos Municípios de Assis Chateaubriand (113,7%) e Irati (113,0%).

### 1.2 — Despesa

O Tesouro do Estado repassou o total de Cr\$ 6.193,8 milhões de cruzeiros e autorizou a empenhar a conta do diferimento a importância de Cr\$ 155,5 milhões de cruzeiros, demonstrando que o orçamento estadual foi realizado praticamente em sua totalidade. A execução orçamentária permitiu,

através da programação financeira da Secretaria das Finanças, que o fluxo de caixa do Tesouro se mantivesse equilibrado. Desta forma, garantiu-se liquidez do Estado, possibilitando o cumprimento dos cronogramas de desembolso dos Órgãos e a realização do plano de obras previstas para o exercício.

A Administração Financeira foi executada ainda com vistas a aumentar a capacidade de investimento do Estado, diretriz fundamental para que o Governo possa atuar de forma mais eficaz na promoção do desenvolvimento estadual. O nível de endividamento, não obstante empréstimos contraídos junto ao Morgan IV Guaranty Company Of New York (US\$ 50 milhões de dólares), Banco Nacional de Habitação (Cr\$ 173 milhões de cruzeiros) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Cr\$ 40 milhões de cruzeiros), foi mantido rigorosamente compatível com a capacidade de amortização do Tesouro.

### COMPOSIÇÃO DA DESPESA EMPENHADA DO ESTADO

ESPECIE	1975	1976	
	Realizada	* Dados Provisórios	Percentual %
Pessoal . . . . .	2.006.426	2.864.094	42,7
Outros Custeios . . . . .	611.482	919.789	50,4
Capital . . . . .	2.028.905	2.443.336	20,4
<b>T O T A L . . . . .</b>	<b>4.646.813</b>	<b>6.227.219</b>	<b>34,0</b>

#### 1.2.1 — Sistema "COR"

No ano de 1976 a Secretaria das Finanças implantou definitivamente o acompanhamento e controle de toda a execução orçamentária, financeira e contábil via processamento eletrônico de dados, através do sistema "COR", inédito no país, que vem agilizar as atividades da área financeira-contábil, bem como, aumentar consideravelmente a segurança dessa execução. Além dos benefícios operacionais, o sistema oferece aos administradores uma série de relatórios de controle e gerência, necessários a uma administração moderna.

#### 1.2.2 — O Sistema "SIP"

O Sistema Integrado de Pagamento de Pessoal, constitui-se num largo passo dado pelo atual governo, no esforço que se vem fazendo em busca da modernização administrativa. O SIP tem por objetivo a elaboração das folhas de pagamento dos servidores do Estado, na qual foram considerados todos os direitos, vantagens, descontos e consignações, em tempo hábil.

Além disso, são objetivos do SIP, a atualização uniforme e imediata de arquivos, possibilitando a implantação precisa de alterações individuais e

O Balanço Geral do Estado ainda não está encerrado.

coletivas, a contabilização automática das folhas de pagamento, através da integração com o sistema "COR".

### 1.2.3 — Sistemas

A necessidade de uma padronização em todas as Secretarias de Estado, bem como a simplificação de trabalhos no processamento de empenhos, objetivou a criação do Manual de Instruções aos G.F.S.'s, fruto do trabalho realizado, que servirão de determinante na orientação de como executar e registrar os gastos públicos, estabelecendo um grau de uniformização na execução das despesas, permitindo dessa maneira melhores controles e análises mais eficazes dos resultados obtidos.

Outros sistemas que vêm sendo executados pela Secretaria, são relativos a Organização de Almojarifado, Controle de Patrimônio e um Sistema de Acompanhamento de solicitações administrativas.

Vem sendo implantado o "Sistema de Controle da Programação", o qual dará um maior atendimento físico-financeiro, possibilitando ainda, acompanhamento das diversas atividades através das unidades de execução programática, durante o exercício de 1977.

## 2. — ASPECTOS TRIBUTARIOS E ECONÔMICOS

A Assessoria de Legislação Tributária, durante o período de 1976, procurou desenvolver suas atividades dentro de um sistema de atualizações na política tributária e econômica.

Para tanto, participou juntamente com órgãos do Ministério da Fazenda (CONFAZ) na apresentação de estudo sobre a reformulação de direitos, que disciplinavam em termos nacionais, o I.C.M. e o imposto municipal sobre serviços.

Tendo a Comissão Consultiva do I.C.M., sido agregada à ALT, procurou esta desenvolver um processo de interação entre os relatores e os elaboradores das minutas de Legislação Tributária Estadual, proporcionando com isso, um rito mais rápido no exame de consultas, bem como, uma maneira de tornar mais precisas as soluções à dúvidas suscitadas.

Foi designada ainda, na elaboração de convênios, compondo vários grupos de trabalho em termos nacionais tais como a política fiscal de tributação do leite, derivados do café, madeira, Binacional Itaipu, carne, ração e insumo.

Com a Assessoria Econômica, procurou-se aquilatar quais seriam os reflexos econômicos, através de estudos específicos, que a adoção das medidas idealizadas de política tributária, poderiam acarretar.

## 3. — COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA — COPEL

### 3.1 — Construção de Foz do Areia

Vários fatos ligados à construção desta Usina ocorreram durante 1976. Os trabalhos concentraram-se, principalmente, na perfuração dos túneis para o desvio do Rio Iguaçu, melhoria nas vias de acesso ao canteiro de

obras e continuação na implantação da vila residencial e sua respectiva infra-estrutura, cujas obras se encontram em fase final de execução.

Em fevereiro, foi assinado em Brasília, financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, no valor de Cr\$ 675.620.000,00 para aplicação no projeto Foz do Areia.

Mais tarde, em junho, foram assinados no Palácio Iguaçu, contratos de financiamento, segundo os quais a ELETROBRÁS destinou à COPEL Cr\$ 1.983.000.000,00 para as referidas obras.

A concorrência pública realizada para definir a empreiteira principal e que se responsabilizará pelas obras civis na barragem, casa de força e os outros componentes da projeto, definiu a CBPO como ganhadora, sendo assinado, em dezembro, contrato nesse sentido.

### **3.2 — Eletrificação Rural**

Foi dada continuidade ao desenvolvimento do programa que visa levar a eletricidade ao meio rural.

Assim, foram entregues oficialmente as Cooperativas de Eletrificação Rural de Marechal Cândido Rondon (2.<sup>a</sup> etapa) — em ato que contou com a presença do Presidente da República, General Ernesto Geisel — Francisco Beltrão, Pato Branco, Apucarana, Cambira, Medianeira (Missal) e Chopinzinho.

Novo programa foi desencadeado durante o ano. Contando com recursos da ELETROBRÁS, no valor de Cr\$ 72,7 milhões, dos quais Cr\$ 27 milhões já foram liberados, está sendo desenvolvido plano para atender 2.710 novos consumidores, através da construção de 1.040,8 km de linhas de distribuição rural, no biênio 1976/77. As obras deverão se concentrar nos municípios de Cascavel, Paranavaí, Maringá, Castro, Mandaguari, Goioerê, Mandaguaçu, Primeiro de Maio, Nova Esperança e Marialva.

### **3.3 — Aumento do Capital Social**

Em dezembro, a Assembléia Geral dos acionistas da Empresa homologou o aumento do capital social da Empresa, de Cr\$ 1.600.000.000,00 para Cr\$ 2.100.000.000,00, consolidando, assim, sua posição de maior empresa do Paraná e uma das mais importantes do País entre as concessionárias estaduais de energia elétrica. As reservas atingiam ao final do ano, a cifra de Cr\$ 1.250.957.613,00.

### **3.4 — Novas Localidades Ligadas ao Sistema**

O número de localidades atendidas diretamente pela Empresa subiu para 717 ao final do ano. No decorrer de 1976, foram ligadas 67 novas comunidades ao sistema da Empresa, representando um atendimento médio de 5,5 ligações por mês.

Considerando a existência de outras 37 localidades servidas por concessionárias que recebem energia em grosso da COPEL, se eleva a 754 o total beneficiado direta e indiretamente com eletricidade da Companhia.

### **3.5 — Crescimento do Consumo e Número de Consumidores**

Mais de 68.000 novos consumidores foram ligados pela COPEL no decorrer de 1976, suplantando as 50.000 ligações ocorridas no exercício anterior. Desta forma, elevava-se a 645.000 o total de ligações existentes na área de distribuição da COPEL, das quais, mais de 12.300 eram industriais.

Foi de 16,0% o aumento no consumo de energia elétrica verificado na área de concessão da COPEL, comparando os valores verificados em 1976 e 1975. De 2.320.840.767 kWh distribuídos em 1975, o consumo aumentou para 2.684.058.000 kWh ao final do último ano. A categoria de consumo industrial, a exemplo do ocorrido em 1975, foi a que apresentou o maior aumento relativo, ou seja, de 21,0%. As vendas em grosso, foram de 188.057.000 kWh.

### **3.6 — Autorização para Estudos do Baixo Iguaçu**

Acolhendo pedido da COPEL, em março, o Ministério das Minas e Energia outorgou à empresa estadual autorização para estudos dos recursos hidráulicos do Baixo Iguaçu, na parte compreendida entre os aproveitamentos hidrelétricos de Salto Osório e de Salto Caxias.

Tais estudos visam a obtenção futura de novos aproveitamentos, pela COPEL, destinados à construção de novas usinas, com vistas ao acréscimo de geração própria para o fortalecimento do sistema elétrico estadual.

### **3.7 — Novas Subestações**

Grande reforço energético foi propiciado à Região Norte do Estado, com a entrada em operação das Subestações Maringá II (94 MVA de potência) e Londrina II (157 MVA). Operando com tensão de 230.000 volts, estas unidades funcionam interligadas podendo receber energia de várias fontes: Usina de Salto Osório, sistema elétrico de São Paulo (através da conexão Londrina-Assis), além do sistema próprio da COPEL.

Na região da Capital, foram concluídas as obras da nova subestação de Uberaba (150 MVA de potência), que passou a funcionar interligada a todo o complexo de linhas e de subestações que atendem à Região Metropolitana de Curitiba.

### **3.8 — Financiamento do Banco Mundial**

Importante financiamento foi concedido pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD (Banco Mundial), no valor de 52 milhões de dólares, para aplicação num Programa de Desenvolvimento do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica, no Estado do Paraná, no período de 1976/1979. O referido Programa prevê investimentos totais da ordem de 188 milhões de dólares, que serão garantidos com recursos próprios da Empresa e do Governo do Estado, além dos financiamentos aprovados pelo BIRD. Constam do programa elaborado pela COPEL, a criação de novos circuitos e reformas de outros já existentes, num total de 4.732; extensão de 130 quilômetros de Alimentadores; instalação de 4.733 transformadores de força; im-

plantação de 1.892 quilômetros de linhas de distribuição; instalação de 134.857 novos pontos de luz na iluminação pública de várias linhas de transmissão de 69 e 136 kV, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba.

### 3.9 — Crescimento da Geração Própria

Considerado como um dos melhores anos hidrológicos dos últimos tempos, 1976 propiciou um excepcional crescimento na geração própria de energia pela COPEL, que cresceu 31,8 por cento, quando passou de 2.014.690.983 kWh em 1975, para 2.656.895.915 kWh.

A Usina Governador Parigot de Souza foi a que apresentou o maior crescimento na geração dentre as usinas da COPEL (86,8%).

### 3.10 — Evolução dos Investimentos

A soma dos recursos financeiros aplicados exclusivamente em investimento pela COPEL, visando a expansão dos serviços e a maior confiabilidade do sistema elétrico alcançou, no período, o valor de Cr\$ 1.582,0 milhões, contra Cr\$ 740,5 milhões, verificados em 1975. Do total dos desembolsos realizados no ano, a parcela maior (Cr\$ 918,2 milhões) destinou-se a obras da Usina Hidrelétrica Foz do Areia.

## 4. — BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A. — BANESTADO

### 4.1 — Capital Social

A.G.E. DE 14.10.75 — 1975 — Cr\$ 200.000.000,00

A.G.E. DE 20.05.76 — 1976 — Cr\$ 300.000.000,00

Utilizando as reservas destinadas ao aumento de capital e chamada em dinheiro, o Banestado aumentou o seu capital em 50%.

### 4.2 — Número de Agências

Posição	No Paraná	Outros Estados	Total	%
DEZ/75	141	18	159	—
DEZ/76	174	18	192	20,75

Com a adoção da política de interiorização, o Banestado ampliou o número de suas agências no Estado em 23,40%, inaugurando no ano 76 as agências:

Barbosa Ferraz, Bocaiúva do Sul, Capanema, Cerro Azul, Corbélia, Dois Vizinhos, Florestópolis, Inácio Martins, Ivaí, Jundiá do Sul, Mallet, Mamborê, Mandirituba, Mariluz, Maringá (Urbana), Matelândia, Nova Aurora, Nova Prata (Salto do Lontra), IV Centenário (Goioerê), Quedas do Iguaçu, Quitandinha, Rio Azul, Rio Bom, Salgado Filho, Salto do Itararé, Santa Helena, Santana do Itararé, Santa Terezinha (Foz do Iguaçu), São João do Ivaí, São José da Boa Vista, Sapopema, Teixeira Soares e Westphalen (Curitiba).

Além disso, estendeu os seus serviços com a instalação de vários postos de serviços em Órgãos Governamentais, Universidades e empresas particulares.

#### 4.3 — Depósitos (Em Cr\$ 1.000,00)

Posição	Particulares	Poderes Públicos	Total	%
DEZ/75	1.680.259	816.640	2.496.899	—
DEZ/76	2.342.167	1.178.708	3.520.875	41,0

As altas taxas inflacionárias e as medidas adotadas pelo Governo na política monetária, refletiram nos depósitos, que mesmo assim atingiram um acréscimo de 41,0% em relação a 1975.

#### 4.4 — Empréstimos Totais (Em Cr\$ 1.000,00)

Posição	Montante	%
DEZ/75	3.854.638	—
DEZ/76	5.759.070	49,41

Os fatores impostos à restrição do crédito bancário foram sentidos na rubrica e, em consonância aos propósitos do Governo Federal, o Banco do Estado expandiu seus empréstimos em 49,41%, concentrando os créditos em áreas prioritárias e carentes de recursos.

#### 4.5 — Empréstimos Rurais (Em Cr\$ 1.000,00)

Posição	Montante	%
DEZ/75	1.339.588	—
DEZ/76	1.807.624	34,94

#### 4.6 Carteira de Câmbio

##### 4.6.1 Evolução da Carteira de Câmbio — Em Cr\$ 1.000,00

Discriminação	1975	1976	%
Ingressos Financeiros .....	1.384.382	1.628.946	
Exportações . . . . .	91.715	503.824	
Importações . . . . .	331.497	378.764	
Remessas Financeiras .....	1.151.825	1.778.787	
<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>2.959.419</b>	<b>4.290.321</b>	<b>+ 44,97</b>

##### 4.6.2 Resultados da Carteira de Câmbio — Em Cr\$ 1.000,00

Posição	Montante	%
1.º SEMESTRE/76 . . . . .	17.285	—
2.º SEMESTRE/76 . . . . .	30.354	+ 75,61

OBS.: O Resultado da Carteira de Câmbio de 1976 apresentou um índice de crescimento de 32% em relação ao ano de 1975.

#### 4.7 Lucro Líquido — (Em Cr\$ 1.000,00)

Lucro Líquido	1.º Semestre	2.º Semestre	Total	%
1975	66.443	99.259	165.702	—
1976	142.160	162.322	304.482	+ 83,8

As pressões sobre o crédito e a apertada liquidez em diversos períodos do ano 76 não foram ruins para os bancos, notadamente ao Banestado, que atingiu um lucro anual de 83,8% em relação ao ano anterior.

#### 4.8 Treinamento

##### 4.8.1 Quadro das Atividades de Treinamento do Banestado

Discriminação	1974	1975	1976
N.º De Cursos .....	86	104	168
N.º Participantes .....	1.277	2.155	2.862
N.º Homens/Hora .....	47.615	62.593	94.838

##### 4.8.2 Realizações — Exercício de 1976

As atividades de treinamento do Banestado foram desenvolvidas por projetos e subprojetos, previamente estabelecidos e aprovados nas áreas de qualificação profissional, aperfeiçoamento, especialização e treinamento, correspondendo a 59% dos cursos realizados a administradores e funcionários do Banco. O restante das atividades compreendem cursos externos, palestras, seminários, convenções, etc.

Cursos	N.º de Cursos
Do primeiro grupo, destacam-se:	
— Cursos de Formação de Gerentes .....	01
— Cursos de Especialização e Atualização de Gerentes ...	07
— Cursos de Formação de Caixa Executivos .....	09
— Cursos de Formação e Atualização em Crédito Rural ...	10
— Cursos de Atualização em Contabilidade Bancária .....	07
— Cursos de Aperfeiçoamento em Arrecadação .....	17
— Cursos de Especialização de Sub-Gerentes .....	06
— Cursos de Treinamento de Integração .....	08
Outros Cursos .....	103
<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>168</b>

#### 4.9 Número de Funcionários

Posição	Número	%
DEZ/75	4.476	—
DEZ/76	5.492	+ 22,70

#### 5. BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANA S/A — BADEP

##### 5.1 — Operações Aprovadas

##### 5.1.1 — Volume de Investimentos

O Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP aprovou sua participação em investimentos totais, no período de janeiro a dezembro de 1976, no montante de Cr\$ 7.627.737.000,00, correspondendo a 447 projetos, obedecendo à seguinte distribuição:

Origem dos Recursos	VALOR (Cr\$ mil)	%
Participações Financeiras .....	5.671.303	74,4
— BADEP/FDE .....	669.012	
— Repasses .....	4.057.052	
— Participações Acionárias .....	15.999	
— Avais e Fianças .....	929.240	
Recursos Próprios das Empresas .....	1.956.434	25,6
Investimento Total .....	7.627.737	100,0

##### 5.1.2 — Evolução

As aprovações levadas a efeito no mesmo período em 1975 atingiram o valor de Cr\$ 3.414.136.000,00, o que significa um acréscimo de 123,4%.

##### 5.1.3 — Volume de Financiamentos

Os financiamentos aprovados, segundo os setores da economia, tiveram a seguintes destinação:

Setores	Valor (Cr\$ Mil)	%
Indústria .....	4.405.785	77,7
Serviços .....	235.561	4,2
Agropecuária .....	789.305	13,9
Setor Público .....	240.652	4,2
TOTAL .....	5.671.303	100,0

#### 5.1.4 — Evolução

De janeiro a dezembro de 1975, foram aprovados financiamentos da ordem de Cr\$ 2.454.671.000,00, representando um acréscimo de 131%.

#### 5.2 Operações Contratadas

##### 5.2.1 — Volume de Investimentos

Em 1976, as contratações realizadas atingiram um montante de investimentos de Cr\$ 5.316.710.000,00, distribuídos da seguinte forma:

Origem dos Recursos	Valor (Cr\$ mil)	%
Participações Financeiras .....	3.633.271	68,3
— BADEP/FDE .....	727.972	
— Repasses .....	2.848.472	
— Participações Acionárias .....	16.659	
— Avais e Fianças .....	40.168	
Recursos Próprios das Empresas .....	1.683.439	31,7
<b>Investimento Total .....</b>	<b>5.316.710</b>	<b>100,0</b>

##### 5.2.2 — Evolução

Em relação ao mesmo período do ano anterior, cujos investimentos contratados foram da ordem de Cr\$ 3.879.864.000,00, houve um acréscimo de 37%.

##### 5.2.3 — Volume de Financiamentos

Os financiamentos contratados no período ascenderam a Cr\$..... 3.633.271.000,00, cuja destinação obedeceu à seguinte distribuição por setor da economia:

Setores	Valor dos Financiamentos (Cr\$ mil)	%
Indústria .....	2.795.645	77,0
Serviços .....	167.522	4,6
Agropecuária .....	466.345	12,8
Setor Público .....	203.759	5,6
<b>TOTAL .....</b>	<b>3.633.271</b>	<b>100,0</b>

##### 5.2.4 — Evolução

O acréscimo verificado em relação a igual período do ano anterior — que apresentou um montante de Cr\$ 2.706.098.000,00, de financiamentos contratados — foi de 34,3%.

### 5.3 Formação de Capital Fixo

Ainda com relação às operações contratadas, observa-se pelo quadro abaixo que a formação bruta de capital fixo no setor privado foi da ordem de Cr\$ 4.023.870.000,00, correspondendo a 80,2% das inversões totais realizadas no período para o mesmo setor.

Setores	Valor (Cr\$ mil)	
	Capital Fixo	Investimento Total
Indústria .....	3.252.387	4.211.743
Serviços .....	210.665	223.372
Agropecuária .....	560.818	579.491
<b>Subtotal .....</b>	<b>4.023.870</b>	<b>5.014.606</b>
Setor Público .....	302.104	302.104
<b>TOTAL .....</b>	<b>4.325.974</b>	<b>5.316.710</b>

Cumpra salientar, outrossim, que, dos setores industriais beneficiados pelos financiamentos do BADEP, os que mais contribuíram no período para a formação de capital fixo foram os seguintes:

Ramos de Atividades	Investimento Capital Fixo (Cr\$ mil)	Participação Total s/ Investimento Setor Industrial %
Produtos Alimentares .....	867.625	26,7
Química .....	554.042	17,0
Papel e Papelão .....	392.511	12,1
Mecânica .....	344.066	10,6
Minerais não Metálicos .....	261.315	8,0
Metalurgia .....	164.727	5,1
Madeira .....	153.387	4,7
Demais ramos industriais .....	514.714	15,8
<b>TOTAL INVESTIMENTO FIXO NO SETOR INDUSTRIAL .....</b>	<b>3.252.387</b>	<b>100,0</b>

### 5.4 Distribuição Regional

O quadro a seguir apresentado dá idéia da distribuição espacial dos financiamentos concedidos no ano passado, bem como revela a tendência de interiorização do desenvolvimento manifestada no Programa de Ação do BADEP para 1976.

Para efeito de análise, definiram-se duas grandes regiões no Estado, ou sejam, Região Metropolitana de Curitiba e Resto do Estado, levando-se em conta apenas os financiamentos destinados ao Setor Privado.

Regiões	N.º de Municípios		Valor (Cr\$ mil)		
	Exis- tentes	Benefi- ciados	Investi- mento	Financia- mento	Novos Empregos
Região Metropolitana de Curitiba	14	10	1.728	1.145	8.853
Resto do Estado	276	86	3.287	2.285	8.721
<b>PARANA (TOTAL)</b>	<b>290</b>	<b>96</b>	<b>5.015</b>	<b>3.430</b>	<b>17.574</b>

Tais números revelam, por si só, a expressiva representatividade do Interior no conjunto da economia e o seu definitivo engajamento no processo desenvolvimentista do Estado.

Tendo a interiorização do desenvolvimento como um dos pontos básicos de seu Programa de Ação para 1976, o BADEP procurou, durante esse exercício, dar ênfase especial a essa região do Estado, cuja capacidade de resposta aos estímulos recebidos pode ser considerada excepcional. Responsável por 66,6% dos financiamentos concedidos e por cerca de 50% dos novos empregos gerados, o Interior do Estado — através dos 86 municípios beneficiados — soube entender a filosofia do BADEP, cuja finalidade última é a melhoria das condições sócio-econômicas das comunidades interioranas.

## 5.5 Ocupação de Mão-de-Obra

### 5.5.1 — Criação de Empregos

Os novos empregos diretos gerados em consequência da aplicação dos recursos provenientes das operações contratadas no período janeiro/dezembro de 1976 podem ser quantificados da seguinte forma:

Setores	N.º de Empregos	Participação (%)
Indústria	15.336	87,3
Serviços	642	3,6
Agropecuária	1.596	9,1
<b>TOTAL</b>	<b>17.574</b>	<b>100,0</b>

Como se pôde observar, os ramos industriais apresentam-se como os mais dinâmicos na composição da oferta de mão-de-obra, contribuindo com quase

90% do total de novos empregos criados, seguido do setor agropecuário, que já não demonstra a mesma capacidade de criação de novas oportunidades de trabalho.

Comparando-se os números acima com os do quadro apresentado no item 5.4, verifica-se a predominância da Capital e sua Região Metropolitana como o principal ponto de atração de novos empregos, embora seja imperioso reconhecer a notável performance do Resto do Estado no último exercício em termos de criação de novos empregos diretos.

## 5.6 Índices de Evolução dos Financiamentos

### 5.6.1 — Financiamentos Aprovados

Em relação ao exercício anterior (1975), os financiamentos aprovados pelos Colegiados do BADEP tiveram um incremento de 131,0%.

A participação de recursos próprios (BADEP e FDE — Fundo de Desenvolvimento Econômico) dobrou em comparação com 1975, ao passo que os recursos advindos de terceiros mais que triplicou.

### 5.6.2 — Financiamentos Contratados

O total de operações contratadas, no montante de Cr\$ 3.633.271.000,00, teve um acréscimo de 34% em relação ao período janeiro/dezembro de 1975.

Se levássemos em conta que o BADEP tivesse operado durante os 365 dias do ano civil, chega-se à conclusão de que houve um volume de financiamento diário da ordem de Cr\$ 10.000.000,00.

A exemplo das operações aprovadas, os financiamentos contratados experimentaram excelente evolução, tendo praticamente dobrado as participações de recursos próprios e de terceiros em relação ao ano de 1975.

### 5.6.3 — Financiamentos do Setor Industrial

No setor industrial, os maiores beneficiados foram, pela ordem, os seguintes:

Ramo de Atividade	Financiamento (Cr\$ Mil)	Participação %
Produtos Alimentares .....	702.951	25,1
Química .....	451.469	16,2
Papel e Papelão .....	341.191	12,2
Mecânica .....	270.177	9,7
Mínerais não Metálicos .....	204.371	7,3
Madeira .....	178.718	6,4
Metalurgia .....	155.479	5,6
Outros .....	491.289	17,5
<b>TOTAL</b> .....	<b>2.795.645</b>	<b>100,0</b>

Por um lado, o BADEP, conforme se verifica, continuou prestando suporte financeiro integral às atividades tradicionais do setor industrial; por outro, dentro do seu propósito de consolidação de um pólo de indústrias de alta tecnologia no Estado, contribuiu para a diversificação do parque industrial paranaense, através da injeção de recursos destinados à implantação e/ou expansão de empreendimentos com "tecnologia de ponta", como é o caso da indústria mecânica, metalúrgica e eletro-eletrônica, que receberam financiamentos da ordem de Cr\$ 546.287.000,00, correspondendo a 15% dos financiamentos totais em 1976.

### **5.7 Acréscimo de Arrecadação de ICM**

Os financiamentos contratados no exercício de 1976 deverão contribuir, nos próximos anos, para um incremento na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias no montante de Cr\$ 840.000.000,00, o que significará um afluxo substancial de recursos para os cofres públicos.

### **5.8 Considerações Finais**

#### **5.8.1 — O BADEP em 1976**

Estribado num Programa de Ação coerente e acima de tudo realista, o BADEP, em 1976, continuou desempenhando o papel que lhe foi confiado em 1962, através da CODEPAR, de instrumento principal do desenvolvimento econômico do Estado.

Nesse período, o Banco ampliou substancialmente sua área de atuação, estendendo os benefícios do desenvolvimento a todas as regiões do Estado.

A par dos financiamentos concedidos — cujo mérito foi exaustivamente analisado anteriormente — o BADEP colocou em prática seu Programa de Ação para 1976, cujos pontos principais foram os seguintes:

1. Assistência Gerencial;
2. Interiorização do Desenvolvimento;
3. Suporte às Atividades Tradicionais dos Setores Industrial e Rural;
4. Consolidação de um Pólo de Indústrias de Alta Tecnologia;
5. Instituição de Bolsas de Negócios.

A preocupação do BADEP com a assistência gerencial decorre da constatação de que a ação governamental no financiamento ao processo de desenvolvimento deve ser somada ao grau de eficiência empresarial. Dessa verificação, resultou a prioridade conferida à assistência gerencial, como forma de propiciar a modernização da empresa em termos de tecnologia, estrutura e métodos administrativos.

Nesse sentido, firmou o BADEP, em setembro de 1976, Convênio de Operação Conjunta com o Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná — CEAG/PR, com vistas à assistência gerencial, tecnológica e creditícia integrada às empresas paranaenses. O número de empresas beneficiadas pelo Convênio no período foi de 52 (cinquenta e duas).

Ainda dentro de seu Programa de Assistência Gerencial, o BADEP realizou, em 1976, 4 (quatro) cursos de Aperfeiçoamento em Análise Empresarial, através dos quais foram formados 120 técnicos de nível superior para exercer funções executivas nas empresas. Os referidos cursos foram realizados em colaboração com o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa — CEBRAE, Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento — ABDE e Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa — CEAG/PR.

Esses aspectos da atuação do BADEP, no período janeiro/dezembro-76, caracterizam o seu comportamento como um dos principais instrumentos de execução da política econômica do Governo do Estado. Sua atuação, entretanto, não se restringiu à concessão de recursos financeiros aos empreendimentos localizados no Paraná. Como banco de desenvolvimento, o BADEP procurou colocar nas mãos de empresários uma gama enorme de outros mecanismos de apoio, que não necessariamente financeiros. Assim, colocou o BADEP à disposição das empresas toda a sua estrutura de serviços adicionais, que compreende desde a orientação para a definição dos projetos até o assessoramento junto a organismos federais para obtenção de benefícios legais.

## 6. BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL — BRDE Agência de Curitiba — Quadros demonstrativos

### 6.1 — Contratações da AGCUR — 1976

Setor/Ramo Industrial	N.º	Cr\$
PRIMARIO .....	369	366.060.734
SECUNDÁRIO .....	202	685.955.961
00 — Produtos Minerais .....	2	1.420.473
10 — Minerais Não Metálicos .....	22	94.613.111
11 — Metalúrgicos .....	19	20.667.226
12 — Mecânica .....	10	36.429.911
13 — Material Elétrico e de Comunicação .....	2	2.235.087
14 — Material de Transporte .....	2	700.000
15 — Madeira .....	19	30.834.119
16 — Mobiliário .....	10	34.724.001

17 — Papel e Papelão .....	2	6.000.000
18 — Borracha .....	5	13.001.767
19 — Couros, Peles e Produtos Similares .....	2	23.066.599
20 — Química .....	14	20.424.268
21 — Produtos Farmacêuticos e Veterinários .....	—	—
22 — Perfumaria, Sabões e Velas .....	1	640.485
23 — Produtos de Matérias Plásticas .....	29	62.963.132
24 — Têxtil .....	—	—
25 — Vestuário, Calçados e Artigos Tecidos .....	4	5.888.684
26 — Produtos Alimentares .....	40	305.537.999
27 — Bebidas .....	6	5.826.304
28 — Fumo .....	—	—
29 — Editorial e Gráfica .....	12	20.568.813
30 — Diversas .....	1	413.982
<b>TERCIARIO</b> .....	<b>82</b>	<b>236.007.393</b>
<b>Comércio</b> .....	<b>19</b>	<b>60.513.694</b>
<b>Prestação de Serviços</b> .....	<b>63</b>	<b>175.493.699</b>
<b>Público</b> .....	<b>—</b>	<b>—</b>
* Transporte .....	<b>—</b>	<b>—</b>
* Energia .....	<b>—</b>	<b>—</b>
* Outros .....	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL</b> .....		<b>1.288.024.088</b>

### 6.2 Metas de Contratações — 1976 Comparativo entre programado e realizado

Setor	Em Cr\$ 1.000.000,00		
	Programado	Realizado	%
Primário .....	400	366	91,5
Secundário .....	500	686	137
Terciário .....	115	236	205
<b>TOTAL</b> .....	<b>1.015</b>	<b>1.288</b>	<b>127</b>

### 6.3 Incremento das Contratações da AGCUR — 1975/1976

		Em Cr\$ 1.000.000,00
1975	1976	Incremento
619	1.288	108%

6.4 Contratações: Financiamentos e Operações de Garantia  
1976

(Em Cr\$1,00)

SETOR PRIMARIO		SETOR SECUNDARIO		SETOR TERCIARIO	
Financiamento	Aval ou Fiança	Financiamento	Aval ou Fiança	Financiamento	Aval ou Fiança
366.060.734,00	—	685.955.967,44	550.000,00	236.007.394,24	5.300.000,00
<b>TOTAL</b>					

**TOTAL**

Financiamento	Aval ou Fiança
1.288.024.095,68	5.850.000,00

6.5 Financiamentos Contratados por Destino dos Recursos  
1976

(Em Cr\$ 1,00)

Inversões Fixas	Capital de Giro	Custeio	Pré Investimento	Total
1.083.805.286,60	66.099.271,09	32.119.564,00	106.000.000,00	1.288.024.095,68
<b>TOTAL</b>				

OBS.: Nas inversões fixas estão incluídos os investimentos semi-fixos da Area de Operações Rurais.

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### 1. PROGRAMA DO ALCOOL

A imperiosa necessidade de se diminuírem as importações de combustível, buscando um equilíbrio na balança de pagamentos, fez com que o Governo Federal estabelecesse a criação do Programa Nacional do Alcool, com o objetivo de produzir álcool anidro para fins carburantes, para substituir a gasolina, inicialmente numa base de 20%. Acionados os Estados, o Paraná respondeu imediatamente, provando que tem condições de participar com um quinto da produção nacional, ou seja, um bilhão de litros/ano, o suficiente para abastecer o mercado sul do Brasil.

Após um longo trabalho de conscientização do empresariado paranaense, os primeiros resultados foram surgindo e, ao final do ano de 1976, eram animadores: 5 projetos de implantação de destilarias autônomas aprovados (2 em Cambará, e os demais em Santo Antônio da Platina, Colorado e Paranavaí), e 8 projetos em aprovação na Comissão Nacional do Alcool (Guaratuba, Nova Londrina, Cornélio Procópio, Ibaiti, Joaquim Távora, Ribeirão do Pinhal, Astorga e Goioerê).

#### 1.1. Projetos de Destilarias de Alcool do Paraná

EMPRESA	Localização (Município)	Capacidade de Produção (1/dia)	Investi- mento Total Cr\$ 1.000
<b>1) PROJETOS APROVADOS</b>			
Cascavel Agrícola S/A	Cambará	60.000/120.000	25.100
Rosa Gazoli Conselvan	Cambará	120.000/240.000	210.000
Damisa	St.º Antonio da Platina	120.000/240.000	196.500
Destilaria Alto Alegre	Colorado	120.000	196.500
Paranáalcool	Paranavaí	120.000	210.000
SUBTOTAL (1)		540.000/840.000	838.100
<b>2) PROJETOS EM ANÁLISE</b>			
Alcool Guaratuba	Guaratuba	120.000	123.000
Coop. Agric. Nova Londrina	Nova Londrina	120.000	—
Dest. Alcool Ibaiti	Ibaiti	90.000	110.500
Dest. Alcool Joaquim Távora	Joaquim Távora	120.000	120.500
Dest. Alcool Norte Pioneiro	Ribeirão do Pinhal	120.000	120.500
Dest. Alcool Astorga	Astorga	120.000	210.000
Dest. Alcool Goio-êre	Moreira Sales	120.000	210.000
	Cornélio Procópio	100.000	51.700
SUBTOTAL (2)		910.000	823.200
TOTAL GERAL (1) + (2)		1.450.000/1.750.000	1.661.300

## **2. DISTRITO FLORESTAL**

A delimitação do Distrito Florestal do Paraná foi aprovada pela Portaria 43/76-P do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, de 16 de fevereiro de 1976, publicada no Diário Oficial da União em 28 de maio. Durante o ano de 1976 foram tomadas inúmeras providências objetivando tornar práticas as medidas preconizadas no projeto, acopladas às metas fixadas pelo Programa Nacional de Papel e Celulose.

O Distrito Florestal do Paraná prevê a implantação de 7 pólos industriais, sendo que 2 deles estão com seus estudos de viabilidade em desenvolvimento.

## **3. PROGRAMA DA CEVADA**

A possibilidade de o Paraná atender às metas nacionais em matéria de cevada e malte, a disponibilidade de extensa área agrícola, a oportunidade de gerar atividade econômica para o Alto e Médio Iguaçu e Tibagi, consideradas regiões prioritárias pelo Governo do Estado, a diversificação de culturas de inverno, a criação de pólos de atuação para novas agroindústrias, são algumas das razões que levaram a Secretaria da Indústria e do Comércio a elaborar os estudos para lançar o Programa Estadual de Industrialização da Cevada. Assim agindo, o Paraná estará contribuindo para a auto-suficiência de cevada e malte, auxiliando na substituição de importações na tentativa de buscar melhor equilíbrio na balança de pagamentos, além de promover a descentralização industrial e o desenvolvimento agroindustrial do Estado.

O Programa da Cevada prevê uma safra de 6.707 toneladas para 1977, aumentando gradativamente a cada ano, para atingir, em 1983 a produção total de 177.200 toneladas.

Está prevista a instalação de quatro unidades malteadoras, estando uma delas já aprovada, na localidade de Entre Rios, no município de Guarapuava. As demais serão localizadas na Região de Ponta Grossa, na área do Alto e Médio Iguaçu e no Oeste do Estado.

## **4. PROGRAMA PARANAENSE DE EMPREGO**

A constante preocupação do Governo com a profissionalização do homem, levou a Secretaria da Indústria e do Comércio a elaborar o PROGRAMA PARANAENSE DE EMPREGO — PROPAE, cujo objetivo é organizar e implantar um sistema de informações sobre o mercado de trabalho capaz de subsidiar a operacionalização da política de emprego e salário, a nível estadual e nacional.

A execução do Programa será baseada num sistema de informações através de um fluxo recíproco e constante a nível local, regional, estadual e nacional em consonância com o Sistema Nacional de Emprego — SINE, bem como mediante estudos e pesquisas promovidos diretamente pela sua coordenação, com vistas à obtenção de um panorama claro e permanentemente atualizado do mercado de trabalho do Estado.

Dentro de uma progressão paulatina, o PROPÆ prevê a implantação da Agência Matriz em Curitiba e de 26 agências regionais pelo interior paranaense.

## **5. INCOSERV — CADASTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

A Secretaria da Indústria e do Comércio editou pela primeira vez em 1976 um documento da maior importância para que possa traçar um perfil da economia paranaense. Trata-se do INCOSERV — CADASTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS contendo informações fornecidas por mais de 4 mil empresas industriais e comerciais entre as maiores do Estado. Para 1977, o INCOSERV deverá sofrer aperfeiçoamento, o que ocorrerá todos os anos, até se chegar ao ponto ideal. As respostas das empresas aos formulários enviados pela SEIC foram devidamente separadas para que fosse possível o cadastramento por setor de atividade. Posteriormente, os dados foram processados pela CELEPAR, estando agora à disposição dos organismos governamentais e dos empresários para consultas.

Cinco volumes foram editados contendo: 1) relação das empresas por setor de atividade; 2) relação das empresas por produtos comerciais; 3) relação das empresas por produtos industriais; 4) relação das empresas por ordem alfabética e 5) relação dos produtos por ordem numérica e por ordem alfabética.

## **6. CURSOS PROFISSIONALIZANTES**

Através da Coordenadoria da Área do Trabalho, a Secretaria da Indústria e do Comércio procurou desenvolver um intenso trabalho de formação de mão-de-obra e qualificação profissional, objetivando atender à demanda cada vez maior por parte dos setores de atividade econômica do Paraná. Graças aos convênios e trabalhos conjuntos com outros organismos, como o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra, do Ministério do Trabalho, MOBREAL, através do Núcleo de treinamento, a Gerência de Profissionalização e SENAI, a CAT pôde fazer-se presente em todos os cantos do Estado do Paraná, formando e qualificando profissionalmente 4.646 trabalhadores para os três setores da economia paranaense. Para 1977 este número deverá aumentar consideravelmente.

## **7. PARA EXECUTIVOS**

Além da preocupação constante em atender à demanda de mão-de-obra para os três setores da economia paranaense, a Secretaria da Indústria e do Comércio procurou amparar seu apoio ao empresariado do Estado através de cursos para executivos e assistência gerencial. Nestes termos, foram firmados convênios com o Programa Paranaense de Treinamento de Executivos (PPTE) e com o Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEAG-PR) visando a realização de cursos e seminários por todo o Paraná.

Com a instalação dos Núcleos de Desenvolvimento Empresarial nas Universidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e na Universidade Católica de Curitiba, foi possível estabelecer-se uma linha de orientação gerencial para o empresariado paranaense.

Através do PPTE foram realizados 9 cursos em diversos municípios enquanto que pelo CEAG foram concluídos 8 cursos.

## 8. MANUAL DO INVESTIDOR

Seu principal objetivo vem a ser a divulgação atual das oportunidades de investimentos industriais no Estado e suas vantagens locais, através:

- A agregação dos elementos de decisão empresarial diagnosticados pelos perfis agroindustriais e industriais.
- A agregação dos elementos referentes ao processo de investimento no Estado, em função de políticas, programas e legislação vigente.
- A agregação dos elementos de infra-estrutura e características econômicas do Estado.

## 9. INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS

### 9.1 Análises Realizadas em 1976

Exames Bacteriológicos em animais .....	1.188
Exames Bacteriológicos em vegetais .....	1.190
Exames Sorológicos .....	5.401
Exames Viroológicos .....	681
Exames Micológicos .....	1.251
Exames Parasitológicos .....	224
Exames Histopatológicos .....	719
Exames Fitossanitários .....	35
Exames e Análises de Rações .....	6.350
Repiques de Bacterioteca e Micoteca .....	4.839
Necrópcias Realizadas .....	1.007
Análises Químicas Inorgânicas .....	13.593
Análises Químicas Orgânicas .....	7.013
Análises Tecnológicas .....	4.164
Análises de Combustíveis .....	640
Análises de Defensivos Agrícolas .....	3.325
Análises de Produtos Químicos e Reativos .....	367
Espectrometria de Absorção Atômica .....	16.652
Espectrometria de Raio X .....	639
Análises de Sementes .....	95.740
Análises de Solos .....	47.845
Análises de Adubos .....	2.345
Mecânica de Solos .....	1.757
Determinações Potenciométricas .....	398
Determinações de Carbono .....	363

Determinações de Fósforo .....	815
Dosagem de Proteínas e/ou Nitrogênio .....	1.622
Granulometrias .....	1.021
Preparo de Amostras .....	1.274
Outros Exames e Análises .....	2.491
Consultas Atendidas .....	2.581
Inspeções Fitossanitárias .....	4
Inspeções Industriais .....	5
Pareceres Técnicos .....	24
<b>T O T A L</b> .....	<b>227.563</b>

### 9.2 Produtos Elaborados em 1976

Vacina Anti-Rábica (doses) .....	3.683.565
Sangue Para Meios de Cultura (ml) .....	4.968
Antígenos — Brucelose .....	3.150
Diluyente Vacina Era (ml) .....	25.020
Cérebros coletados .....	16.445
Químicos e Reativos (g) .....	54.148
Químicos e Reativos (ml) .....	919.140
<b>T O T A L</b> .....	<b>4.706.436</b>

### 9.3 Atividades do Biotério

	<b>Produzidos</b>	<b>Utilizados</b>
Camundongos .....	894.861	797.338
Ratos .....	2.550	605
Cobaias .....	1.380	478
Coelhos .....	241	36
<b>T O T A L</b> .....	<b>899.032</b>	<b>798.457</b>

### 9.4 Convênios firmados através do Programa de Controle de Qualidade

Foram firmados 28 convênios com cooperativas do Paraná, 3 com cooperativas de Santa Catarina, 1 com cooperativa de São Paulo e 11 com firmas individuais.

### 9.5 Trabalhos de Consultoria de Técnicos do IBPT para Órgãos Internacionais

Para a Organização Mundial da Saúde e para o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o IBPT realizou trabalhos de consultoria em:

#### 9.5.1 México

- a) Direção Geral de Investigações em Saúde Pública
- b) Instituto Nacional de Controle de Alimentos e Bebidas
- c) Instituto Nacional de Higiene
- d) Instituto Nacional de Virologia
- e) Produtora Nacional de Biológicos Veterinários

#### 9.5.2 República Dominicana

- a) Secretaria de Granadeira
- b) Instituto Anti-Rábico Nacional
- c) Instituto de Patologia Veterinária de São Cristóvão

#### 9.5.3 São Paulo

- a) Instituto Butantã

#### 9.5.4 Santa Catarina

- a) Secretaria da Agricultura

### 10. INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS — IPEM

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná — IPEM foi criado pela Lei n.º 5.652, de 6 de outubro de 1967, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira; subordina-se tecnicamente ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas do Ministério da Indústria e do Comércio, e é órgão vinculado à Secretaria da Indústria e do Comércio tendo sob sua responsabilidade a política Nacional Metrológica, no Estado do Paraná.

Durante o exercício de 1976 desenvolveu, no desempenho de suas atribuições delegadas pelo INPM, aferições de 138.462 instrumentos de medir e de pesar.

Em virtude do convênio entre o Conselho Nacional do Petróleo e o Instituto Nacional de Pesos e Medidas, realizou, em todo o Estado, a fiscalização de 822 postos revendedores de produtos derivados de petróleo no que diz respeito à qualidade e preço.

### 11. EMPRESA PARANAENSE DE TURISMO — PARANATUR

#### 11.1 Administração dos Próprios da Empresa

##### 11.1.1 — Parque Estadual de Vila Velha

Continuamos no desempenho de nossas atividades na administração do Parque Estadual de Vila Velha.

Conseguimos grande incremento na arrecadação da taxa de ingresso. Até novembro de 1976, a arrecadação do Parque apresentou a lisonjeira marca de Cr\$ 856.709,92 (oitocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e nove cruzeiros e noventa e dois centavos), contra os Cr\$ 573.879,64 (quinhentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e nove cruzeiros e sessenta e quatro centavos), do exercício completo de 1975.

Dentre as melhorias das instalações, avultou a instalação de uma cabine pública de telefone com comunicação em D.D.O, com grandes vantagens aos usuários e à administração da Empresa.

### 11.1.2 — Hotel Estância Santa Clara

A PARANATUR continua desempenhando a missão de exploradora do Hotel Estância Santa Clara pelo regime de administração direta.

Foi conseguido no corrente exercício o equilíbrio, entre receita e despesa. A receita de 1976, até o mês de novembro apresentou o valor de Cr\$ 1.234.106,05 (hum milhão, duzentos e trinta e quatro mil, cento e seis cruzeiros e cinco centavos).

Grande lacuna do hotel foi preenchida com a instalação de telefone interurbano, ligado à rede nacional de D.D.I.

### 11.1.3 — Hotel Cassino Foz do Iguaçu

Vencido o contrato de arrendamento, a arrendatária continuou na posse do imóvel por força de Ação Renovatória de Locação que ingressou em Vara própria de Comarca da Capital. Contestamos a ação que se encontra em fase de julgamento.

## 11.2 Obras Novas

### 11.2.1 — Parque Turístico de Matinhos

Em convênio com a Prefeitura Municipal de Matinhos, foi transferida para a PARANATUR, para um prazo de vinte anos, área anteriormente pertencente ao Domínio da União, onde está sendo implantado o Parque Turístico de Matinhos. Com projeto elaborado pela PARANATUR, as obras da primeira fase já foram iniciadas sob responsabilidade da EMOPAR. O contrato da primeira fase envolve o valor de Cr\$ 2.600.000,00 (dois milhões, seiscentos mil cruzeiros) e se destina ao seguinte equipamento:

- Pátio de estacionamento de ônibus e automóveis
- Vestiários e sanitários masculino e feminino
- Área de camping
- Vestiário para atendimento do camping

### 11.2.2 — Parque Turístico do Monge, na Lapa

Em área que nos está sendo transferida pelo IAPAR, já contratamos com a EMOPAR no valor total de Cr\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil cruzeiros), as obras do Parque Turístico do Monge, no Município da Lapa.

Do projeto elaborado pela PARANATUR, está sendo objeto de construção:

- Pátio de estacionamento de ônibus e automóveis
- Vestiários e sanitários masculino e feminino
- Sistema de abastecimento de água

### **11.3 Participação em outras Sociedades**

#### **11.3.1 — Cia. Melhoramentos Cataratas do Iguaçu**

Com o capital inicial de Cr\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil cruzeiros), participamos da constituição da Cia. Melhoramentos Cataratas do Iguaçu, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, a EMBRATUR e o empresariado daquela cidade. A firma recém constituída tem como encargo básico a construção e a exploração comercial do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu.

#### **11.3.2 — Junta de Empresas Oficiais de Turismo do Extremo Sul**

Em conjunto com a Empresa Riograndense de Turismo — CRTUR e a Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina — TURESC, constituímos a JEOTES — Junta de Empresas Oficiais de Turismo Extremo Sul, sociedade civil que se destina a promover excursões turísticas, a preços populares aos três Estados Sulinos, de forma integrada.

Do capital total de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros), participamos com Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

### **11.4 Planos e Projetos**

#### **11.4.1 — Foz do Iguaçu — Plano preliminar de Desenvolvimento Turístico**

Representando um levantamento geral das necessidades da área e indicação dos equipamentos turísticos recomendados, foi elaborado minucioso Plano pelo Setor Técnico da Empresa.

#### **11.4.2 — Perfil Turístico do Estado do Paraná**

Levantamento completo de todos os municípios turísticos do Estado.

#### **11.4.3 — Programa de Apoio ao Turismo no Estado do Paraná**

Elaborado em conjunto com o BADEP, com o objetivo de orientar a aplicação dos recursos FUNGETUR.

#### **11.4.4 — Parque Turístico de Matinhos**

#### **11.4.5 — Parque Turístico do Monge, na Lapa**

#### **11.4.6 — Parque Turístico de Bacaetava, em Colombo**

### **11.5 Promoção e Divulgação**

Participou a PARANATUR de uma série de eventos de interesse turístico para o nosso Paraná, avultando, entre eles, os seguintes:

**11.5.1 — IV Congresso da ABAV, em Fortaleza**

**11.5.2 — I Congresso Brasileiro de Turismo e Termalismo, em Camboriú**

**11.5.3 — Congresso Brasileiro de Hotelaria, no Rio de Janeiro**

**11.6 Fundos de Turismo**

Participamos do contrato de repasse de recursos do Fundo Geral de Turismo, firmado entre a EMBRATUR e o BADEP para aplicação no Paraná de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), em financiamento de equipamento turístico destinado ao empresariado particular.

## **INTERIOR**

### **TELECOMUNICAÇÕES**

#### **1. CONSIDERAÇÕES**

O setor de telecomunicações do Estado no ano de 1976, face às metas preconizadas e ao desenvolvimento do programa de expansão da Companhia, através da implantação de novos sistemas, da ampliação de serviços urbanos e interurbanos, além da implantação da Rede Monocanal, foi marcado por um significativo crescimento do acervo operacional da "TELEPAR".

Para que se tenha idéia do potencial das realizações da Companhia no período histórico considerado, são apresentados, a seguir, dados e informações que as traduzem.

#### **2. CIDADES INTEGRADAS AO SISTEMA ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES**

Com o cumprimento do programa de obras da fase 76/79, no ano de 1976, a TELEPAR procurando ao máximo interiorizar as telecomunicações no Estado, conseguiu interligar todas as sedes municipais e alguns distritos.

Destarte, com o atendimento a 96 sedes municipais e 19 distritos que não dispunham de qualquer tipo de comunicação, todos os 290 municípios do Estado foram beneficiados com serviços telefônicos urbanos e interurbanos, com expansão de 46,4% em relação a igual período de 1975, assegurando assim ao Paraná, a hegemonia nas telecomunicações do País.

#### **3. OBRAS CONCLUÍDAS**

Objetivando levar os serviços de telecomunicações a todos os pontos onde houvesse demanda e para configuração final dos sistemas telefônicos, a TELEPAR executou e concluiu, no período, 151 obras urbanas e interurbanas dos serviços telefônicos.

#### **4. CENTRAIS EM DDD INSTALADAS**

Objetivando dar atendimento às metas preconizadas no seu Plano Diretor, a Companhia conseguiu estender o sistema de micro ondas, levando a Discagem Direta à Distância, a 4 cidades, somando então 60 cidades em DDD.

## **5. CENTRAIS EM DDO INSTALADAS**

Durante o ano de 1976, em decorrência das obras realizadas, foram somadas mais 40 cidades paranaenses atendidas por DDO, completando nesta data, a significativa marca de 101 cidades do Estado em condições de completar ligações interurbanas via operadora.

## **6. CENTRAIS EM DDI INSTALADAS**

1976 foi também um ano auspicioso para as telecomunicações do Paraná, quando foram somadas mais 8 cidades em DDI, em condições de realizar ligações de Discagem Direta Internacional, totalizando assim 10 localidades com código de área inscritos no Sistema Nacional DDI.

## **3. REDE MONOCANAL**

Visando a interligação das 85 sedes municipais do Estado que não dispunham de qualquer serviço de telecomunicações, a Companhia concluiu no exercício a implantação da Rede Monocanal, por serviço de Discagem Direta à Distância.

## **8. TERMINAIS INSTALADOS**

Dentro dos prazos estipulados em seus cronogramas de obras e com a conclusão de mais de uma centena e meia de obras, o número de terminais telefônicos instalados no período atingiu a expressiva marca de 53.347 unidades.

## **9. TERMINAIS SUBSTITUÍDOS**

Tendo como objetivo minimizar os custos operacionais dos sistemas e eliminar equipamentos obsoletos, deve-se ressaltar o número de 4.773 terminais substituídos.

## **10. GANHO DE TERMINAIS**

Em decorrência às cifras de terminais instalados e de terminais substituídos, o crescimento de acervo de terminais ocorrido no exercício, alcançou o número de 48.574.

## **11. CANAIS x Km.**

Com as ampliações da rede de microondas, o crescimento do número de canais x quilômetros da rede interurbana foi igualmente significativo, totalizando a cifra de 720.000.

## **12. NÚMERO DE TRONCOS**

Ainda em decorrência da política de expansão do Plano Estadual de Telecomunicações, o acervo da Companhia no período considerado foi acrescido de 5.720 novos troncos.

### 13. SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

O rendimento das atividades da Empresa, no setor da expansão dos serviços, pode ser assim sintetizado em números globais:

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIOS	
	1975	1976
Cidades integradas no Sistema Estadual de Telecomunicações		
1 Sedes Municipais .....	194	290
2 Distritos .....	17	19
Número de obras concluídas .....	92	151
Número de Centrais em DDI .....	2	10
Número de Centrais em DDD		
1 Com rede urbana .....	56	60
2 Através de monocanal sem rede urbana .....	—	81
Número de Centrais em DDO		
1 Com rede urbana .....	61	101
2 Através de monocanal sem rede urbana .....	—	14
Número de terminais existentes .....	114.646	163.220
Número de terminais instalados .....	80.894	53.347
Número de terminais substituídos .....	38.818	4.773
Ganho de terminais .....	42.076	48.574
Número de Canais x Km. ....	681.458	720.000
Número de troncos .....	—	5.720
Número de Ligações interurbanas completadas ...	21.000.000	24.000.000

### SANEAMENTO BÁSICO

#### 1. CONSIDERAÇÕES

A Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, alcançou no exercício de 1976, marca expressiva, com o desenvolvimento de importantes e significativos programas, que colocam o Estado em posição de destaque no cenário nacional, prevendo-se o cumprimento dos objetivos e metas preconizadas pelo PLANASA/PR., antes mesmo do prazo previsto.

No exercício de 1976, a expansão do Plano de Saneamento Básico processou-se através de contratação de projetos técnicos, implantação de novos sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário, além de ampliações de sistemas já existentes na Capital e cidades do Interior.

#### 2. CONTRATOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS

O desenvolvimento do programa concernente à elaboração de projetos técnicos de engenharia e de execução de obras e serviços, processou-se ao longo dos 12 meses de 1976, através da celebração de 73 contratos, com investimento previsto de Cr\$ 80.093.536,00.

### **3. CONTRATOS DE FINANCIAMENTO BNH/FAE/PR.**

No tocante a financiamento de obras, no período considerado, foram celebrados 7 contratos cujos valores ascendem à cifra de Cr\$ 146.342.600,00, enquanto que os investimentos realizados somam Cr\$ 131.759.000,00.

### **4. SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E DE COLETA DE ESGOTO SANITARIO**

Em cumprimento às metas estabelecidas no PLANASA/PR. e no sentido de garantir e manter a saúde e o bem-estar da população paranaense, a expansão dos programas de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário em 1976 apresentou-se conforme evolução a seguir:

#### **4.1 — Sistemas de Abastecimento de Agua**

Em um ano de governo foram iniciadas 4 obras novas e 5 ampliações de sistemas existentes, representando investimentos de Cr\$ 5.954.000,00 e Cr\$ .. 60.077.000,00, respectivamente; 17 obras novas e 19 ampliações de sistemas existentes foram concluídas em 1976, com a aplicação de Cr\$ 53.284.117,00 e Cr\$ 69.877.000,00.

Por outro lado, ainda durante o corrente ano, desenvolvem-se obras de implantação de sistemas novos, iniciados no exercício anterior, beneficiando 13 cidades, num montante de Cr\$ 80.425.000,00 e obras de ampliação de sistemas existentes em 28 cidades, cujos investimentos totalizam Cr\$ ..... 188.112.000,00.

#### **4.2 — Sistemas de Coleta de Esgotos Sanitários**

Ao longo dos meses considerados, foi iniciada a construção de 3 ampliações da rede de esgoto de uma cidade, com aplicação de investimentos de Cr\$ 30.447.671,00.

No mesmo período, a SANEPAR concluiu as obras de implantação de sistemas de coleta, beneficiando duas cidades, com investimento realizado de Cr\$ 1.436.236,00.

No presente os trabalhos se concentram na execução dos serviços de implantação de 3 sistemas novos de coleta de esgoto e na ampliação de redes existentes em 3 cidades, cujos custos ascenderão às importâncias de Cr\$ ... 57.307.000,00 e Cr\$ 30.447.671,00, respectivamente.

#### **4.3 — Evolução das Redes de Agua e Esgotos**

Dentro dos programas de implantação e ampliação dos sistemas, a evolução das redes de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário atingiu, no período, as marcas de 730.200 e 86.400 metros de extensão.

#### **4.4 — Ligações a Economias**

Durante o exercício, o desenvolvimento e conclusão de obras do plano de saneamento básico possibilitaram ligações de água a 57.601 economias e atendimento com esgoto a 7.698 unidades.

## **5. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTOS DE CURITIBA**

Em 1976, a SANEPAR, considerando o deficiente índice do sistema de esgotos de Curitiba e no sentido de garantir a saúde de sua população, deu início à primeira etapa de implantação da ampliação da rede coletora de esgoto sanitário da Capital.

Assim, no triênio 77/79, a Empresa, no sentido de elevar o índice de atendimento da população urbana com esgoto sanitário, programou atingir as seguintes significativas metas:

— Concluir a implantação de 630.000 metros de rede coletora e atendimento a 36.320 economias;

— Implantar 23.000 metros de interceptores e coletores tronco, com diâmetros variáveis entre 400 e 2.000 mm;

— Construção de estação elevatória e estação de tratamento localizada junto às confluências dos Rios Iguaçu e Belém, com vazões de 2.000 m<sup>3</sup>/segundo.

Para este projeto, a Empresa conta com o investimento de Cr\$ ..... 452.167.000,00, importando em Cr\$ 48.147.000,00, Cr\$ 248.708.000,00 e Cr\$ ..... 155.312.000,00 os investimentos anuais para 77, 78 e 79, respectivamente.

## **6. SITUAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE AGUA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO**

A situação de abastecimento de água tratada às concentrações urbanas do Estado apresenta-se conforme indicadores a seguir:

— da totalidade dos 290 Municípios do Estado, 205 são dotados de serviços de abastecimento de água;

— dos Municípios atendidos com rede de água, 111 são operados pela SANEPAR e os demais são explorados por terceiros;

— 66% da população urbana dos 111 Municípios operados pela SANEPAR é abastecida com água potável, o que corresponde a 51,4% das concentrações urbanas, enquanto os 543.462 habitantes das cidades atendidas por terceiros representam apenas 17,3% da população urbana do Estado.

## **7. SITUAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO COM COLETA DE ESGOTO SANITARIO**

O atendimento dos Municípios do Estado no que concerne a sistema de coleta de esgoto sanitário é apresentada de conformidade com os indicadores abaixo:

— 36 Municípios paranaenses dispõem de sistemas de coleta de esgoto sanitário, dos quais 26 são atendidos pela SANEPAR e os demais são operados por terceiros.

— a população beneficiada pela SANEPAR com esgoto atingiu a marca de 409.485 habitantes, sendo de 99.030 o número de pessoas atendidas pelos sistemas operados por terceiros.

— 25,0% da população urbana dos 26 Municípios operados pela Companhia é servida de rede de coleta de esgoto, enquanto que 32,2% da população atendida por terceiros, corresponde à população urbana.

## 8. SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

O resultado das atividades desenvolvidas pela SANEPAR, em 1976, comparativamente com o ano de 1975, é apresentado de conformidade com os indicadores abaixo:

Discriminação	EXERCÍCIO	
	1975	1976
Contratos para elaboração de projetos, execução de obras e serviços .....	53	73
Contratos de Financiamento — BNH/FAE/PR. ....		
1 — Investimentos contratuais .....	376.786.100,00	146.342.600,00
2 — Investimentos realizados .....	106.851.000 00	131.759.000,00
<b>Sistema de Abastecimento de Água</b>		
1 — Obras concluídas — n.º de obras ..	10	36
— Invest. realizado .....	20.922.652,00	123.161.117,00
— Potência instalada — CV .....	2.522	4.632
— Elevatórias — m2 .....	354	3.268
— Estação de tratamento e casas de química — m2 .....	700	1.040
— Reservatório elevado — m3 .....	1.100	4.230
— Reservatórios enterrados e semi-enterrados — m3 .....	12.335	46.950
— Adutoras — m. ....	52.150	55.928
— Economias existentes .....	77.308	57.601
— População beneficiada .....	328.640	262.750
2 — Obras iniciadas		
— n.º de obras .....	40	9
— Investimento — Cr\$ .....	153.190.000,00	66.031.000,00
3 — Obras em andamento		
— n.º de obras .....	61	41
— Investimento previsto .....	268.663.217,00	268.537.000,00
<b>Sistema de Coleta de Esgoto Sanitário</b>		
1 — Obras concluídas		
— n.º de sistemas .....	—	2
— Investimento realizado .....	—	1.436.236,00
2 — Obras iniciadas		
— n.º de obras .....	4	3
— Investimento previsto .....	32.593.236,00	30.447.671,00
3 — Obras em andamento		
— Investimento previsto .....	49.777.127,00	87.754.671,00

## **RADIODIFUSÃO**

### **1. CONSIDERAÇÕES**

No que concerne à área de difusão de som e imagem, o primeiro objetivo do Plano Estadual de Radiodifusão visou promover a implantação, melhoria e exploração da repetição e retransmissão de sinais de televisão de estação geradora, em localidades não atingidas diretamente pelas mesmas.

Para avaliação das atividades desenvolvidas pela RADIPAR durante o exercício de 1976, é apresentado a seguir, uma síntese de ação administrativa julgada mais significativa e mais relevante.

### **2. PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES**

Face à necessidade de adaptação às disposições das Normas Técnicas e Jurídicas do Ministério das Comunicações, para Repetição e Retransmissão da Televisão e Comunicação Oficial, a RADIPAR promoveu e participou de diversas reuniões com vistas à implantação da rede oficial de radiodifusão e de televisão do Estado.

Assim, com este objetivo, a RADIPAR participou da I, II, III e IV Reuniões Interestadual de Repetição e Retransmissão de TV e Comunicações Oficiais, realizadas em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba, respectivamente.

### **3. REDE ESTADUAL DE REPETIÇÃO E RETRANSMISSÃO DE SINAIS DE TELEVISÃO**

Considerando o objetivo da Empresa de promover a implantação da rede estadual de repetição e retransmissão de som e imagem no interior do Estado, a RADIPAR realizou, no exercício de 1976, levantamentos e estudos para elaboração de projetos técnicos de dois sistemas, a saber:

— O primeiro projeto em Estações Retransmissoras em VHF, abrangendo área do Norte Pioneiro, compreendendo as cidades de Cornélio Procópio, Ibatí, Jacarezinho, Porecatu e Wenceslau Braz, além da cidade de Paranaguá, com aproveitamento do canal de reserva da rede de microondas da TELEPAR.

— Para o segundo projeto, cobrindo área da região sul-sudoeste do Estado, abrangendo as cidades de Antônio Olinto, Bituruna, General Carneiro, Lapa, Palmas, Paulo Frontin, São Mateus do Sul e União da Vitória, sem utilização da rede de microondas da TELEPAR, prevê a construção de enlaces de repetidoras, de modo a transportar os sinais das estações geradoras a todos os retransmissores.

### **4. PROJETOS TÉCNICOS CONTRATADOS**

Definidas as áreas de coberturas, a localização, a frequência e a potência de emissão dos retransmissores e a quantidade de programas a serem retransmitidos simultaneamente, a RADIPAR contratou a elaboração de dois projetos técnicos, com vistas à implantação da 1.ª etapa do sistema estadual de retransmissão de televisão.

## TRANSPORTES

### 1. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM — DER

#### 1.1 Quadro Sinótico da Produção em 1976

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	EXTENSÃO — (KM)		TOTAL
	Concluído em 1.976	Em Execução em 1.976	
PROJETOS .....	1.064,20	2.069,10	3.133,30
ESTUDOS DE VIABILIDADE .....	—	230,00	230,00
PAVIMENTAÇÃO .....	500,06	721,66	1.221,72
IMPLANTAÇÃO BÁSICA .....	170,50	286,40	456,90
RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO .....	176,60	—	176,60
RODOVIAS ALIMENTADORAS .....	612,62	523,19	1.135,81
PAVIMENTAÇÃO — PROPAME .....	82,90	35,00	117,90
MELHORAMENTOS — PROPAME .....	623,60	279,00	902,60
OBRAS DE ARTE ESPECIAIS .....	1,20	3,10	4,30
PROSAFRAS .....	5.000,00	—	5.000,00

#### 1.2 Plano Diretor Rodoviário

Foi dada continuidade aos trabalhos visando a atualização do PLANO DIRETOR RODOVIÁRIO DA REGIÃO SUL, em convênio com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

A Demarragem aconteceu no ano passado e segundo o cronograma físico de execução, o Plano deverá estar concluído em julho de 1.977.

Dentre as atividades desenvolvidas no exercício, destacamos as seguintes :-

- a — Conclusão das pesquisas de campo;
- b — Participação do D.E.R. através da DG-2 (Divisão de Planejamento), na fiscalização das Consultoras;
- c — Conclusão das coletas de dados econômicos;
- d — Acompanhamento junto ao D.N.E.R. dos trabalhos efetivos de processamento e análise.
- e — Entrega do 1.º Relatório Especial.

### 1.3 Dinamização do Setor de Estudos e Projetos

O setor de estudos e projetos teve o desenvolvimento dos trabalhos no mesmo ritmo do ano anterior, sendo concluídos cerca de 1.064 km de projetos, além de 1.898 km em andamento e 401 km em fase de licitação.

#### 1.3.1 Projetos Contratados — Concluídos

	EXT. — KM.
PROJETO FINAL DE ENGENHARIA .....	156,50
PROJETO GEOMÉTRICO .....	76,00
PROJETO DO PAVIMENTO .....	710,37
	<hr/>
	942,87

#### 1.3.2 Projetos Contratados — Em Andamento

PROJETO FINAL DE ENGENHARIA .....	1.442,00
PROJETO DE PAVIMENTO .....	339,00
RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO .....	23,00
	<hr/>
	1.804,00

#### 1.3.3 Projetos Elaborados por Administração Direta — Concluídos

	EXT. — KM.	EXT. — M.
PROJETO FINAL DE ENGENHARIA .....	30,80	—
PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO .....	80,10	—
PROJETO GEOMÉTRICO .....	9,00	—
OBRAS DE ARTE ESPECIAIS .....		1.443,00
	<hr/>	<hr/>
	119,90	1.443,00

#### 1.3.4 Projetos Elaborados por Administração Direta — Em Andamento

	EXT. — KM.	EXT. — M.
PROJETO FINAL DE ENGENHARIA .....	5,72	
PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO .....	87,80	
OBRAS DE ARTE ESPECIAIS .....		585,00
	<hr/>	<hr/>
	93,52	585,00

### 1.3.5 Estudos e Projetos — Em Licitação

	EXT. — KM.
PROJETO FINAL DE ENGENHARIA .....	171,00
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA .....	230,00
	401,00

### 1.4 Dinamização do Setor de Obras Rodoviárias

Foram entregues ao tráfego 500,06 km de Rodovias pavimentadas, estando ainda em andamento um elenco de 721,66 km.

Foram concluídos 170,50 km de implantação básica e 176,60 km de restauração do pavimento.

#### 1.4.1 Rodovias Pavimentadas Concluídas em 1.976

Rodovia	T R E C H O	Realizado Em 1.976	Extensão Total (KM)
BR-376	ACESSO CAMBIRA * (**)	0,31	0,31
PR-151	ACESSO CASTRO *	0,46	0,46
BR-153	ST.º ANT.º PLATINA — IBAITI	9,30	66,50
BR-272	FAXINAL — PORTO UBÁ	23,90	35,00
BR-272	MAUÁ — FAXINAL	3,70	20,60
BR-272	ACESSO FAXINAL	1,20	1,20
BR-277	CONTORNO SUL DE CURITIBA	9,60	15,00
BR-277	IRATI — RELÓGIO	19,00	57,50
BR-369/ 376	CONTORNO SUL DE APUCARANA	4,20	11,00
BR-376	TREVO — IMBAÚ	1,70	1,80
BR-466	PORTO UBÁ — IVAIPORÁ	13,20	29,40
BR-466	ACESSO JARDIM ALEGRE	0,31	0,31
BR-466	ACESSO IVAIPORÁ	3,70	3,70
PR-092	JAGUARIAÍVA — WENCESLAU BRAZ — BR-153	72,70	131,90
PR-415	ACESSO PIRAQUARA	1,80	1,80
PR-415	ACESSO PINHAIS	1,40	1,40
PR-415	CURITIBA — PIRAQUARA	5,90	14,80
PR-482/ 180	PATO BRANCO — FRANCISCO BELTRÃO	8,40	57,00
BR-376	TREVO DE MAUÁ	2,00	2,00
	CONTORNO DE CAMBÉ * (**)	15,89	15,89
ACESSO	CAMPO MOURÃO	1,60	1,60

ACESSOS	TAPEJARA — DR. CAMARGO — FLORESTA — UNIV. DE MARINGÁ .....	6,24	6,24
ACESSO	PIRAÍ DO SUL .....	0,80	0,80
ACESSO	JAGUARIAÍVA .....	2,18	2,18
ACESSO	WENCESLAU BRAZ .....	0,57	0,57
ACESSO	CALÓGERAS .....	0,20	0,20
ACESSO	QUATIGUA .....	2,00	2,00
ACESSO	JOAQUIM TAVORA .....	0,20	0,20
ACESSO	ARAPOTI .....	1,80	1,80
ACESSO	FABR. PAPEL EM ARAPOTI .....	12,00	12,00
ACESSO	QUITANDINHA .....	1,10	2,70
ACESSO	RENASCENÇA .....	0,40	0,40
ACESSO	VITORINO .....	0,80	0,80
ACESSO	PORTO DE ANTONINA .....	1,00	1,00
<b>T O T A L</b> .....		229,56	500,06

\* — OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(\*\*) — PISTA DUPLA

#### 1.4.2 Rodovias em Pavimentação no Exercício

Rodovia	T R E C H O	Realizado	Extensão
		Em 1.976	Total (KM)
PR-090	ASSAÍ — S. JERÔNIMO DA SERRA .....	10,90	50,00
PR-160	GOIOERÉ — IV CENTENÁRIO .....	7,70	62,00
PR-180	GUAIRAÇÁ — TERRA RICA .....	3,60	28,00
PR-182	LOANDA — STA. IZABEL DO IVAÍ .....	1,90	8,60
PR-T-280	BR-153 — PALMAS .....	13,80	62,80
PR-427	ACESSO — CAMPO TENENTE .....	1,50	3,50
PR-431	CAMBARÁ — JACAREZINHO .....	9,30	22,10
PR-450	PORECATU — CENTENÁRIO DO SUL .....	5,20	24,00
PR-463	NOVA ESPERANÇA — ST.º INACIO .....	32,10	78,10
PR-466	PARANAVAÍ — RONDON .....	16,40	56,80
PR-468	ACESSO MOREIRA SALES — ACESSO MARILUZ .....	5,70	14,00
PR-483	FRANC.º BELTRÃO — AMPERE .....	18,00	60,50
-	ACESSO FÁBRICA DE CIM. ITAÚ .....	3,60	4,20
BR-272	FRANCISCO ALVES — GUAÍRA .....	36,20	50,00
PR-412	CONTORNO DE MATINHOS .....	3,00	4,30
-	ACESSO A PLATINA .....	0,60	6,20
PR-160	HARMONIA — TELEMACHO BORBA .....	0,2	4,80
PR-431	JACAREZINHO — RIBEIRÃO CLARO (*) ..	-	26,60
PR-218	JOAQUIM TAVORA — CARLÓPOLIS .....	1,0	36,00
PR-436	BANDEIRANTES — ITAMBARACÁ (*) .....	-	12,00
-	AV. D. PEDRO II (PONTA GROSSA) .....	0,5	1,36

	AV. DAS TORRES (Convênio c/Pref. Mun. de CURITIBA) .....	1,0	5,00
PR-170	GUARAPUAVA — FOZ DO AREIA (Convênio c/a COPEL) .....	44,10	98,00
BR-369	CONTORNO DE IBIPORÁ .....	1,40	2,80
<b>T O T A L</b> .....		<b>217,70</b>	<b>721,66</b>

(\*) — OBRAS POR ADMIN. DIRETA

#### 1.4.3 Rodovias com Implantação Básica Concluída em 1.976

Rodovia	T R E C H O	Ext. (KM)
PR-412	PRAIA DE LESTE — PONTAL DO SUL .....	19,00
PR-090	BELA VISTA — ALVORADA DO SUL .....	23,00
PR-024	SIQUEIRA CAMPOS — SALTO DO ITARARÉ .....	30,00
PR-460	GUARAPUAVA — RIO BONITO .....	56,50
ACESSO	BR-277 — FÁBRICA DE CIMENTO ITAMBÉ .....	25,00
ACESSO	TIJUCAS — BR-376 .....	17,00
<b>T O T A L</b> .....		<b>170,50</b>

#### 1.4.4 Rodovias com Implantação Básica em Andamento

Rodovia	T R E C H O	Ext. (KM)
ACESSO	PORTO AMAZONAS — BR-277 .....	8,50
BR-487	CAMPO MOURÃO — IRETAMA .....	60,00
PR-460	IRETAMA — PITANGA (R. Muquillão — Rio Vorá) .....	16,50
PR-471	CATANDUVAS — BR-277 .....	12,80
PR-488	CÉU AZUL — SANTA HELENA .....	68,60
PR-340	CASTRO — TIBAGI .....	61,00
PR-092	RIO BRANCO DO SUL — CERRO AZUL .....	50,00
PR-182	SALGADO FILHO — BR-373 .....	9,00
<b>T O T A L</b> .....		<b>286,40</b>

#### 1.4.5 Restauração do Pavimento

Rodovia	T R E C H O	Situação Em 1.976	Extensão (KM)
PR-090	ASSAÍ — BR-369 .....	Concluído	15,40
PR-407	BR-277 — PORTO PASSAGEM .....	Concluído	41,00
PR-412	GARUVA — GUARATUBA .....	Concluído	42,00
PR-442	ENTRONC. BR-369 — URAÍ .....	Concluído	8,40
ACESSO	CALIFORNIA — BR-376 .....	Concluído	2,00

ACESSO	MARILÂNDIA DO SUL — BR-376 .....	Concluído	5,00
BR-376	CALIFÓRNIA — APUCARANA .....	Concluído	11,00
PR-323	MARINGÁ — CIANORTE (Trechos descontinuos)	Concluído	33,00
PR-151	PIRAÍ DO SUL — ITARARÉ (Trechos descontinuos) .....	Concluído	17,00
ACESSO	Av. SALGADO FILHO .....	Concluído	1,80
<b>TOTAL .....</b>			<b>176,60</b>

#### 1.4.6 Rodovias Alimentadoras

Com o objetivo de integrar as regiões produtoras do Estado aos grandes eixos viários, assim permitindo o escoamento da produção agro-pecuária para os centros de distribuição e/ou consumo, formulou-se um programa especial de rodovias alimentadoras, constante de 1.135 km, dos quais 612 encontram-se concluídos e 523 em andamento.

O quadro abaixo relaciona os trechos rodoviários constantes do programa. No 1.º trimestre de 1977 deverá ser concluída a implantação básica da totalidade do programa.

TRECHO	EXT. — KM	SITUAÇÃO
SÃO SEBASTIAO DA AMOREIRA - NOVA FÁT. ...	29,480	Concluída
PITANGA - MANOEL RIBAS .....	30,300	Em andamento
MANOEL RIBAS - IVAIPORÁ .....	34,649	Em andamento
JAGUAPITÁ - GUARACI .....	20,770	Em andamento
GUARACI - CENTENÁRIO DO SUL .....	18,130	Em andamento
CENTENÁRIO DO SUL - SANTO INACIO .....	25,150	Em andamento
NOVA FÁTIMA - RIBEIRÃO DO PINHAL .....	23,480	Concluída
CORNÉLIO PROCÓPIO - MARIPORÁ .....	34,780	Concluída
URAI - RANCHO ALEGRE .....	21,290	Em andamento
RIBEIRÃO DO PINHAL - ST.º ANT.º PLAT. ....	37,560	Concluída
CONGONINHAS - RIO DO PEIXE .....	22,100	Concluída
RIO DO PEIXE - IBAITI .....	39,790	Concluída
TERRA ROXA - PALOTINA - A. CHATEAUB. ...	76,500	Em andamento
PÉROLA - CAFEZAL .....	21,630	Concluída
ASSIS. CHAT. - NOVA AURORA - UBIRATÁ ....	43,370	Concluída
JESUITA - FORMOSA - GOIOERÊ - CRUZEIRO DO OESTE .....	102,000	Concluída
BOM SUCESSO - ENTRONCAMENTO .....	28,600	Em andamento
VARIANTE DO RIO IVAÍ .....	3,470	Concluída
PEABIRU - ARARUNA .....	15,120	Em andamento
ENTRONCAMENTO - QUINTA DO SOL .....	34,608	Em andamento
ENG.º BELTRÃO - CIANORTE .....	41,904	Concluída

CIANORTE - RONDON .....	35,291	Concluída
FOZ DO CHOPIM - DOIS VIZINHOS .....	31,140	Concluída
DOIS VIZINHOS - FRANCISCO BELTRÃO .....	44,420	Concluída
PATO BRANCO - ITAPEJARA DO OESTE .....	32,800	Concluída
SÃO JOÃO - CHOPINZINHO - BR-373 .....	38,800	Em andamento
DOIS VIZ. - SALTO DO LONTRA - SANTA IZABEL DO OESTE .....	39,278	Em andamento
DOIS VIZINHOS - SÃO JOÃO .....	45,647	Concluída
TERRA RICA - GUAIRAÇA .....	23,770	Concluída
BR-376 - LOANDA .....	21,000	Em andamento
LOANDA - STA. CRUZ DO MONTE CASTELO - QUERÊNCIA DO NORTE .....	49,370	Em andamento
LOANDA - STA. IZABEL DO IVAÍ .....	8,640	Em andamento
S. CARLOS DO IVAÍ - FLORAÍ .....	17,990	Em andamento
FLORAÍ - PRES. CASTELO BRANCO .....	13,000	Em andamento
NOVA AURORA - IV CENTENÁRIO .....	30,000	Em andamento
<b>T O T A L</b> .....	<b>1.135,810</b>	

**R E S U M O :-**

CONCLUÍDAS .....	—	612,62 km.
EM ANDAMENTO .....	—	523,19 km.

**T O T A L** .....

---

— 1.135,81 km.

**1.5 PROPAME — Programa de Pavimentação a Baixo Custo e de Melhorias em Rodovias do Estado do Paraná**

A finalidade deste Programa é proporcionar tráfego permanente nas rodovias da rede estadual de conservação, visando reduzir a extensão das estradas de leito natural que, atualmente, são da ordem de 37% numa rede de 10.300 km.

Foram concluídos, no exercício, cerca de 82,90 km de **rodovias pavimentadas** e 623,60 km de **melhoramentos**, estando em andamento 35,00 km de pavimentação e 279,00 km de melhoramentos.

**1.5.1 Pavimentação Concluída em 1.976**

<b>Rodovia</b>	<b>T R E C H O</b>	<b>Ext. (KM)</b>
PR-182	TOLEDO - PALOTINA .....	54,60
PR-437	PRIMEIRO DE MAIO - SERTANÓPOLIS .....	21,30
PR-151	Acesso Aeroporto PONTA GROSSA - Entroncamento - PR-438 .....	7,00
<b>T O T A L</b> .....		<b>82,90</b>

### 1.5.2 Pavimentação em Andamento 1.976

<b>Rodovia</b>	<b>TRECHO</b>	<b>Realizado Em 1.976</b>	<b>Extensão Total (KM)</b>
PR-218	PARANAÍ - AMAPORÁ .....	15,00	35,00
<b>T O T A L .....</b>		<b>15,00</b>	<b>35,00</b>

### 1.5.3 Melhoramentos do Propame Concluídos em 1.976

<b>Rodovia</b>	<b>TRECHO</b>	<b>Ext. (KM)</b>
PR-180	NOVA AURORA - CASCAVEL .....	63,00
PR-182	SANTA TEREZA - CAP. LEÓNIDAS MARQUES .....	58,00
PR-182	PALOTINA - RIO PIQUIRI .....	12,00
PR-182	RIO PIQUIRI - FRANCISCO ALVES .....	15,00
PR-459	MEDIANEIRA - SANTA HELENA .....	56,00
PR-469	ITAPEJARA - VERÊ - DOIS VIZINHOS .....	40,00
PR-471	SALTO DO LONTRA - ENTRONCAMENTO - PR-180 ..	43,00
PR-481	SANTO ANTONIO - ENTRONCAMENTO - PR-483 ....	44,00
PR-281	MANGUEIRINHA - BR-373 .....	28,00
—	ALTÔNIA - IPORÁ .....	30,00
PR-453	ENTRONCAMENTO - BR-369 - KALORÉ .....	19,60
PR-453	KALORÉ - BORRAZÓPOLIS - BR-272 .....	31,00
BR-376	MARILÂNDIA DO SUL - RIO BOM .....	16,00
PR-160	CURIÚVA - FIGUEIRA .....	38,00
PR-218	RIBEIRÃO DO PINHAL - GUAPORÉ - JOAQUIM TÁVORA	54,00
PR-424	SIQUEIRA CAMPOS - TOMAZINA .....	24,00
PR-441	RESERVA - TRÊS BICOS .....	18,00
PR-427	LAPA - PORTO AMAZONAS .....	34,00
<b>T O T A L .....</b>		<b>623,60</b>

### 1.5.4 Melhoramentos do Propame em Andamento em 1.976

PR-239	UBIRATÁ - CAMPINA DA LAGOA .....	16,00
PR-082	UMUARAMA - RONDON .....	56,00
PR-158	TERRA BOA - PEABIRU .....	15,00
PR-441	CAND. ABREU - MANOEL RIBAS .....	47,00
PR-456	PALMITAL - PITANGA .....	58,00
PR-404/406	CACATU - GUARAQUEÇABA .....	75,00
—	ANTONIO OLINTO - BR-476 .....	12,00
<b>T O T A L .....</b>		<b>279,00</b>

## 1.6 Construção de Obras de Arte Especiais

### 1.6.1 Obras Concluídas em 1.976

Rodovia	T R E C H O	Obstáculo	Ext. - (M)
BR-277	CONTORNO SUL DE CURITIBA ....	R. Barigui	58,00
BR-369	CONTORNO SUL DE APUCARANA .	BR-376 (Viaduto)	31,62
PR-082	ENG.º BELTRÃO - QUINTA DO SOL	R. Mourão	140,00
PR-082	ENTRONCAMENTO - FENIX .....	R. do Bulha	66,30
PR-082	FENIX - QUINTA DO SOL .....	R. Aruão	71,80
PR-092	JAGUARIAIVA - WENC. BRAZ ....	RFFSA (Viaduto)	85,00
PR-092	JAGUARIAIVA - WENC. BRAZ ....	R. Capivari	128,70
PR-092	JAGUARIAIVA - WENC. BRAZ ....	PR-092 (Viaduto)	51,62
PR-281	CHOPINZINHO - BR-373 .....	R. Chopinzinho	25,00
PR-364	NOVA AURORA - UBIATÁ .....	R. Melissa	60,00
PR-364	TERRA ROXA DO OESTE - PALO- TINA .....	R. São Camilo	40,00
PR-390	CENT. SUL - STº. INÁCIO .....	R. Rondon	50,00
PR-412	CONT. BALN. DE CAIOBÁ .....	Canal de Caiobá	7,50
PR-415	CURITIBA - PIRAQUARA .....	R. Piraquara	24,75
PR-415	CURITIBA - PIRAQUARA .....	R. Iraí	24,75
PR-415	CURITIBA - PIRAQUARA .....	R. Palmital	17,40
PR-431	JACAREZINHO - CAMBARÁ .....	RFFSA (Viaduto)	35,00
PR-431	JACAREZINHO - CAMBARÁ .....	Cór. Est. 95 (Gal)	35,00
PR-460	RIO BONITO - GUARAPUAVA ....	R. Coutinho	38,00
PR-460	RIO BONITO - GUARAPUAVA ....	R. Charquinho	34,00
PR-460	RIO BONITO - GUARAPUAVA ....	Est. 2.308 (Gal.)	27,00
PR-460	RIO BONITO - GUARAPUAVA ....	Passa Fundo (Gal.)	30,00
PR-460	RIO BONITO - GUARAPUAVA ....	Cór. Pompine (Gal.)	44,00
PR-460	RIO BONITO - GUARAPUAVA ....	Cór. Cachoeira (Gal.)	31,00
PR-466	PARANAÍ - RONDON .....	R. S. João (Gal.)	30,00
<b>T O T A L .....</b>			<b>1.186,44</b>

### 1.6.2 Obras em Andamento em 1.976

Rodovia	T R E C H O	Obstáculo	Ext. - (M)
BR-158	PALMITAL - RONCADOR .....	R. Cantu	70,20
BR-369	BOM SUCESSO - ENTRONCAMENTO	R. Ivaí	301,00
BR-487	CAMPO MOURÃO - IRETAMA ....	R. Laranjeira	60,00
BR-487	CAMPO MOURÃO - IRETAMA ....	R. Chupador	60,00
BR-487	CAMPO MOURÃO - IRETAMA ....	R. Formoso	60,00
PR-082	CIANORTE - RONDON .....	R. dos Índios	65,00

PR-082	TERRA BOA - CIANORTE .....	R. Ligeiro	66,00
PR-082	ENGº. BELTRÃO - TERRA BOA ....	R. Claro I	53,70
PR-090	S. JER. SERRA - ASSAÍ .....	R. Pavão	60,00
PR-090	S. JER. SERRA - ASSAÍ .....	R. do Paulo	60,00
PR-090	S. JER. SERRA - ASSAÍ .....	R. José Maria	60,00
PR-090	S. JER. SERRA - ASSAÍ .....	R. S. Jerônimo	100,00
PR-180	F. BELTRÃO - DOIS VIZINHOS ...	R. Tunas	30,00
PR-180	F. BELTRÃO - DOIS VIZINHOS ...	R. Santa Rosa	50,00
PR-218	QUERÊNCIA NORTE - S. C. MONTE CASTELO .....	R. Caveira	35,00
PR-218	S. S. AMOREIRA - NOVA FÁTIMA .	R. Congonhas	58,00
PR-281	DOIS VIZINHOS - S. DO LONTRA ..	R. Jaracatiá	80,00
PR-281	DOIS VIZINHOS - S. DO LONTRA ..	R. Lontras	59,00
PR-317	JESUÍTA - FORMOSA DO OESTE ..	R. Jesuíta	75,00
PR-340	JAGUAPITÁ - GUARACI .....	R. S. José (Gal.)	55,00
PR-364	JESUÍTA - NOVA AURORA .....	R. Taguaraçu	75,00
PR-364	PALOTINA - A. CHATEAUBRIAND .	R. Azul	50,00
PR-364	ASSIS CHAT. - JESUITA .....	R. Verde	80,00
PR-364	JESUÍTA - NOVA AURORA .....	R. dos Padres	40,00
PR-436	CONGONHINHAS - IBAITI .....	R. Laranjinha	102,00
PR-451	FAXINAL - GRANDES RIOS .....	R. Alonso	140,00
PR-460	RIO BONITO - GUARAPUAVA .....	R. Bonito	40,00
PR-460	RIO BONITO - GUARAPUAVA .....	R. Turvo	38,00
PR-460	RIO BONITO - GUARAPUAVA .....	Rib. Maracujá	34,00
PR-460	RIO BONITO - GUARAPUAVA .....	R. Alvo (Gal.)	30,00
PR-463	NOVA ESPERANÇA - STº. INÁCIO .	R. Stº Inácio	78,00
PR-463	NOVA ESPERANÇA - STº. INÁCIO .	R. Pirapó	106,00
PR-463	NOVA ESPERANÇA - STº. INÁCIO .	R. Bandeirantes	115,20
PR-464	PATO BRANCO - ITAP. DO OESTE .	R. Vitorino	72,00
PR-466	PEABIRU - ARARUNA .....	R. Claro II	61,30
PR-466	PARANAVAI - RONDON .....	R. do Salto	55,00
PR-472	GOIOERÊ - CRUZ. DO OESTE .....	R. Goioerê	68,00
PR-467	FLORAÍ - S. CARLOS DO IVAÍ .....	R. Esperança	35,00
PR-472	GOIOERÊ - CRUZ. DO OESTE .....	R. Água Branca	65,60
PR-483	FRANCº. BELTRÃO - AMPERE .....	R. Marrecas	100,00
PR-483	AMPERE - CAPANEMA .....	R. Sarandi	70,00
PR-483	AMPERE - CAPANEMA .....	R. Siemens	30,00
PR-485	PÉROLA - CAFEZAL .....	R. Xambrê	30,00
PR-488	MATELANDIA - DIAMANTE .....	R. S. Francisco	70,20
PR-404	ANTONINA - GUARAQUEÇABA ....	R. Guaraqueçaba	42,00

---

**T O T A L** ..... 3.085,20

## 1.7 PROSAFRAS — Programa Especial de Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento das Safras

O programa foi deflagrado visando dar às rodovias intermunicipais, condições de tráfego, possibilitando o escoamento eficaz das safras.

Os serviços compreendem **revestimento primário** e **restauração** dos diversos trechos da malha selecionada, sendo na sua maioria, caracterizada como rodovias de 3.<sup>a</sup> classe com perfil e planta bem condicionados.

No exercício de 1.976 o programa recebeu um substancial incremento.

Em 1975, as rodovias municipais atendidas estavam distribuídas nas regiões Sudoeste, Oeste e Centro-Oeste.

Durante o ano de 1976, praticamente todo o Estado passou a beneficiar-se do Programa, abrangendo 270 Municípios ou seja 90%.

Foram concluídos 6.700,0 km desde a criação do Programa, sendo 5.000,0 km no exercício de 1.976, sendo aplicados Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) aproximadamente nos dois períodos.

Ressalta-se aqui, a grande importância que o Programa se reveste para o desenvolvimento do Estado, inclusive com aproveitamento na seleção de rodovias alimentadoras.

Preveu-se para 1977, um incremento quantitativo e qualitativo, caso o Programa tenha prosseguimento normal, somando-se aos serviços executados até o momento a pavimentação de determinadas rodovias municipais.

## 1.8 Programa de Reequipamento das Coordenadorias Regionais

Dando continuidade à execução do programa de reequipamento do órgão, com a finalidade específica de conservar e melhorar uma rede rodoviária de 10.300 km, efetuou-se a aquisição dos seguintes equipamentos:

Quant.	Equipamento	Marca	Valor Global (Cr\$)
90	Caminhão com caçamba basculante ...	Mercedes Benz	14.268.132,00
10	Caminhão com carroceria madeira ....	F.N.M.	3.024.620,00
20	Caminhão com carroceria madeira ....	Mercedes Benz	2.369.745,80
02	Espargidor de asfalto p/montagem s/caminhão .....	Formaflex	245.700,00
20	Perua Jeep com motor diesel .....	Toyota	1.968.822,40
02	Rolo Compactador autopropelido .....	Terma Terra	1.139.400,00
06	Compressor de ar c/marteletes, mangueiras e brocas .....	Hoos	1.170.720,00
10	Motoniveladoras .....	Caterpillar e Hubber Warco	5.317.500,00
01	Escavadeira hidráulica .....	Muller - Fucks	715.100,00
06	Conjunto p/conserv. de pavim. ....	Almeida	1.014.969,12
04	Trator de esteira (D. 6.) .....	Caterpillar	2.794.584,00

10	Pá carregadeira .....	Clarck	4.198.000,00
10	Caldeira p/aquecimento e distr. de asfalto rebocável .....	Almeida	664.200,00
04	Caldeira p/aquecimento e distrib. de asfalto p/montagem s/caminhão .....	Formaflex	589.680,00
02	Máq. p/pintura de pavimento .....	Consmaq.	594.400,00
<b>T O T A L</b> .....			<b>40 075.573,32</b>

## 1.9 Obras Licitadas ao Final do Ano de 1976 e em Fase Inicial de Execução

### 1.9.1 Pavimentação

Redovias	T R E C H O	Ext. — KM.
PR-412	PRAIA DE LESTE - PONTAL DO SUL .....	17,67
PR-467	FLORAÍ - SÃO CARLOS DO IVAÍ .....	18,00
PR-218	ST. <sup>a</sup> IZABEL - LOANDA - Q. DO NORTE .....	49,34
PR-340	GUARACI - CENTENÁRIO DO SUL .....	18,98
PR-340	CENTENÁRIO - SANTO INÁCIO .....	25,14
PR-364	BR-272 - TERRA ROXA - PALOTINA - ASSIS CHAT.	83,50
BR-163/		
PR-239	ASSIS CHATEAUBRIAND - NOVA AURORA .....	47,94
PR-485	PÉROLA - CAFEZAL .....	21,63
	BR-277 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS .....	5,22
	UNIVERSIDADE DE LONDRINA .....	1,27
	ACESSO À INDIANÓPOLIS .....	0,40
PR-488	CÉU AZUL - VERA CRUZ .....	8,00
	ACESSO A CAMPO DO TENENTE .....	3,50
PR-317	ST. <sup>o</sup> INÁCIO - PORTO ST. <sup>o</sup> INÁCIO .....	10,00
PR-239	MAL. CÂNDIDO RONDON - VILA NOVA .....	45,00
	ACESSO A QUATRO BARRAS .....	0,73
PR-483/		
281	AMPERE - RIO CAPANEMA (REALEZA) .....	31,51
PR-421	BR-476 (RIO BARIGUI) - ARAUCÁRIA .....	8,00
	BR-277 - PARANAGUÁ .....	2,67
LIGAÇÃO	SAMAMBAIA - VITÓRIA .....	9,00
	ACESSO À MANDIRITUBA .....	0,70
PR-090	ST. <sup>a</sup> MARGARIDA - ALVORADA DO SUL .....	23,06
PR-473	DOIS VIZINHOS - FOZ DO CHOPIM .....	29,21
	AVENIDA SOUZA NAVES - PONTA GROSSA .....	1,36
PR-218	JOAQUIM TÁVORA - CARLÓPOLIS .....	36,00
PR-460	GUARAPUAVA - RIO BONITO .....	51,60
BR-280	PALMAS - PATO BRANCO .....	81,22
<b>T O T A L</b> .....		<b>630,65</b>

### 1.9.2 Implantação Básica

Rodovias	TRECHO	Ext. — KM.
PR-317	ASSIS CHATEAUBRIAND - TOLEDO .....	39,87
PR-460	PITANGA - RIO BONITO .....	19,65
<b>T O T A L</b> .....		59,52

### 1.9.3 Recuperação e Melhoramentos

Rodovias	TRECHO	Ext. — KM.
ACESSO	AEROPORTO AFONSO PENA .....	7,90
PR-323	UMUARAMA - IPORÁ E ACESSO .....	31,10
BR-153	JACAREZINHO - SANTO ANTONIO DA PLATINA .....	20,00
PR-410/ 411	PAISAGISMO - ESTRADA GRACIOSA .....	19,00
PR-092	CURITIBA - RIO BRANCO DO SUL .....	22,74
ACESSO	ALMIRANTE TAMANDARÉ .....	1,70
<b>T O T A L</b> .....		102,44

## 2. ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA — APPA

### 2.1 Considerações Gerais

A movimentação registrada em 1.976 pelo Porto de Paranaguá atingiu plenamente a previsão realizada no início do ano, coroando de êxito os esforços dispendidos pelos Governos Federal e Estadual na busca do incremento das exportações brasileiras.

Esse desempenho do Porto justifica, pela análise dos números, os investimentos nele realizados e estimula a Direção a continuar pleiteando novas aplicações destinadas a proporcionar ao escoadouro da produção paranaense, contínuos aperfeiçoamentos dos mecanismos operacionais.

Deve-se ressaltar a forma habilidosa e dedicada do homem portuário, nos mais diferentes setores de trabalho, que aceitou a sobrecarga de trabalho individual imposta pelo crescimento de movimentação, tendo contado praticamente, com o mesmo instrumental de trabalho do ano anterior.

### 2.2 Movimentação de Mercadorias

As 7.486.136 toneladas movimentadas pelo porto, para facilitar a análise, foram grupadas em quatro categorias:

**2.2.1 Carga Geral:** — Estão compreendidos neste grupo: café, madeira, café solúvel, mentol, maquinários e implementos diversos;

**2.2.2 Granéis Sólidos:** — Fazem parte deste grupamento: milho, soja, farelos, sal, fertilizantes, trigo;

2.2.3 **Líquidos:** — Compõe-se dos seguintes produtos:

óleos vegetais, óleo diesel, fuel oil, gasolina, querosene, G.L.P.;

2.2.4 **Porto de Antonina:** — Todas as mercadorias movimentadas naquele porto.

As divisas carreadas com as exportações realizadas alcançaram a cifra de 1,7 bilhões de dólares em 76, contribuindo o café, milho, soja e farelos com mais de 87% dessa Receita Cambial.

### 2.3 Movimentação por Grupo de Mercadoria

GRUPO	Em Toneladas		
	1.976	1.975	Variação
CARGA GERAL .....	589.323	620.802	- 5 %
GRANEIS SÓLIDOS .....	4.870.768	3.308.164	+ 47 %
LÍQUIDOS .....	1.962.436	1.736.315	+ 13 %
ANTONINA .....	63.609	47.381	+ 34 %
	7.486.136	5.712.662	+ 31 %

### 2.4 Movimentação por Sentido de Navegação

SENTIDO	1.976	1.975	Variação
EXPORTAÇÃO .....	5.343.289	3.874.502	+ 38 %
IMPORTAÇÃO .....	2.142.847	1.838.160	+ 17 %
	7.486.136	5.712.662	+ 31 %

### 2.5 Investimentos

Os investimentos realizados em 1.976 com recursos federais, através da Taxa de Melhoramento dos Portos, foram aprovados pelas Resoluções n.ºs 16/76 de 16.03.76 e 181/76 de 15.12.76 da Presidência da Empresa de Portos do Brasil S/A — PORTOBRÁS e estipulados em Cr\$ 18.500.000,00 (dezoito milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Tais recursos foram empregados em obras de pavimentação e drenagem de áreas portuárias, canalização do Rio Sabiá (início), prosseguimento da construção do Centro Administrativo (civil, forro, paredes divisórias, climatização e construção das Oficinas de Manutenção da A.P.P.A. — conclusão).

Vale ressaltar que no ano de 1.976, em virtude da criação da Empresa de Portos do Brasil S/A — PORTOBRÁS, foi extinto o Fundo de Melhoramento dos Portos, oriundo da Taxa de Melhoramento dos Portos e de cuja arrecadação se valiam os Portos para seus investimentos.

### 2.6 Receita Própria

Registrou-se ao final do exercício de 1.976, uma Receita Líquida de Cr\$ 113.329.318,30 (cento e treze milhões, trezentos e vinte e nove mil, tre-

zentes e dezoito cruzeiros, trinta centavos), atingindo a previsão dos órgãos financeiros desta Autarquia, estabelecendo uma média de receita de Cr\$ 15,00 por tonelada de mercadoria movimentada.

Comparando-se a receita auferida em 1.975, da ordem de Cr\$ .... 78.906.019,34 (setenta e oito milhões, novecentos e seis mil, dezenove cruzeiros, trinta e quatro centavos) com a de 1.976, verificou-se um crescimento da receita de 44% no exercício.

## **2.7 Fundos Federais**

Estão compreendidos nesta categoria, a Taxa de Melhoramento dos Portos, o Fundo de Depreciação, o Reembolso de Dragagem, etc., que apesar de recolhidos diretamente ao Banco do Brasil, podem reverter, em fase posterior, em obras e reposições de equipamentos no Porto.

A arrecadação desses fundos foi de Cr\$ 60.047 431,83 (sessenta milhões, quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e um cruzeiros, oitenta e três centavos), superior em 51% à do ano anterior.

## **3. DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO**

O setor Aeroportuário foi efetivamente intensificado, conforme as atividades a seguir enumeradas:

### **3.1 AEROPORTO DE PARANAVAI:**

Entregue ao tráfego em 14.03.76 com pista pavimentada de 1.400 x 30 m. (custo total no biênio 1.974/75 — Cr\$ 8.459.507,47).

### **3.2 AEROPORTO DE CASCAVEL:**

Concluída a terraplenagem e iniciada a drenagem.  
Custo em 1.976 — Cr\$ 5.089 079,00.

### **3.3 AEROPORTO DE PATO BRANCO:**

Concluídas a terraplenagem, drenagem e pavimentação. Iniciada a pavimentação do acesso ao Aeroporto.  
Custo em 1.976 — Cr\$ 3.489.277,00.

### **3.4 AEROPORTO DE PONTA GROSSA (SANT'ANA):**

Concluída a terraplenagem e drenagem. Iniciada a pavimentação da pista do acesso à estação de passageiros.  
Custo em 1.976 — Cr\$ 3.673.143,00.

### **3.5 AEROPORTO DE GUAÍRA:**

Assinado o contrato para pavimentação (Edital de Tomada de Preços n.º 07/76), empenhado em 1.976 — Cr\$ 2.916.162,00 — Empenhado em 1.977 — Cr\$ 1.478.697,80.  
Custo total — Cr\$ 4.394.859,80.

### **3.6 AEROPORTO DE IBAITI:**

Concluído o aumento da pista em 200 m.  
Custo em 1.976 — Cr\$ 100.000,00.

- 3.7 AEROPORTO DE BACACHERI:**  
Reparos na pista e no pátio de estacionamento. Pintura das faixas de sinalização diurna.
- 3.8 AEROPORTO DE BELA VISTA DO PARAÍSO:**  
Concluído o projeto e locado.
- 3.9 AEROPORTO DE CASTRO:**  
Concluído o projeto e locado.
- 3.10 AEROPORTO DE FAXINAL:**  
Concluído o projeto para homologação.
- 3.11 AEROPORTO DE IVAIPORÃ:**  
Concluído o levantamento topográfico para fins de pavimentação
- 3.12 AEROPORTO DE GUARAPUAVA:**  
Concluído o projeto de pavimento.
- 3.13 AEROPORTO DE PALMAS:**  
Concluído o projeto para ampliação e pavimentação da pista.
- 3.14 AEROPORTO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA:**  
Concluído o projeto para ampliação da pista.
- 3.15 AEROPORTO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ:**  
Concluído o projeto e locado.
- 3.16 AEROPORTO DE PARANAGUÁ:**  
Sinalização noturna em reparos. Está em processo de compra as Lâmpadas para o Balisamento Noturno.
- 3.17 AEROPORTO DE CAMPO MOURÃO:**  
Concluído o estudo do novo local para o Aeroporto.
- 3.18 AEROPORTO DE NOVA LONDRINA:**  
Concluído o estudo do novo local para o Aeroporto.
- 3.19 AEROPORTO DE CÂNDIDO RONDON:**  
Concluída a orientação para homologação.
- 3.20 AEROPORTO DE LONDRINA:**  
Concluído o projeto final para ampliação da pista.
- 3.21 AEROPORTO DE CORNÉLIO PROCÓPIO:**  
Concluído o projeto para pavimentação.

**3.22 AEROPORTO DE SÃO LUIZ DO PURUNÃ:**

Concluído o levantamento topográfico para fins de homologação.

**3.23 AEROPORTO DE UMUARAMA:**

Concluído o projeto para pavimentação.

**3.24 AEROPORTO DE MEDIANEIRA:**

Concluída a orientação para homologação.

### **III — CAMPO INSTITUCIONAL**

## ADMINISTRAÇÃO

### 1. CONSIDERAÇÕES

No decurso de 1976, a Secretaria de Estado da Administração — SEAD intensificou a atividade de normatização da conduta administrativa, particularmente para evitar o desperdício e o encontro de melhores resultados no emprego dos recursos à disposição das diversas unidades do Estado.

Foram identificadas as áreas de atuação prioritária, cuja política estabelecida passou a ser desenvolvida pela SEAD e seus órgãos de atuação programática através dos Grupos Administrativos Setoriais — GAS's, em todas as entidades que compõem a administração direta e indireta do Governo do Estado.

O direcionamento de tal política teve por fim conferir um apurado nível empresarial à ação de governo, de modo a aperfeiçoar o acompanhamento de seus custos administrativos e melhorar o atendimento aos órgãos usuários e comandadores dos serviços-meio prestados pela SEAD.

Tendo como diretriz básica que o elenco de providências empreendidas pela SEAD deve estar sempre a serviço das atividades substantivas de governo e não converter-se em instrumento cerceador destas, a Secretaria da Administração empenhou recursos financeiros no montante de Cr\$ ..... 166.235.851,00. Destes, somente 6,0% (Cr\$ 10.009.234,00) foi gasto com pessoal e encargos e 4,0% (Cr\$ 6.676.271,00) com a manutenção da Secretaria. O restante foi empregado em programas e projetos específicos de sua área de atuação tais como:

- 22,0% (Cr\$ 36.532.928,00) — com reparos em prédios públicos.
- 27,7% (Cr\$ 46.000.000,00) — com obras públicas.
- 7,8% (Cr\$ 13.052.133,00) — na aquisição de imóveis.
- 28,1% (Cr\$ 46.765.285,00) — com estoque rotativo.

### 2. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Coordenadoria Administrativa Setorial e Regional — C.A.S.R., que coordena as atividades desenvolvidas pelos Grupos Administrativos Setoriais (GAS's), procedeu o controle das despesas administrativas do Estado, emitindo relatórios mensais por Secretarias e tipo de despesas. Estes são encaminhados a cada centro de custos, para que, em função do conhecimento dos seus dispêndios, possam os ordenadores de despesas nortear-se melhor quanto à utilização de verbas.

Entendimentos foram mantidos com a CELEPAR para emissão destes relatórios compatibilizados com o Sistema COR-105, a partir de janeiro de 1977.

Procurando a uniformização, simplificação e celeridade processual da administração pública estadual, esta Coordenadoria padronizou 8 tipos de contratos de serviços mais frequentes no Estado.

Ainda dentro deste mesmo enfoque, efetuou os estudos relativos às atividades de protocolo e à confecção do respectivo Manual de Procedimentos Padronizados, estando em fase final de ajustes, com implantação prevista no primeiro trimestre de 1977.

Encontra-se em fase final de estudos o Sistema Centralizado de Protocolo e Comunicação Oficial (Correio Central), objetivando a centralização e tramitação dos expedientes e a maior racionalização destes procedimentos. Este sistema acarretará, conseqüentemente, uma diminuição de custos.

Alguns levantamentos especiais foram efetuados, tais como os relativos a material importado e material de estoque rotativo, para fins de avaliação e previsão.

O inventário de locação de equipamentos para reprodução de cópias objetivou uma racionalização destas despesas e uma melhor distribuição destes equipamentos.

A despesa com material importado, para 1976, foi Cr\$ 149 milhões e para 1977, será estabelecido em torno de Cr\$ 131 milhões, o que gerará 12% de economia neste item.

### 3. ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS

No alcance da organização centralizada de cadastro de informações sobre licitantes e licitações no Estado, a Coordenadoria Central de Controle de Serviços — C.C.C.S., procedeu ao inventário dos cadastros mantidos pela Administração Pública Estadual e instalou um novo sistema de cadastramento.

Os 608 certificados de habilitação, emitidos a partir dos 1.770 formulários de pedidos entregues, englobaram 368 fornecedores, 96 empresas fornecedoras de serviços e 144 empresas de obras. Estes certificados definiram o padrão de qualidade estabelecido pelo Estado para o desempenho das empresas que lhe prestam serviços e é exigido em qualquer licitação feita pelo Estado.

Por designação governamental, foi instituída uma Comissão para padronização de procedimentos licitatórios e contratos administrativos no Estado cujo produto final, o Manual de Licitações e Contratos, encontra-se em fase final de elaboração.

O sistema de controle de acordos e contratos celebrados pelo Estado, cm número de 480, foi otimizado pela Circular 01/76 do Excelentíssimo Sr. Governador, em função da determinação da consulta prévia à Secretaria da Administração para locação de imóveis.

Estruturou-se a C.C.C.S. para a centralização orçamentária da dotação de Serviço de Terceiros destinada ao custeio das despesas com locação de

imóveis, locação e equipamentos para reprodução de cópias, serviços de água, esgoto, energia elétrica, telefonia, telex e reparos em prédios públicos.

#### **4. ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL**

A Coordenadoria de Patrimônio do Estado registrou a aquisição de bens patrimoniais móveis no valor de Cr\$ 113.465.293,44 e foram registrados 113 imóveis.

A movimentação de bens patrimoniais, 1.621 registros e tombamentos, foi 23% superior ao exercício anterior (1.322).

#### **5 TRANSPORTE OFICIAL**

O Departamento Estadual de Transporte Oficial — DETO desenvolveu seu programa de trabalho baseado nas diretrizes estabelecidas para o sistema de administração dos veículos oficiais do Estado:

- contenção da expansão indiscriminada de frota;
- substituição dos veículos antieconômicos;
- fiscalização do uso de veículos oficiais;
- controle e diminuição no consumo de combustíveis e lubrificantes.

Portanto, apesar do desenvolvimento do Estado no atual Governo, com abertura de grandes frentes de trabalho, a frota foi racionalmente renovada, teve uma padronização compatível com as necessidades dos serviços e manteve-se praticamente equilibrada.

Os programas sucessivos de alienação, objetivando maior economia da frota registraram os seguintes dados:

Em 1976, 86 veículos foram doados a Entidades Filantrópicas de Assistência Social e Prefeituras Municipais e 177 leiloados. Houve ainda uma redistribuição de 65 veículos dentro do próprio serviço público estadual.

Considerando a política de Governo relativa ao Transporte Oficial, medidas de caráter operacional e administrativo sofreram constantes aprimoramentos, tais como, o estabelecimento de potência de motor máxima de veículos em função de sua utilização e o convênio com a Secretaria da Segurança Pública para a fiscalização do uso de veículos oficiais.

#### **6. ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS**

As medidas adotadas pelo Departamento Estadual de Administração de Material — DEAM deram-lhe o necessário embasamento técnico-administrativo para que assumisse uma real dimensão gerencial da área de materiais do Estado.

Voltado primordialmente para a resposta tempestiva a solicitações, conjugada com a redução de custos operacionais e a contenção de gastos, registrou a seguinte posição da despesa empenhada:

Material de Consumo .....	Cr\$ 74.728.423,91
Equipamentos e Instalações .....	Cr\$ 14.367.243,22
Material Permanente .....	Cr\$ 8.945.432,91

TOTAL ..... Cr\$ 98.041.100,04

O crescimento de 68% verificado em relação à mesma despesa em 1975 (Cr\$ 58.442.238,05) pode ser classificado de vulto razoável, considerando-se as crescentes necessidades da administração pública estadual e as constantes elevações de preços no mercado.

Dentro de um contexto regularmente básico, foi instituído o Sistema de Estoque Rotativo, cuja avaliação pode ser considerada altamente satisfatória, embora ainda sem parâmetros quantitativos.

Encontra-se em fase final de trabalho pela CELEPAR o Sistema de Administração de Materiais — SIM. Este Sistema tem desenvolvimento, a nível operacional, das funções básicas do DEAM, conjugado com a implantação da nova estrutura organizacional, em processamento eletrônico de dados.

Foi elaborado o Catálogo de Material de Consumo, codificado por itens e espécie, com características dinâmicas, que reduziu inclusive a diversidade excessiva de materiais. Este Manual é elemento orientador básico do órgão usuário do DEAM, do fornecedor e do próprio Departamento.

Com o objetivo de otimizar o aproveitamento, o DEAM está desenvolvendo estudos sobre materiais excedentes, inservíveis e recuperáveis existentes no Estado, para a implantação da Seção de Materiais Excedentes — SEMEX. Esta seção efetuará o recolhimento e a possível recuperação do produto, para em seguida redistribuí-lo aos diversos órgãos demandadores do Estado ou então aliená-lo.

## 7. ARQUIVO E MICROFILMAGEM

O Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem — DAMI, cujo acervo é na ordem de 100 milhões de documentos, sendo 2,5 milhões referentes aos séculos XVIII e XIX, arquivou 1.782.000 documentos. Registrou, portanto, um acréscimo de produtividade de 95% em relação ao ano anterior (914.000). O mesmo comportamento foi verificado no tocante ao recebimento de documentos: 1.221.000 em 1976 contra 868.000 em 1975.

As solicitações de cópias autenticadas de documentos atingiu 37.816 e foram atendidos 488 consulentes, demonstrando mais uma vez a importância do acervo deste Departamento.

Foi editado o n.º 0 do Boletim do Arquivo do Paraná, o primeiro desde a criação do Departamento em 1.855 e previsto com periodicidade semestral, sendo que o n.º 01 já está em fase final de elaboração.

Conforme programação para a operação do sistema modular de microfilmagem, foi adquirida uma nova microfilmadora e leitoras para filmes de 33mm, assim como, equipamentos e materiais complementares, além de efetuadas obras de adaptação em sua sede.

A elaboração de 14 (quatorze) catálogos de Documentação Histórica e o processamento do primeiro filme de 35 mm produzido no DAMI, contendo originais de documentos do século XX, foram acontecimentos salientes de desempenho deste Departamento.

## **8. IMPRENSA OFICIAL**

A reestruturação organizacional do Departamento de Imprensa Oficial do Estado — DIOE acarretou uma estrutura mais dinâmica e eficiente, capaz de acompanhar o ritmo de crescimento dos serviços gráficos da administração pública estadual. Paralelamente, foi implantado um sistema de atendimento público ininterrupto das 08,00 às 18,30 horas e aumentada consideravelmente a produtividade da mão de obra através de programas de capacitação.

Na consecução do planejamento estabelecido para o ano, com o objetivo de modernizar e ampliar seu parque gráfico, duas máquinas impressoras off-set, uma processadora de filmes e equipamentos complementares foram adquiridos.

Foi dada continuidade ao fornecimento, a preços de custo, de impressos escolares para a rede estadual de ensino, assim como de impressos de expedientes ao serviço público estadual e a edição de livros de autores paranaenses.

O DIOE é responsável por 85% dos serviços gráficos da administração pública estadual.

Foi elaborado o projeto de reformulação da Padronização de Impressos Oficiais, objetivando uma maior racionalização no processo de produção e utilização dos mesmos, acarretando conseqüentemente uma diminuição de custos. A implantação deste projeto está prevista para o primeiro trimestre de 1977.

Financeiramente, a produção alcançou Cr\$ 16.715.266,08 e as despesas Cr\$ 14.020.658,08 apresentando um resultado do exercício em Cr\$ 2.694.568,00. Este foi considerado bom em função de sua natureza autárquica e que todo seu funcionamento é custeado com recursos próprios. Cumpre ressaltar que a diretriz norteadora do DIOE é a contenção de despesas e não o "Supervit" de receita.

## **9. PROCESSAMENTO DE DADOS**

A Companhia de Processamento de Dados do Paraná — CELEPAR vem apresentando um crescimento acelerado em relação à média nacional nesta área, contando com as mais modernas técnicas de tratamento da informação disponível no ramo.

Procedida, em 1976, a instalação do segundo computador, um IBM/370-135, aumentou consideravelmente sua capacidade de computação já instalada através do computador de entrada de dados para 48 terminais de vídeo para gravação direta em fitas magnéticas. Estão sendo instalados 3 terminais remotos de teleprocessamento (Casa Civil, SEPL e DEE/SEPL) dos 15 previstos.

Os 400 programas de uso da CELEPAR foram convertidos para o novo sistema operacional OC/VS1, permitindo maior eficiência na operação dos computadores. A companhia conta com 37 sistemas em fase de processamento periódico, sendo 10 deles implantados em 1976.

Financeiramente, para fazer parte ao seu crescimento e consoante a política definida pelo Governo do Estado, a Companhia elevou seu Capital Social de Cr\$ 10.680.000,00 para Cr\$ 20.000.000,00. A receita do exercício foi na ordem de Cr\$ 57 milhões e as despesas Cr\$ 51 milhões.

A CELEPAR, em 1976, prestou serviços para 10 Secretarias de Estado em seus diversos órgãos e a 30 Prefeituras Municipais, além de diversas empresas privadas.

Medidas relevantes de caráter administrativo ligadas à área de processamento de dados foram: a instituição pelo Governo do Estado do Sistema Estadual de Processamento de Dados e a criação do Conselho Superior de Informática e Processamento de Dados do Estado do Paraná. A CELEPAR, neste Sistema, é o executor central da política estadual de processamento de dados emanada do Conselho.

## 10. OBRAS PÚBLICAS

Tendo sido criada a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR em dezembro de 1975 e instalada, portanto, no princípio de 1976, um elenco de medidas de caráter administrativo e operacional foram tomadas no alcance da consecução de seus objetivos.

Estas abrangem tanto os elementos de estruturação da empresa, como os estruturantes: recrutamento, seleção, contratação e treinamento dos recursos humanos; instalação da sede e dos escritórios regionais; integralização da primeira parcela (Cr\$ 3.050.000,00) do capital (Cr\$ 25.000.000,00) e estabelecimento de sua sistemática de trabalho.

A EMOPAR celebrou 130 contratos com órgãos públicos: SEAD (42); SESP/FUNRESTRAN (27); SESP/FUNRESPOL (10); IAM (17); CASA CIVIL (10); SEFI (09); PARANATUR (06); SEJU (06); SESB (02) e ARH (01). Estes deram origem a 132 contratos com empresas e profissionais da iniciativa privada, cujo montante importou em Cr\$ 135 milhões.

Assumiu ainda a EMOPAR, a fiscalização da nova sede administrativa do BANESTADO, das obras da COPASA em Maringá e Assaí e diversas da FUNDEPAR. Deu ainda continuidade às obras contratadas pelo extinto DEOE.

Considerando-se suas características técnicas, merecem destaque as seguintes obras em andamento através da EMOPAR:

- Centro de Estudos, Diagnósticos e Indicação de Tratamento — CEDIT, em Curitiba (4.405,68 m<sup>2</sup>).
- Instituto de Surdos-Mudos, em Curitiba (2.150,00 m<sup>2</sup>).
- Pavilhão de Jovens-Adultos da Panitenciária Central do Estado, em Piraquara (2.088,96 m<sup>2</sup>).
- 1.º Batalhão da Polícia Militar, em Ponta Grossa (1.679,28 m<sup>2</sup>).
- Bloco "D" da Sede do DETRAN, em Curitiba (1.600,00 m<sup>2</sup>).
- Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu, (1.595 68 m<sup>2</sup>).

- 8.º Batalhão da Polícia Militar, em Paranavaí, (1.317,17 m2).
- 5.º Batalhão da Polícia Militar, em Londrina, (1.317,17 m2).
- Conclusão do Edifício das Secretarias de Estado no Centro Cívico, em Curitiba.
- Centro de Atendimento ao Pré-Escolar — CAPE, no Bairro do Atuba, em Curitiba (1.032,32 m2).
- Estudos de Erosão no litoral paranaense (Caiobá — Guaratuba).
- Construção da Calçada entre Matinhos e Caiobá (2.070,00 m).

## 11. REPAROS EM PRÉDIOS PÚBLICOS

Por falta de um mecanismo ágil, a maioria dos prédios públicos foi levada à situação de verdadeira calamidade em função do desgaste físico, através dos anos, das respectivas instalações.

Como resposta imediata ao problema, a Secretaria da Administração criou em julho de 1975, o Programa Especial de Reparos. Este é executado diretamente pela SEAD, através da Coordenadoria de Construções e Reparos — C.C.R. e da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, a ela vinculada.

A sistemática de convênios entre a Secretaria da Administração, através da C.C.R. e as Prefeituras Municipais vem demonstrando ser a forma mais eficiente de controle permanente sobre as condições de conservação dos prédios públicos. Verificando a situação dos prédios e responsáveis pela execução dos reparos em cada município, ainda fiscalizadas pela EMOPAR, as Prefeituras contribuem para a aceleração dos serviços, segundo as diretrizes estabelecidas pela SEAD.

O desempenho quantitativo do Programa apresentou-se da seguinte forma:

Programa Especial De Reparos	C. C. R.		EMOPAR	
	1975	1976	1975*	1976
Convênios assinados .....	253	144	—	—
Valor Cr\$ 1,00 .....	28.412.593	23.502.928	1.952.563	9.466.272
Municípios atendidos .....	215	105	25	15
Prédios reparados .....	621	291	34	46

\* DEOE/EMOPAR.

## **SEGURANÇA PÚBLICA**

### **1. POLÍCIA CIVIL**

#### **1.1 Diretoria da Polícia Civil**

Através dos diversos órgãos sob sua subordinação, exerceu atividades policiais no campo preventivo e repressivo, que se revestiram de pleno êxito.

Os seus setores administrativos apresentaram acentuado aumento de produtividade, não só pela adoção de nova dinâmica de trabalho, como também pelo remanejamento do pessoal burocrático, medida que possibilitou a eliminação de pontos de estagnação por ociosidade ou por sobrecarga de serviços.

#### **1.2 Conselho da Polícia Civil**

Promoveu, em conjunto com a Secretaria dos Recursos Humanos, a realização de três concursos públicos para o preenchimento de 690 vagas, nas classes iniciais nas carreiras de Delegado, Escrivão e Agente de Segurança.

#### **1.3 Inspetorias**

Através das Inspetorias Centro, Norte e Oeste, foram realizadas diversas inspeções em repartições policiais localizadas no Interior do Estado. Os resultados dessas inspeções, apresentados em relatórios especialmente padronizados, forneceram os elementos necessários a um perfeito levantamento da situação real daquelas repartições policiais.

#### **1.4 Escola de Polícia**

Formou, durante o ano, 1.101 alunos, sendo 997 Vigilantes, 92 Motoristas Policiais e 12 Guardas de Presídio.

Com a inauguração, em dezembro, de sua nova e moderna sede, o referido educandário colocar-se-á entre as melhores instituições de ensino técnico-profissional do país, não só pela funcionalidade de suas instalações, mas também pelo moderno equipamento de que está sendo dotada.

É de se destacar, ainda, a elaboração de vários Projetos de Cursos de Atividades.

## 1.5 Instituto de Polícia Técnica

Com a inauguração de seu novo prédio, em 10 de maio do corrente ano, aquele Instituto colocou-se entre as melhores instituições técnico-científicas da América Latina. Contando com todos os recursos modernos e instalações necessárias, é composto de três blocos interligados de três pavimentos cada um, com uma área construída de cerca de três mil metros quadrados.

Com um volume crescente de trabalho, conseguiu aquele órgão dar atendimento a 3.666 ocorrências, expedindo 3.378 laudos e procedendo 1.921 exames diversos.

## 1.6 Instituto Médico Legal

Tendo como finalidade a elaboração de perícias médico-legais necessárias ao esclarecimento e à complementação de processos policiais, judiciários e administrativos, o Instituto Médico Legal tem caráter eminentemente técnico-científico, impondo-lhe ademais, como objetivo programático, a execução de pesquisas científicas direta e indiretamente relacionadas com a Medicina-Legal.

Funcionando em amplas e modernas instalações e mercê dos recursos técnicos ali introduzidos, além dos esforços dispendidos e do trabalho eficiente dos seus técnicos e funcionários, o Instituto Médico Legal correspondeu plenamente à expectativa, com cabal desempenho dos seus encargos.

Verificou-se assim, que no ano de 1976, o órgão em questão realizou 24.229 exames diversos.

## 1.7 Instituto de Identificação

Apesar das enormes deficiências de pessoal e equipamento técnico, o Instituto de Identificação alcançou elevadíssimo índice de produtividade no decorrer do exercício de 1976.

A aquisição, neste ano, das mesas eletromecânicas para substituir o antigo arquivo datiloscópico e a modernização administrativa dos serviços burocráticos, efetivada na nova sede provisória daquele órgão, vieram contribuir para uma melhoria sensível no processamento dos serviços ali executados. Deve-se destacar ainda, a criação e o funcionamento de mais 6 Seções de Identificação em importantes municípios do Interior e de outro Posto no bairro de Vila Hauer, nesta Capital, como fatores decisivos para o extraordinário aumento do número de pessoas identificadas em 1976.

A expedição de 333.312 Cédulas de Identidade, 50.390 Atestados, 4.711 Passaportes e 3.467 Cédulas de Identidade para Estrangeiros, num total de 391.880 documentos, nos dá uma límpida idéia dos trabalhos desenvolvidos pelo referido Instituto, principalmente ao confrontarmos esse total com o apresentado no ano de 1975, que foi de 300.661 documentos expedidos.

A arrecadação decorrente da confecção de tais documentos atingiu a soma de Cr\$ 13.820.455,50, contra Cr\$ 7.590.576,00, apresentada no ano de 1975.

### **1.8 Centro de Operações Policiais Especiais**

Órgão de direção executiva, subordinado diretamente à Diretoria da Polícia Civil, o C.O.P.E. é responsável pelo planejamento, supervisão e controle operacional das unidades fixas e radiomóveis da Polícia Civil e das missões por elas desenvolvidas, na Capital e no Interior do Estado.

No ano de 1976, aquele Centro participou de 314 ações policiais integradas ou de cobertura a diversos órgãos policiais ou não.

Atendeu, ainda, 25.837 casos diversos; seu Ambulatório Médico praticou 11.236 intervenções de emergência e o seu refeitório forneceu 84.228 refeições.

### **1.9 Divisão de Polícia Especializada**

Esta Divisão, órgão de categoria especial, tem por finalidade o assessoramento da Diretoria da Polícia Civil e a supervisão das Delegacias que lhe são subordinadas: Trânsito, Estrangeiros, Jogos e Diversões, Proteção ao Menor, Ordem Política e Social, Crimes Contra a Fazenda Pública.

### **1.10 Divisão de Investigações Criminais**

Tendo como objetivo a solução de assuntos policiais em torno das infrações penais específicas, atendeu à população paranaense através das Delegacias: Homicídios, Costumes, Furtos e Roubos, Furtos de Automóveis, Vigilância e Capturas, Falsificações e Defraudações em Geral, Entorpecentes, Serviço de Polícia Interestadual, Serviço de Registros Policiais Para Investigações.

### **1.11 Divisão Policial da Capital**

Tendo como finalidade cooperar com esta Diretoria na solução dos assuntos policiais no município de Curitiba, a Divisão Policial da Capital apresentou no ano de 1976 uma atuação das mais destacadas.

Com a inauguração em 26 e 29 de abril do ano passado, dos novos prédios próprios das Delegacias de Polícia do 7.º e 8.º Distritos, nos bairros da Vila Hauer e Portão, respectivamente, as quais passaram a ter novas atribuições através da Resolução Secretarial n.º 1.387 de 15/07/1976, deu-se início nesta Capital, à implantação dos chamados "Distritos Fortes", os quais visam, entre outras finalidades, a descentralização dos serviços policiais, desafogando as Delegacias Especializadas e propiciando às partes, comodidade, rapidez e eficiência na solução de seus problemas.

Os benefícios decorrentes desse novo sistema de serviço policial-civil serão usufruídos pela maioria da população de Curitiba, com as construções previstas para o próximo ano, de mais quatro "Distritos Fortes", nos bairros do Cajuru, Mercês, Bacacheri e Cidade Industrial.

## 1.12 Divisão Policial do Interior

Cooperando com esta Diretoria na solução de assuntos policiais em todo o Interior do Estado, dando assistência direta e imediata aos órgãos subordinados, que são em número de 750, assim compreendidos:

- 18 Subdivisões Policiais
- 29 Delegacias Distritais
- 271 Delegacias de Polícia
- 429 Subdelegacias de Polícia e
- 3 Postos Policiais,

a Divisão Policial do Interior, no decorrer do presente exercício, apresentou considerável volume de trabalho, apesar do reduzido número de funcionários que dispõe para atender às suas múltiplas atribuições.

## 2. POLÍCIA MILITAR

### 2.1 Atividade-fim

Os quadros abaixo demonstram os tipos de policiamento desempenhados pela Polícia Militar e o resultado do trabalho nesses policiamentos.

#### 2.1.1 Policiamento

Tipo	Número
Urbano e Rural .....	70.445
Trânsito Rodoviário .....	2.445
Florestal .....	2.190

OBS.: Na Região Metropolitana foram empregados, em média, 957 Homens/Dia.  
No Interior do Estado foram empregados, em média, 2.348 Homens/Dia.  
No Policiamento Florestal foram empregados, em média, 150 Homens/Dia.  
No Policiamento Rodoviário foram empregados, em média, 142 Homens/Dia.

#### 2.1.2 Volume e Resultado do Trabalho

Atividade Fim	Número
Apreensão de Armas .....	2.666
Apreensão de Documentos .....	4.020
Apreensão de Veículos .....	4.057
Ocorrências Diversas .....	54.896
Inf. e Not. de Flora e Fauna .....	428
Atendimentos a Acidentes .....	4.307
Buscas .....	67
Combate a Incêndios .....	302
Investigações .....	7.772

Isolamento de Locais .....	1.747
Detenções .....	21.718
Not. Trânsito Urbano .....	178.445
Not. de Trânsito Rodoviário .....	12.418
Policiaamentos .....	39.528
Salvamentos .....	73
Segurança Pessoal .....	987
Vigilâncias .....	1.827

### 2.1.3 Operações de Vulto

Nome/Especificação	Número
Op Praias .....	01
Op Carnaval .....	01
Op Visitas Presidenciais .....	05
Op Safra .....	01
Op Blitz de Trânsito .....	07
Cp Jogos Abertos do Paraná .....	01
Op Vestibular .....	01
Op Busca e Captura de Criminosos .....	03
Op Arrastão .....	05
Op Desarmamento .....	04
Op Explosão de Caminhão de Dinamite .....	01
Op Fronteira .....	03
Op Bloqueio .....	04
Op Serra do Mar .....	01
Cp Eleições .....	01
I. <sup>a</sup> Corrida Rústica PMPR .....	01

## 2.2 Conseqüências da Atividade-Fim

O desenvolvimento é um fator marcante em todo o Estado e o trabalho policial-militar vem manter as condições necessárias para esse desenvolvimento, através da tranquilidade social.

## 2.3 Corpo de Bombeiros

Atendeu a 302 incêndios, 67 buscas, 73 salvamentos, 71 retiradas de cadáveres e 1.336 ocorrências diversas.

Está sendo executada a descentralização do Corpo de Bombeiros, há muito tempo pleiteada e necessária.

Para isso, a SESP conseguiu terreno próprio do Estado para construção de posto no bairro do Portão e irá melhorar as instalações do local e prédio adquirido no bairro do Bacacheri, bem como, será iniciada a construção do posto da Mercês em terreno já adquirido por intermédio do FUNRESTRAN.

## 2.4 Ensino e Instrução

### 2.4.1 Cursos Realizados na PMPR

Foram matriculados 794 elementos nos cursos de formação levados a efeito na PMPR: Formação de Oficiais, Sargentos PM e BM, de Cabos PM e BM, de Soldados.

Foram matriculados 107 elementos nos cursos de aperfeiçoamento e especialização realizados em 1976.

### 2.4.2 Cursos Realizados em Outras Organizações

#### a) No Paraná

Curso de Planejamento Governamental — 4 inscritos

Curso de Aperfeiçoamento em Administração de Pessoal — 4 inscritos

Curso de Analista de Organização e Métodos — 2 inscritos

#### b) Em Outros Estados

		N.º de Inscritos
Curso Superior de Polícia	BMRS	2
Curso Superior de Polícia	PMSP	2
Curso Superior de Polícia	PMRJ	2
Curso de Inst. Ed. Física	PMSP	4
Curso de Equitação	EsEqEx	1
Curso de Mergulhador Aut.	Marinha	2
Curso de Comunicação Social	Exército	1
Curso de Guerra Química	EsIE	1
Curso de Manut. Armamento	EsMB	1
Curso de Monitor de Ed. Física	EsEFE	1
Curso de Comunicações	EsCOM	1
Curso de Aux. Monitor de Ed. Física	FAB	1

## 3. DETRAN

### 3.1 Prédio Próprio

Tendo em vista a precariedade das instalações existentes em Curitiba, tornava-se indispensável a construção de um prédio que oferecesse melhores condições de trabalho e atendimento ao público.

A construção da sede foi iniciada e o desenvolvimento das obras operou-se a contento, de tal sorte que, no final do exercício, o primeiro prédio com três pavimentos, sob pilotis, com seiscentos e trinta e oito metros quadrados, por andar, chegou à fase de acabamento, com a colocação, inclusive, das paredes divisórias. Outro de um só andar, com seiscentos e trinta e seis metros quadrados, teve sua construção iniciada, desenvolvendo-se as obras, de acordo com o respectivo cronograma.

A conclusão de ambas, além das ampliações necessárias estão previstas para o presente exercício de 1977.

### **3.2 Ciretrans**

Considerando as péssimas instalações, na maioria alugadas, das atuais sedes das CIRETRANS e, dentro do programa de trabalho adotado, iniciaram-se através da EMOPAR e com recursos do FUNRESTRAN, as obras de construção das sedes das Circunscrições de Paranavaí, Umuarama, Londrina, Assaí, Foz do Iguaçu e Cruzeiro do Oeste que têm sua conclusão prevista para o primeiro semestre de 1977.

### **3.3 Exames de Sanidade Física e Mental e Psicotécnico**

Conforme entendimentos mantidos com a Universidade Católica do Paraná, a partir do mês de abril, os referidos exames passarão a ser feitos, na Capital, pelo DETRAN que encampará globalmente o serviço, cumprindo, de maneira cabal o que determina a legislação vigente.

Da mesma forma, na medida em que o DETRAN for estruturando seus órgãos, a mesma decisão será estendida ao Interior do Estado.

### **3.4 Carteiras de Habilitação**

Expediu 52.371 Carteiras de Habilitação-Profissional, 26.184 Carteiras de Habilitação-Amador e 1.338 para Motociclistas.

### **3.5 Acidentes de Trânsito**

Atendeu a 5.730 acidentes de trânsito na Capital e 7.819 no Interior.

### **3.6 Conselho Deliberativo de Acidentes (CDA)**

Realizou 404 reuniões, 8.108 julgamentos e apreendeu 1.190 Carteiras de Habilitação.

## **4. FUNRESPOL**

### **4.1 Receita**

A arrecadação (exceto dezembro) totalizou Cr\$ 33.307.058,32.

### **4.2 Construções**

#### **4.2.1 Com Recursos Integrais do FUNRESPOL**

Delegacia de Polícia do 7.º Distrito

Delegacia de Polícia do 8.º Distrito

Instituto de Polícia Técnica

Subdivisão Policial de São Mateus do Sul

Delegacia de Polícia de Quatro Barras

Escola de Polícia

Delegacia de Polícia do 3.º Distrito

Instituto Médico Legal

Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu

Delegacia de Polícia de Rio Branco do Sul

Centro de Investigações da DPC

Total de pagamentos efetuados: Cr\$ 4.633.417,82

#### 4.2.2 **Mediante Convênios com Prefeituras Municipais**

Corbélia, Faxinal, Fênix, Flórida, Japurá, Nova Londrina, Paissandu, Palmital, Porecatu, Realeza, Salto do Lontra, Santa Helena e Tamboara. O total dispendido foi de Cr\$ 703.382,00.

#### 4.3 **Aquisição de Terreno**

Foi adquirido um terreno destinado ao Distrito Policial do Cajuru, pela importância de Cr\$ 1.202.076,50 (inclusive taxas de Cartório e Registro de Imóveis)

#### 4.4 **Aquisição de Equipamentos**

Foram adquiridos 146 veículos de diversos tipos, num valor global de Cr\$ 10.519.478,10; 145 rádios transceptores móveis, 75 fixos e 75 portáteis, num valor total de Cr\$ 6.152.700,00; 22 arquivos eletromecânicos para o Instituto de Identificação e 4 carrocerias.

### 5. **FUNRESTRAN**

#### 5.1 **Receita**

Alcançou a cifra de Cr\$ 45.344.711,37

#### 5.2 **Aplicação da Verba**

##### 5.2.1 **Para a Polícia Militar**

###### a) Em Obras Públicas:

- Sondagem geológica, projeto hidráulico, projeto elétrico e parcelas de pagamento do 1.º BPM
  - Sondagem geológica, projeto hidráulico, projeto elétrico e parcelas de pagamento do 8.º BPM
  - Parcelas de pagamento do 5.º BPM
  - Parede divisória do Quartel da PMPR
  - Projeto hidráulico para a construção na Praia de Leste e parcela de pagamento da caixa d'água
  - Melhoria na Academia do Guatupê
- Total dispendido: Cr\$ 8.851.877,01

###### b) Serviços em Regime de Programação Especial:

Participação de 50% na despesa dos serviços de sinalização urbana de Curitiba: Cr\$ 3.127.112,50

###### c) Em Equipamentos e Instalações:

2 tanques Auto-Bomba, 100 transceptores e acessórios, 12 geladeiras, 27 ventiladores, 15 extintores de incêndio, 1 conjunto moto-bomba, 80 máquinas de escrever (manual), 27 máquinas de escrever (elétrica), 5 caminhões, 10 caminhonetes (Brasília), 11 Kombis, 8 caminhonetes (Chevrolet), 2 ônibus, 20 automóveis (Corcel), 6 lanchas e 1 equipamento médico.

Total: Cr\$ 8.590.996,49

d) Em Material Permanente:

Na aquisição de móveis e utensílios de escritório, laboratórios e gabinetes técnicos foi utilizada a importância de Cr\$ 1.357.879,89.

5.2.2 Para o DETRAN

a) Em Obras Públicas:

- Despesas com as CIRETRANS de Londrina, Paranavaí, Foz do Iguaçu, Cruzeiro do Oeste e Assaí
- Parcelas de pagamento e reajustes com os Blocos A, E, D do DETRAN

Total das despesas: Cr\$ 13.648.667,35

b) Serviços em Regime de Programação Especial

- Participação de 50% da despesa com os serviços de sinalização da malha urbana de Curitiba
- Aquisição de materiais para sinalização de Araucária, Mandaguari e Porecatu

Total da despesa: Cr\$ 3.982.354,00

c) Em Equipamentos e Instalações

2 guinchos, 1 central telefônica PABX, 20 transceptores, diversos equipamentos médicos, 4 geladeiras, 6 máquinas de escrever (elétrica), 5 condicionadores de ar, 1 equipamento de som, 2 terminais telefônicos, 1 guilhotina, 3 carregadores de bateria, 5 sirenes, 20 caminhonetes (Brasília), 2 caminhões (Mercedes Benz)

Total dispendido: Cr\$ 5.143.517,83.

d) Em Material Permanente:

Foi utilizada a importância de Cr\$ 1.055.656,93 na aquisição de móveis e utensílios de escritório, laboratório e gabinete técnico ou científico.

## **PLANEJAMENTO**

### **1. CONSIDERAÇÕES**

O dinamismo da economia paranaense e as aceleradas transformações no meio social, exigiram do Setor Público um aperfeiçoamento constante de seus organismos e induziram ao emprego de técnicas mais eficientes e à busca de melhores padrões de desempenho, compatíveis com as expectativas de nossa comunidade.

A consciência desses fatos levou a Secretaria de Estado do Planejamento a mobilizar recursos humanos, financeiros e materiais no sentido de desenvolver estratégias e orientar programas de ações para áreas realmente prioritárias.

O Sistema Estadual de Planejamento, no decorrer de 1976, buscou, gradativa e constantemente, aperfeiçoar os seus subsistemas operacionais: informações técnicas, estudos e projetos, orçamento e programação e modernização e reforma administrativa, de modo a assegurar um funcionamento harmônico de todo o processo.

A experiência do Estado no setor de planejamento, apesar de recente, tem sido bem sucedida. Fato alvissareiro e a destacar, é a promoção, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da divulgação de modelos e técnicas aqui desenvolvidas, para outras unidades da Federação, entre outras, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí, Maranhão.

Internamente ao Sistema, as principais realizações foram as listadas a seguir, divididas pelas diversas áreas de atuação da SEPL.

### **2. AREA DE ESTUDOS E PROJETOS**

#### **2.1 Coordenadoria de Estudos e Projetos — CEP**

A CEP, a par de programas e projetos realizados em 76 num total de 13, desenvolveu ainda o acompanhamento de estudos realizados por outros órgãos e foi responsável pela gerência de dois programas: o de Desenvolvimento da Região Oeste do Paraná e o de Desenvolvimento Integrado do Litoral e Alto Ribeira.

Os programas, projetos e estudos concluídos ou em fase de conclusão pela CEP foram:

- 2.1.1 — Programa de Desenvolvimento do Alto e Médio Iguaçu e Tibagi, já concluído e que aguarda pronunciamento superior para sua im-

- plantação. Beneficia sobretudo populações de baixa renda das áreas mencionadas, estando previsto um volume de inversões superior a 232,5 milhões de cruzeiros em três anos.
- 2.1.2 — Programa de Centros Sociais Urbanos — os projetos de engenharia e arquitetura final já foram contratados pela SEPL, sendo localizados em Curitiba, São José dos Pinhais, Toledo, Foz do Iguaçu e Campo Mourão.
  - 2.1.3 — Programa de Desenvolvimento para as Cidades de Porte Médio — o estudo já concluído irá beneficiar 13 cidades paranaenses e faz parte da política que vem sendo desenvolvida para se ordenar o processo de desenvolvimento do sistema urbano. Os investimentos previstos são da ordem de 1 bilhão e 50 milhões de cruzeiros.
  - 2.1.4 — Programa de Rodovias Alimentadoras para o Paraná — programa apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para obtenção de financiamento de 50 milhões de dólares. O programa contou com a colaboração do GPS da Secretaria de Transportes e de técnicos da Secretaria das Finanças e irá beneficiar 1.377 km de rodovias alimentadoras.
  - 2.1.5 — Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral e Alto Ribeira — Fase II — a programação está sendo estendida para os setores de assistência técnica, pesquisa agropecuária além de ações no campo da saúde e assistência social.
  - 2.1.6 — Projeto de Criação da Fundação de Ensino Superior do Paraná — FESPAR, projeto concluído e que objetiva a criação de um mecanismo de apoio ao ensino de terceiro grau.
  - 2.1.7 — Projeto de Criação de um Sistema Interno de Maximização de Recursos — montagem de um esquema que permita ao Tesouro do Estado captar recursos ociosos, temporários, aplicados pela Administração Indireta em “open market” em outros órgãos estaduais que deles necessitem. Este instrumento evitará que o Tesouro recorra a empréstimos a taxas de mercado para antecipar receitas orçamentárias.
  - 2.1.8 — Projeto de Solicitação de Prioridade para Contratação de Empréstimo Externo para o Morgan Bank — projeto que teve a prioridade desejada concedida pela Secretaria Geral da Presidência da República para financiamento de 50 milhões de dólares para rodovias alimentadoras.
  - 2.1.9 — Estudo para a Região Metropolitana do Norte — Eixo Londrina-Maringá, — relatório final em elaboração para se criar a segunda região metropolitana no Paraná.
  - 2.1.9 — Consolidação de Informações a respeito de Industrialização de Cooperativas no Estado do Paraná — com o objetivo de mostrar a posição de agroindustrialização de cooperativas levando-se em conta os empreendimentos na área do governo.
  - 2.1.10 — Medidas Compensatórias em Favor do Paraná em Vista do Aproveitamento do seu Potencial Hidrelétrico para Atender outros Estados — estudo realizado visando a minimização, por parte do Governo Federal, dos efeitos negativos do aproveitamento de poten-

ciais hidrelétricos do Paraná para suprir as necessidades de outros Estados.

- 2.1.11 — Termo de Referência para o Projeto de Regionalização Administrativa do Paraná — iniciado pela CEP e que teve prosseguimento pelo IPARDES e Coordenadoria de Modernização Administrativa

## 2.2 Gerência de Projetos

O PRODOPAR, programa especial criado em março de 75 pelo Governo Federal para desenvolver o Oeste Paranaense, está sendo gerenciado pela Coordenadoria de Estudos e Projetos. Os recursos já repassados pelo Governo Federal à Secretaria de Planejamento em 75 e 76, atingem o montante de 132 milhões e 900 mil cruzeiros. O total aplicado pelo Governo Estadual na região, supera a casa dos 300 milhões de cruzeiros em obras de saneamento básico, comunicações, energia elétrica e educação.

Outro programa que está sendo gerenciado pela CEP é o Programa de Desenvolvimento Integrado do Litoral e Alto Ribeira. Dele constam programas de assistência técnica e extensão rural e pesqueira; de pesquisa e experimentação agropecuária; regularização da situação da propriedade fundiária; de mecanização agrícola; adequação turística da Estrada da Graciosa; formulação do Plano Turístico do Litoral; ativação da pesquisa mineral; estudo de viabilidade de produção do álcool anidro e construção do Terminal Turístico de Matinhos. O total de recursos já firmados através de convênios para estes programas é no valor de 13 milhões e 5 mil cruzeiros.

## 2.3 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES

Durante o ano de 1976, o IPARDES orientou-se basicamente pelas seguintes linhas de ações:

- dar continuidade aos estudos em andamento;
- atender a solicitações de entidades governamentais;
- elaborar plano de trabalho a longo prazo;
- estreitar os vínculos de cooperação com a Secretaria de Planejamento;
- continuar o programa de aperfeiçoamento de pessoal.

Persegue-se como objetivo fundamental a consolidação do IPARDES como parte integrante da administração estadual, não propriamente como um instituto de pesquisa, mas como Componente do Sistema Estadual de Planejamento.

2.3.1 — Estudos iniciados em 1975 e terminados em 1976.

- a) Ativação e Exploração Mineral do Litoral e do Alto Ribeira — Secretaria do Planejamento.
- b) Base Industrial do Estado do Paraná — Secretaria do Planejamento:
  - a) Elaboração da Matriz Insumo Produto;
  - b) Análises Setoriais e seus componentes;
  - c) Economias de Aglomeração e Custos Comparativos.

- c) Plano Microrregional de Desenvolvimento Integrado da AMCO-PAR — SUDESUL.
- d) Viabilidade Técnico-Financeira de Empreendimentos que utilizem matérias-primas originárias do petróleo e do xisto. — BADEP.
- e) Diagnóstico de Financiamento do Processo de Desenvolvimento na Economia Paranaense — BADEP.
- f) Projeto — Demanda Habitacional do Estado do Paraná — PLANHAP/PR — população na faixa de renda 0 a 5 salários mínimos — SUDESUL.
- g) Avaliação do Projeto Iguaçu de Cooperativismo — INCRA.
- h) Projetos Especiais — IPEA.

2.3.2 — Projetos iniciados em 1976 e concluídos em 1976:

- a) Subdivisão — Uso e Posse da Terra no Estado do Paraná — CODESUL.
- b) Perdas do Paraná — Secretaria de Finanças.
- c) Mercado Brasileiro de Produtos Petroquímicos.
- d) Regionalização da Demanda de Produtos Petroquímicos.
- e) As potencialidades do xisto como matéria-prima petroquímica.
- f) Modelo de Complexo Industrial Petroquímico para o Estado do Paraná.
- g) Estudo da Arrecadação do ICM para bovinos e suínos.
- h) Demanda Potencial de NPK para o Estado do Paraná.
- i) Possibilidades de Importação da cacauicultura no Estado do Paraná.
- j) Comparações entre as Áreas Municipais do Estado do Paraná.
- l) Regionalização Administrativa do Paraná — SUDESUL.
- m) Renda do Setor Agrícola e projeções para a Renda Interna. 1970-75.

2.3.3 — Projetos iniciados em 1976 a serem concluídos em 1977:

- a) Análise do Setor de Industrialização do Trigo — Ministério da Indústria e Comércio — SEIC.
- b) Diagnóstico das Microrregiões 21 e 22 e a alteração desse diagnóstico em decorrência da construção de ITAIPU — Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República.
- c) Análise da Produção, Comercialização e Industrialização do Milho — Ministério da Indústria e Comércio — SEIC.
- d) Pesquisa sócio-econômica na Região Metropolitana de Curitiba — Diagnóstico da Situação Habitacional — BNH/SEIN.
- e) Análise dos Recursos Naturais do Estado do Paraná (Estruturas Ambientais Rurais) — SUDESUL.
- f) Atualização e Complementação do Estudo de Integração dos Pólos Agroindustriais do Paraná — SUDESUL.
- g) Relações de Trabalho na Cultura da Soja e na Pecuária do Centro-Oeste Paranaense — CODESUL.
- h) Projeto de Pesquisa sobre o Trabalhador Rural Volante no Estado do Paraná — Ministério do Trabalho.

- i) Relações de Trabalho na Cultura do Café no Norte Pioneiro do Estado do Paraná — CODESUL.
  - j) Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.
- 2.3.4 — Em elaboração, o Diagnóstico Sócio-Econômico do Estado do Paraná, com a realização, em 1976, de estudos básicos preliminares e a formulação do quadro de referência para orientação do trabalho. Desenvolve-se atualmente o Pré-Diagnóstico, com conclusão prevista para julho/77.

## 2.4 Grupos de Planejamento Setorial — GPS's

A par das atividades normais comuns a todos os Grupos de Planejamento Setorial como por exemplo a elaboração orçamentária para 1977/79, as atividades de implantação da Lei 6.636, a elaboração do Plano de Ação dos Setores para 1977 e a elaboração da Programação Físico-Financeira para 1977, os GPS desenvolveram também em 1976 projetos específicos às suas áreas de atuação, entre eles:

- 2.4.1 — Estudos sobre Padronização de Impressos na Administração Pública Direta, com implantação prevista para 1977;
- 2.4.2 — Implantação do Sistema Centralizado de Administração de Material;
- 2.4.3 — Estudos sobre Delegação de Atribuições;
- 2.4.4 — Estudos sobre Afastamento de Servidores Públicos;
- 2.4.5 — Implantação de Modelo de Gestão de Recursos Humanos e Avaliação de Desempenho no Setor Público;
- 2.4.6 — Projeto de Sugestões para integração entre Sistemas de Ensino e de Saúde;
- 2.4.7 — Operacionalização do Programa Paranaense de Emprego;
- 2.4.8 — Implantação de Serviço de Documentação e Informática Setorial;
- 2.4.9 — Estudo sobre o Sistema Prisional do Estado;
- 2.4.10 — Roteiro de solicitação de Financiamento junto ao BID para o Programa de Rodovias Alimentadoras.

## 3. AREA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

### 3.1. Coordenadoria de Modernização Administrativa — CMA

Dando continuidade ao processo de implantação da Lei 6.636, sob sua responsabilidade, em 1976, a Coordenadoria atuou em diversas áreas desenvolvendo as seguintes principais atividades:

- 3.1.1 — Na Area Institucional, prestou assistência técnica a iniciativas de modernização administrativa, destacando-se:
  - a) regulamentos das Secretarias SEIC, SERH, SESP e SETR;
  - b) regulamentos das autarquias SUCEPAR e DIOE;
  - c) regimentos internos dos órgãos de regime especial DETO, DAMI e DEAM;

d) regimentos internos dos órgãos que compõem a Governadoria. Foi também elaborado e distribuído às unidades administrativas do Estado o Cadastro Organizacional do Estado.

- 3.1.2 — Na Área Comportamental e de Capacitação, destacam-se:
- a) conclusão dos Seminários de Avaliação da Implantação da Lei 6.636 com 8 Secretarias de Estado, Casa Civil e Diretores Gerais;
  - b) Programa de Desenvolvimento de Decisores para as Secretarias SEEC, SESB e SEAD;
  - c) realização de Seminários de Modernização Administrativa em Secretarias prioritárias como SESB, SEEC, SETR e SERH;
  - d) realização de Seminário de Formulação de Políticas para Diretores Gerais e principais assessores;
  - e) organização do Curso de Formação de Analistas de Organização e Métodos;
  - f) concepção do IV Curso de Planejamento Governamental;
  - g) Coordenação Técnica do I Curso de Planejamento Regional e Urbano.
- 3.1.3 — Na Área Funcional, desenvolveram-se estudos de racionalização de procedimentos administrativos na Governadoria, SEPL, GFS's e protocolos das Secretarias e principais unidades administrativas.
- 3.1.4 — Como Projetos Específicos, encontram-se em fase final os destinados à Reestruturação do DER, do Colégio Estadual do Paraná e do DETRAN, estando já concluída a definição de um Quadro de Pessoal Administrativo para a SEEC, bem como o projeto dos Indicadores de Modernização Administrativa.

#### **4. AREA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS**

##### **4.1 Coordenadoria de Informações Técnicas — CIT**

Em 1976, definiu-se com precisão o campo de atuação e os instrumentos institucionais e técnicos a serem utilizados pela Coordenadoria, o que permitiu o desenvolvimento das seguintes realizações:

- 4.1.1 — Sala da Situação — com o objetivo de levar à cúpula diretiva do Estado, de maneira sistemática e tempestiva, informações relevantes para a gerência superior. A sala comportará painéis fixos e um painel sinótico eletrônico e deverá funcionar experimentalmente ao final de janeiro/77.
- 4.1.2 — Relatório de Ações Prioritárias — acompanhando as principais ações governamentais, esse relatório mensal permite ao Senhor Governador inteirar-se do andamento das mesmas com uma defasagem máxima de 30 dias.
- 4.1.3 — Acompanhamento do Plano de Governo — através documento sucinto de informações globalizadas que permitem a avaliação das metas e objetivos componentes do referido Plano.
- 4.1.4 — Assessoria à Pesquisa da Soja — realizada pelo Departamento Estadual de Estatística.

4.1.5 — Definição de Metodologia de Avaliação de Desempenho Governamental — com o objetivo de avaliar o desempenho do Governo do Estado em relação a seus grandes objetivos e à situação do Paraná em comparação a outros Estados ou situações ideais. Esta metodologia tornará a análise de indicadores em instrumento técnico plenamente integrado ao processo de decisão do Governo e sua conclusão está prevista para junho/77.

#### 4.2 Departamento Estadual de Estatística — DEE

Completoou-se em 1976 o processo de reestruturação do DEE, com transformação total na sua estrutura e organização, simplificação de rotinas e treinamento para adaptação do pessoal às novas funções.

Do convênio com a CELEPAR para a implantação do Sistema de Informações Estatísticas, abriram-se novos horizontes ao DEE, que ingressou no mercado das informações como órgão capaz de responder às solicitações do usuário com eficiência e dentro de uma tecnologia atual — o teleprocessamento.

Para tanto, neste ano todas as atenções concentraram-se no projeto de Racionalização do DEE, que num processo de modernização do órgão especializou pessoal na área de informações e definiu diretrizes técnicas visando: a padronização de dados e fontes no âmbito estadual; a produção de informações confiáveis e adequadas às necessidades dos usuários; a preparação do DEE para vir a ser o órgão oficial de divulgação de dados no Estado.

Neste sentido, foram desenvolvidos em 1976 os seguintes projetos e atividades:

- 4.2.1 — Banco de Dados, projeto que objetiva o armazenamento e recuperação de dados eletronicamente. Até o final de 76 foram realizadas a racionalização e classificação das informações num "Dicionário de Informações", procedida a sua programação em computador e instalados 5 terminais localizados na Casa Civil, SEPL e DEE os quais deverão funcionar a partir de fevereiro/77. Aos órgãos que façam parte ou prestem informações ao Banco de Dados, forneceu-se orientação metodológica no tocante a técnicas estatísticas.
- 4.2.2 — Pesquisa da Soja, que através da análise do escoamento, armazenagem, industrialização e exportação de soja permitiu o fornecimento de informações a curto prazo sobre o seu sistema de comercialização, bem como, para a análise do setor rodoviário do Estado.
- 4.2.3 — Levantamento e Tratamento de Dados Estatísticos relativos a Comércio Interestadual por Vias Internas, Indicadores Setoriais, Estatísticas Bancárias e Obras Projetadas e em Execução pelo Governo do Estado.

- 4.2.4 — Diagnóstico de Informações, realizado inicialmente junto aos GPS's da SESB e SEIC, visa através de um levantamento de campo, detectar a validade das informações produzidas nos setores. Para 1977 pretende-se que este levantamento seja estendido a todos os Grupos de Planejamento Setorial.
- 4.2.5 — Sinopse Municipal, projeto novo que objetiva o levantamento e divulgação de dados a nível municipal. Em 1976, procedeu-se a elaboração de 80 tabelas com informações físicas, sociais e econômicas de 51 municípios do Estado, pretendendo-se em 1977 abranger a totalidade dos municípios.
- 4.2.6 — Prestação de Informações a Órgãos Federais como à SUDESUL, referentes ao Comércio Exterior, Setor Agropecuário, Setor Demográfico e Social, Setor Indústria e Comércio e Setor de Infra-estrutura; e ao Sistema de Informações para o Planejamento — SIP/SAREM/FGV com dados referentes a ação do Setor Público.

### **4.3 Conselho Superior de Informática e Processamento de Dados**

Criado em 1976, o Conselho Superior de Informática e Processamento de Dados é órgão de atuação normativa vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e tem por finalidade definir a política de informática e processamento de dados do setor público estadual e exercer a coordenação do Sistema Estadual de Processamento de Dados.

Dentre suas realizações neste exercício, destacam-se:

- 4.3.1 — Apreciação e aprovação de solicitações de Secretarias de Estado referentes à aquisição de equipamentos e implantação de serviços de processamento de dados.
- 4.3.2 — Realização de pesquisa em conjunto com a CAPRE, sobre o Parque Computacional Brasileiro, no que diz respeito ao Estado do Paraná.

## **5. AREA DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO**

### **5.1 Coordenadoria de Orçamento e Programação — COP**

No decorrer do exercício a COP — Coordenadoria de Orçamento e Programação consolidou sua posição como órgão coordenador e normalizador na área orçamentária, pela sua atuação constante e permanente aprimoramento.

São as seguintes suas realizações mais significativas:

- 5.1.1 — Elaboração do Orçamento Anual e Plurianual de Investimento, com o apoio dos grupos setoriais, a partir da reformulação do sistema de prévias orçamentárias, com a implantação dos módulos I e II,

treinamento de pessoal, assistência técnica às unidades orçamentárias análise das propostas, elaboração dos orçamentos próprios das unidades supervisionadas, até a elaboração das minutas das mensagens governamentais de encaminhamento destes documentos à Assembléia Legislativa.

- 5.1.2 — Elaboração do Programa de Aplicação da FPE para 1977 e reformulação do de 1976.
- 5.1.3 — Elaboração dos Demonstrativos Financeiros de Execução Orçamentária e a sua atualização motivada por 696 Alterações Orçamentárias, também analisadas pela COP.
- 5.1.4 — Análise dos Programas de Trabalho e das Prestações de Contas dos Fundos Especiais.
- 5.1.5 — Desenvolvimento da metodologia para a programação física-financeira de 1977.
- 5.1.6 — Diversos Estudos como:
  - a) Montagem de tabelas sobre a Execução de Despesas nos três últimos anos;
  - b) Análise comparativa dos orçamentos dos Estados Brasileiros;
  - c) Análise do Comportamento das Despesas durante o exercício de 1975;
  - d) Análise do Posicionamento dos Quadros de Pessoal da Administração Indireta.
- 5.1.7 — No Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro, foram acompanhadas as ações que equivalem a 42% das aplicações do Tesouro Estadual em 1976, observadas as seguintes componentes: Ensino de 1.º e 2.º grau, Ensino Universitário, Treinamento de Recursos Humanos, Construção de Prédios e Construção de Rodovias.

## **6. TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

### **6.1 Programa Paranaense de Treinamento de Executivos**

O Setor Primário continuou, em 76, concentrando a maior parcela das atividades do PPTE, procurando o órgão acompanhar as iniciativas modernizantes do Governo do Estado para o setor e adequar o empresariado rural às exigências cada vez mais complexas do processo de crescimento do País.

#### **6.1.1 — Setor Primário**

Para despertar o interesse do homem do campo pelas modernas técnicas de administração, foram realizados Seminários de Motiva-

ção em 19 municípios, com um total de 741 participantes e uma média de 39 alunos por curso.

Por outro lado, pessoas previamente selecionadas e identificadas com o meio rural, foram treinadas em três cursos de Administração de Empresa Rural para Agentes Multiplicadores, com 82 participantes e representantes de 36 municípios.

Através de cursos de Treinamento Básico de Empresários Rurais, o PPTE está procurando também fornecer instrumental que permita a administração racional da empresa rural. Foram realizados ainda: um curso intensivo de Aperfeiçoamento de Técnicos em Administração Rural com 27 participantes e cinco seminários; um de Avaliação/Desempenho de Treinamento para o Setor Primário com 95 participantes, onde se analisou o processo e conteúdo dos cursos de treinamento. Foram realizados, também, dois Seminários de Administração da Empresa Rural-Regional, com um total de 48 participantes, sendo que 58% dos participantes tinha curso superior.

#### 6.1.2 — Setor Secundário e Terciário

Em 76, realizou-se o III Curso de Atualização em Administração de Empresas, destinado a diretores de empresas, com o objetivo de dar uma visão atual e moderna da Administração. O curso foi realizado de abril a dezembro, com 78 participantes.

Em convênio com as Universidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e a Universidade Católica do Paraná e Secretaria da Indústria e Comércio surgiram os Núcleos e Centros de Desenvolvimento Empresarial com o objetivo de integrar os esforços de empresas e Universidades, contribuindo para o desenvolvimento da pequena e média empresa. Dentro da mesma linha foi desenvolvido o Seminário de Política e Análise Empresarial, realizado em Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Curitiba, além do Seminário para Altos Executivos, realizado em Caiobá.

#### 6.1.3 — Setor de Pesquisa

O PPTE desenvolveu ainda uma terceira linha de projetos chamados de "Desenvolvimento e Pesquisa", de importância substancial, principalmente no que se refere à orientação metodológica de atuação no treinamento para o setor agropecuário. Um dos estudos em execução é o do "Perfil dos Empresários e das Empresas do Estado do Paraná", e pelo qual se buscarão informações quanto à origem e formação do empresariado paranaense e indicativos para estudos e desenvolvimento de cursos de treinamento.

#### 6.1.4 — Setor Público

Através do PPTE, vem sendo mantido em ritmo ativo o programa de capacitação de recursos humanos, tanto para o Sistema de Pla-

nejamento como para o setor público estadual. Em 76 foram realizados 13 cursos, com 429 participantes e um total de 1.041 horas/aula além de 13 palestras com 212 participantes.

Com a implementação da Lei 6636 e com a Secretaria do Planejamento responsável pela sua implantação, se fez necessário melhorar o desempenho organizacional para fazer frente ao grande número de encargos. Por isso a ênfase que vem sendo dada na realização de cursos, sejam os de curta duração ou cursos como o I Curso de Planejamento Regional e Urbano, com uma carga horária de 420 horas.

## **7. RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS**

### **7.1 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba**

A COMEC, já estruturada financeira e administrativamente, iniciou em 76 paralelamente ao Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, o Plano de Ação Imediata, como resposta direta às aspirações e reivindicações dos municípios.

No segundo semestre, após o detalhamento das diretrizes básicas foram definidas as linhas concretas de trabalho, envolvendo aspectos geográficos, sociais, econômicos, administrativos, jurídicos e de infra-estrutura em geral.

#### **7.1.1 — Geográfico**

No aspecto geográfico, as atividades foram desde a correção de divisas municipais, até o cálculo das áreas municipais e definição de localização dos perímetros urbanos, possível a partir da realização do levantamento aerofotogramétrico que será concluído no início de 77. Além do mapeamento de áreas verdes foram realizados estudos de hidrografia, principalmente com vistas a preservar os mananciais de abastecimento da região metropolitana.

#### **7.1.2 — Social**

Na parte social, os levantamentos abrangeram as entidades assistenciais, situação do setor de saúde, educacional, elaboração do Plano Regional de Esportes, bem como projeções demográficas decenais até 1990, para se dimensionar o mercado a ser atingido pelas realizações metropolitanas.

#### **7.1.3 — Econômicos**

A ocupação racional do solo vem sendo objeto de preocupação por parte da COMEC, tendo sido elaborado o levantamento industrial da Região, que ordenará a futura ocupação territorial do setor industrial na área.

#### **7.1.4 Jurídico**

Dentro desta orientação, a COMEC firmou convênio com o INCRA, visando a prestação de colaboração mútua, especialmente na determinação de normas transformando áreas rurais em urbanas. Outros convênios firmados em 76 foram com a SUDESUL, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado; com o IPEA, para a estruturação dos órgãos e planejamento dos serviços de natureza metropolitana; com o BNH e EBTU, estando incluído neste último, o Projeto Integrado de Circulação de Transporte do Município de Curitiba.

Foram firmados ainda Termos de Ajuste com o IPARDES, FAMEPAR e PPTE para assistência técnica e Termos de Cooperação Financeira com a FUNDEPAR, para obras escolares e com a SANEPAR, para implantação de redes de abastecimento de água em municípios que não contam com esse serviço.

#### **7.1.5 Infra-Estrutura**

Estão sendo realizados, ainda, estudos técnicos de saneamento em todos os municípios, elaboração de mapas de sistema elétrico; verificação do nível de atendimento da infra-estrutura existente e dos custos. O setor viário mereceu referência especial, incluindo desde levantamento da frota de equipamentos rodoviários; atualização dos percursos; estudos sobre a rede viária metropolitana; programação da rede viária de apoio e acompanhamento dos projetos rodoviários junto ao DER e Prefeituras Municipais.

### **7.2 Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná**

Após a introdução de uma série de inovações, a FAMEPAR obteve em 76 o êxito desejado na sua política de aproximação com as administrações municipais, através da assistência e orientação técnica, com mais de 6 mil atendimentos prestados, seja através de cursos de treinamento e aperfeiçoamento ou ainda pela publicação de documentos e trabalhos técnicos de orientação no setor de pessoal, material, lançamento de tributos, serviços administrativos, setor orçamentário e a adoção de técnicas de planejamento e desenvolvimento integrado.

A FAMEPAR recebeu, em média, dois prefeitos por dia, representando um atendimento de 120 municípios por trimestre. O órgão mantém ainda um sistema de encaminhamento e acompanhamento de reivindicações, agindo também como representante em reuniões das Associações de Municípios.

#### **7.2.1 Atendimentos**

Através do Serviço de Promoção e Expansão, entre atendimentos, reuniões e intermediações foram atendidos 2.401 pedidos. O Departamento de Orientação Operacional atendeu, por escrito, 897 consultas de caráter contábil e jurídico, prestando mais 2.516 atendimentos verbais e 44 "in loco",

assessorando Prefeituras, principalmente na elaboração de orçamentos-programa, levantamentos contábeis e prestação de contas. O Departamento de Planejamento Integrado, dando continuidade ao processo de planejamento a nível municipal, prestou 760 atendimentos.

### 7.2.2 Treinamento

Através do seu setor de treinamento, a FAMEPAR realizou em 76, nove cursos capacitando 452 alunos em Contabilidade Municipal; Administração Tributária, de Pessoal, Orçamentária, de Material e Patrimônio e Prestação de Contas Municipais. Dentro ainda das atividades de treinamento, vem executando dois projetos de apoio ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal — IBAM, que são: Divulgação, Recrutamento e Seleção a Nível Estadual para os cursos do IBAM e Treinamento dos Servidores do Sistema de Articulação com os Municípios.

### 7.2.3 Publicações

Após consultas a Prefeituras e Câmaras Municipais e visando atender às reais necessidades dos governos municipais, a FAMEPAR editou em convênio com a SUDESUL, 14 publicações de maior relevância para as administrações municipais e entre elas, modelos de Organização Administrativa de Prefeituras, Lei de Cargos em Comissão, Roteiro para a Elaboração de Orçamento, Câmara Municipal — Estrutura Organizacional e Quadro Pessoal e outros.

### 7.2.4 Aperfeiçoamento

É preocupação ainda da FAMEPAR a formação e treinamento dos seus servidores, o que tem sido feito através da participação em cursos, palestras e seminários patrocinados pelo IBAM, SAREM, SUDESUL, CEPAM e outros.

## 8. CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS EM 1976

### 8.1. Recursos Federais captados para Projetos próprios da Secretaria de Estado do Planejamento

Projeto	Fonte	Valor
8.1.1. Modernização Administrativa (SEPL)	SEPLAN/PR	1.344.000,00
8.1.1. Treinamento de Recursos Humanos (PPTE)	PNTE	6.515.300,00
8.1.3. Desenvolvimento Metropolitano (COMEC)	BNH	16.833.000,00

8.1.4.	Programa de Investimento Urbano da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)	SEPLAN/PR e M. TRANSP	21.208.500,00
8.1.5.	Elaboração de Informações Estatísticas (DEE)	SUDESUL	200.000,00
8.1.6.	Realização de cursos de Administração Municipal (FAMEPAR)	SUDESUL	390.720,00
8.1.7.	Regionalização Administrativa (IPARDES)	SUDESUL	500.000,00
8.1.8.	Desenvolvimento Agroindustrial (IPARDES)	SUDESUL	400.000,00
8.1.9.	Dados Estatísticos (DEE)	IBGE	109.300,00
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>47.500.820,00</b>

---

**8.2. Recursos Federais captados com interveniência da SEPL**

<b>Projeto</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor</b>
8.2.1. Estudo Florestal (UFP)	SUDESUL	750.000,00
8.2.2. Cidade Industrial de Curitiba (URBS)	SEPLAN/PR	65.000.000,00
8.2.3. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA	Ministério da Agricultura	3.390.000,00
8.2.4. Desenvolvimento de Foz do Iguaçu (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu)	SUDESUL	300.000,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>69.440.000,00</b>
	<b>T O T A L</b>	<b>116.940.820,00</b>

---

## **CASA CIVIL**

### **1. DO CHEFE DA CASA CIVIL**

A Casa Civil, pela sua condição de órgão da Governadoria, de nível secretarial, relaciona-se funcionalmente com todas as Secretarias de Estado e Órgãos que tenham prerrogativas de propor medidas administrativas ao Chefe do Poder Executivo.

Dentro desse posicionamento, o Chefe da Casa Civil recebeu em audiência 3.434 pessoas.

Além de assessorar o Governador em assuntos políticos, legislativos, jurídicos e administrativos, acompanhou-o em viagens realizadas a 118 cidades do Paraná.

### **2. SUBCHEFIAS DA CASA CIVIL**

#### **2.1. Assuntos Técnicos**

Planejou, coordenou, dirigiu e controlou as atividades de assessoramento técnico ao Governador do Estado.

Além de orientar e supervisionar as Divisões Técnicas, o Subchefe de Assuntos Técnicos examinou, informou e emitiu pareceres em 489 processos. Dentre esses processos, apresentaram maior frequência: Aquisição de veículos (95), aquisição de materiais importados (85), doação de veículos (64), autorização para funcionário se ausentar do País (29), autorização para funcionário freqüentar curso fora do Estado (27) e contrato de locação de equipamento importado (21).

##### **2.1.1 Divisão Técnico-Administrativa**

Examinou 149 processos sobre assuntos do campo administrativo; além disso, concedeu 1.253 informações preliminares e 1.085 informações de concessão em pedidos de Subvenções Sociais.

Releva notar que o Chefe da Divisão participou, como membro, de Comissão de Alto Nível, instituída pelo Decreto n.º 2.231/76, para elaborar um estudo sobre a normatização do procedimento licitatório e contratos administrativos na esfera do Poder Executivo Estadual, dispondo sobre obras, serviços, compras e alienações.

### 2.1.2 Divisão Técnico-Jurídica

Examinou 634 processos sobre assuntos do campo jurídico. Dentre os que apresentaram maior freqüência, destacam-se: convênios (259), reorganização de estabelecimentos de ensino (75), doação de veículo (22), contrato de empreitada (74), declaração de utilidade pública para fins de desapropriação (19) e contrato de locação de imóvel (13).

### 2.1.3 Divisão Técnico-Legislativa

Atendeu os seguintes expedientes:

- a) Projetos de Lei sancionados — 91
- b) Projetos de Lei vetados integralmente — 15
- c) Projetos de Lei vetados parcialmente — 5
- d) Projetos de Lei restituídos à Assembléia Legislativa — 6
- e) Informações sobre constitucionalidade de Projetos de Lei — 117
- f) Consultas formuladas — 27
- g) Pareceres emitidos — 20
- h) Mensagens encaminhadas à Assembléia Legislativa — 168
- i) Ofícios Governamentais encaminhados à Assembléia Legislativa — 227

## 2.2 Assuntos Especiais

Desempenhou as seguintes atividades:

- a) Assessorou o Chefe da Casa Civil em assuntos políticos;
- b) Prestou atendimento a Deputados e Prefeitos;
- c) Estabeleceu contatos preliminares e elaborou programas de viagens do Governador ao Interior do Estado;
- d) Estabeleceu contatos com Secretários de Estado, sobre assuntos políticos;
- e) Orientou entidades assistenciais quanto a pedidos de Subvenções Sociais e manteve registro das verbas concedidas;
- f) Organizou o esquema e controlou o acompanhamento dos resultados das eleições de 15 de novembro;
- g) Supervisionou as atividades dos Escritórios de Representação do Paraná.

## 2.3 Comunicação Social

### 2.3.1 Imprensa, Rádio e Televisão

Boletins de Notícias emitidos: 329

Notícias constantes dos referidos Boletins: 3.159

Total de laudas relativas aos Boletins: 4.550

Total de "scripts" para TV: 464

### 2.3.2 Campanhas realizadas

Durante o ano de 1976, foram realizadas as seguintes campanhas:

- a) Paraná em marcha
- b) Verde é vida
- c) Depoimentos
- d) Sempre que você vê uma nova empresa se instalando
- e) Questão de grandeza
- f) Atualmente o Governo...
- g) Ação da SANEPAR
- h) Segurança Pública
- i) Esporte ao nível do povo
- j) Como cultivar um bom homem
- l) O Paraná bem mais próximo de você
- m) Transportes
- n) Aqui está uma notícia... Energia
- o) Os bens do Estado
- p) Para vencer na vida é preciso ter saúde
- q) Paraná — a certeza de um tempo novo
- r) Vacinação contra a paralisia infantil
- s) As cidades do Paraná
- t) Portões abertos
- u) Vacinação contra o sarampo
- v) Um ano de governo
- x) Alegria, Paraná
- z) Quantas vezes por dia você pensa em saúde?
- aa) Inauguração da Rodovia Parigot de Souza
- ab) Erosão

### 2.3.3 Cobertura jornalística das viagens do Governador

A Subchefia, através de equipes de fotógrafos, redatores e cinegrafistas, efetuou a cobertura jornalística de todas as viagens realizadas pelo Governador ao Interior do Paraná, além dos principais atos da administração estadual.

Além disso, o Subchefe da Casa Civil acompanhou o Governador em todas as viagens realizadas fora do Estado e em quase todas ao Interior do Paraná, bem como, assessorou-o em várias entrevistas, palestras e conferências.

### 2.3.4 Rádio Estadual do Paraná

Continuou cumprindo suas finalidades educativas e culturais, transmitindo diariamente programas especiais de músicas clássicas e outras, além de noticiários.

### 2.4 Cerimonial e Relações Públicas

Durante o ano de 1976, a Subchefia da Casa Civil — Cerimonial e Relações Públicas organizou, coordenou e controlou as seguintes atividades:

### 2.4.1 Visitas

Visitaram o Estado do Paraná, em caráter oficial, as seguintes autoridades:

- Gen. ERNESTO GEISEL (três visitas);
- D. CLÉIA GUAZELLI, 1.ª Dama do Estado do Rio Grande do Sul;
- Gen. DYRCEU ARAUJO NOGUEIRA Ministro dos Transportes;
- Dr. ALYSON PAULINELLI, Ministro da Agricultura;
- Dr. ALEX BELTRAO, da Organização Internacional do Café;
- Sr. JERZY OLSZEWSKI, Ministro do Comércio Exterior e Navegação da Polônia;
- Sr. CHANG TE-CHUM, Embaixador da República Popular da China;
- Dr. SHIGEAKI UEKI, Ministro das Minas e Energia;
- Deputado FRANCELINO PEREIRA, Presidente Nacional da ARENA;
- Dr. JOSÉ RIBAMAR MELLO, Diretor de Crédito Rural Industrial do Banco Central do Brasil;
- Dr. DRAGI STAMENKOVIC, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Socialista Federativa da Iugoslávia;
- Sr. NICOLAE GHENEA, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Socialista da Romênia;
- Dr. SEVERO FAGUNDES GOMES, Ministro da Indústria e do Comércio;
- Dr. DELFIN UGARTE CENTURIÓN, Ministro da Indústria e Comércio da República do Paraguai;
- Grupo Precursor da visita do Presidente da República;
- Gen. ALFREDO STROESSNER, Presidente da República do Paraguai;
- Sr. e Sra. PETER MICHAEL MORZFESDT, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino da Noruega;
- Sr. e Sra. GUNNAR NICOLAUS LONAEUS Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino da Suécia;
- Sra. FRANCISCO FERNANDES HALL ZUNIGA, Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República da Guatemala;
- Sr. e Sra. JOSÉ PÉRES DEL ARCO, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Espanha;
- Gen. ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS, Excelentíssimo Vice-Presidente da República Federativa do Brasil;
- Sr. e Sra. HORST RUDING, Embaixador da República Federal da Alemanha;
- Estagiários do Curso Superior de Guerra Naval;
- Gen. OSCAR LUIZ DA SILVA Comandante do III Exército;
- Dr. LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO E SILVA, Ministro da Previdência Social;
- Sr. e Sra. KENZO YOSHIDA, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Japão;
- Dr. FRANZ JOSEF RUDER 1.º Ministro do Estado SARRE da República Federal da Alemanha;
- Grupo Precursor do Vice-Presidente da República;

- Dr. ANTONIO CARLOS KONDER REIS, Governador do Estado de Santa Catarina;
- Excelentíssimo Senhor JOHN HUGH CRIMMINS, Embaixador dos Estados Unidos no Brasil;
- Exmo. Sr. JEAN LOUIS DE FAUCIGNY LUCINGE ET COLIGNY, Embaixador da Ordem Soberana e Militar de Malta no Brasil;
- Exmo. Sr. ARMANDO RIBEIRO FALCÃO, Ministro da Justiça;
- Exmo. Sr. FRANZ JOSEF RÖDER, 1.º Ministro do SAAR da República Federal da Alemanha;
- Diretores da Motores e Veículos Volvo do Brasil S/A
- YOSHIDA KAWASAKI e acompanhantes;
- Diretores da McGRAW-EDISON CO.
- Comissão de Finanças do Senado Federal;
- Integrantes da Escola Superior de Guerra;
- Embaixador da Finlândia, Sr. MARTTI LINTULAH;
- Governador da Província de Canendytu — Paraguai, Sr. ORMAS OSCAR BAZ;
- Integrantes do Esquadrão precursor da visita dos adidos Militares Estrangeiros no Brasil;
- Núncio Apostólico no Brasil — Dom CARMINE ROCCO;
- Ministro da Alimentação, Agricultura e Silvicultura da República Federal da Alemanha, Sr. JOSEF ERTL;
- Ministro do Interior, Sr. MAURICIO RANGEL REIS (Inauguração Conjuntos Residenciais);
- ADIDOS MILITARES ESTRANGEIROS;
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO;
- Ministro da Educação e Assuntos Religiosos da Grécia, Sr. CHRISÓSTOMOS KARAPIPERIS — acompanhado do Arcebispo IAKOVOS e Arcebispo THIMÓTEO;
- Comandante do III Exército — Gen. FERNANDO BELFORT BETHLEM;
- Embaixador da França — Sr. MICHEL LEGENDRE;
- Sr. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — Presidente da ELETROBRAS.

#### 2.4.2 Corpo Consular

A Subchefia da Casa Civil — Cerimonial e Relações Públicas, continuou com os trabalhos de intercâmbio com o Corpo Consular, fornecendo Carteiras de Identificação Consular, mantendo contato com órgãos e empresas estaduais para atendimento aos senhores cônsules.

Registramos aqui a extinção do Consulado da Argentina e do Serviço de Divulgação Culturais — USIS — ambos em Curitiba.

#### 2.4.3 Recepções

Almoços em Palácio .....	38
Almoços oferecidos pelo Governo do Estado .....	19

Jantares em Palácio .....	06
Jantares oferecidos pelo Governo do Estado .....	03
Coquetéis em Palácio .....	05
Coquetéis oferecidos pelo Governo do Estado .....	08
Chás .....	02
Audições (em recepções e na Capela) .....	09

#### 2.4.4 Lista de Autoridades

Congregando nomes de autoridades civis, militares e eclesiásticas, foi publicado o Livro de Autoridades para o ano de 1976.

Foi implantado, pela CELEPAR, o sistema de Atualização do Cadastro de Autoridades, que será utilizado, além do cadastramento das autoridades, para a emissão de etiquetas gomadas.

#### 2.4.5 Outras Atividades

- a) Participação nos festejos da Semana da Pátria.
- b) Participação na programação das cerimônias de substituição da Bandeira Nacional, em Brasília.
- c) Tradução ou versão de documentos endereçados ao Governador.
- d) Acompanhamento de autoridades estrangeiras.
- e) Recuperação e restauração de peças do mobiliário antigo do Palácio Iguaçú, através de firma especializada.

## CASA MILITAR

### 1. CONSIDERAÇÕES

A Casa Militar, unidade de assessoramento e apoio direto ao Chefe do Poder Executivo, em cumprimento às disposições legais que definem o campo de sua atuação, no decorrer do ano de 1976, procedeu a segurança física pessoal do Governador e coordenou e superintendeu a de seus familiares e a do Palácio do Governo e residências; estabeleceu entrosamento no que respeita a assuntos militares e de segurança, com órgãos em geral, entidades e pessoas, realizando a assistência direta e imediata do Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar e a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares.

Encarregou-se ainda da realização do transporte aéreo e terrestre do Governador; da recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Chefe do Governo; do recebimento e movimentação das verbas destinadas ao atendimento de suas despesas e das despesas do Governador, fora da Capital do Estado e da recepção e acompanhamento de altas autoridades em visita ao Estado.

### 2. REGULAMENTO DA CASA MILITAR

Em decorrência da reforma administrativa implantada pela Lei 6.636, de 29 de novembro de 1974, elaborou a Casa Militar, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, ante-projeto de seu Regulamento que, já encaminhado à Casa Civil, aguarda sua transformação em Decreto Governamental.

### 3. SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA

O Serviço Especial de Segurança realizou a segurança pessoal do Governador do Estado, acompanhando-o em todos os seus deslocamentos, tanto na Capital como no Interior.

As atividades do Serviço Especial de Segurança podem assim ser sintetizadas:

<b>Capital</b>	<b>Total</b>
Acompanhamentos .....	1072
Horas em serviço de Segurança .....	2503
Horas em Serviço de Rádio-comunicação .....	3823
Quilometragem percorrida .....	15269

## Interior

Acompanhamentos .....	270
Horas em serviço de Segurança .....	2148
Quilometragem percorrida .....	88140

## 4. CORPO DE GUARDA GOVERNAMENTAL

A segurança do Palácio Iguçu e das residências do Governador e de seus familiares foi realizada por efetivos do Corpo da Guarda Governamental, da PMPR, sob coordenação e superintendência da Casa Militar.

A realização desse serviço alcançou 78.720 horas/homem.

## 5. OFICIAIS A DISPOSIÇÃO

Os Oficiais Ajudantes de Ordens da Casa atenderam a vinte e uma altas autoridades que visitaram oficialmente o Estado, sendo estas: Embaixadores, Ministros de Estado e Governadores, tendo permanecido à disposição dos mesmos durante suas permanências no Paraná.

## 6. DIVISÃO DE VÔO

Atende, com suas aeronaves, ao transporte aéreo do Governador e de outras autoridades do Estado.

Realizou, durante o ano de 1976, 537 missões de vôo, num total de 559 horas.

É interessante destacar que o Governador realizou 171 viagens por seus aviões, num total de 159:25 horas de vôo.

A Divisão encontra-se em constante estado de sobre-aviso, estando sempre pronta a atender imediatamente à necessidade de qualquer deslocamento do Governador.

## 7. VIAGENS DO GOVERNADOR

Km percorridos de carro	HORAS DE VÔO						Horas de Navegação		Horas de Litorina	Números de deslocamentos	
	Aeronaves Comerciais	Taxis aéreos	Aeronaves do Estado	Helicóptero	Aeronaves da FAB	Aeronaves Particulares	Marítimas	Fluviais			
TOTAIS	9.472,4	12:45	16:15	159:25	66:49	05.47	05.10	01:40	01.00	02:30	450

*12/10/76 para o governador*

## **8. OUTRAS MISSÕES**

### **8.1 Visitas Presidenciais**

Por ocasião das visitas do Presidente da República ao Estado, realizadas a 19 de abril, 6 de agosto e 30 de outubro, respectivamente, às cidades de Marechal Cândido Rondon, Curitiba, Cascavel, Guarapuava e Entre Rios, cooperou a Casa Militar, inclusive com apoio de veículos, nos trabalhos preparatórios dessas visitas, desenvolvidos pelos escalões precursores da comitiva presidencial.

Realizou ainda a Casa Militar o planejamento, a coordenação e a execução da segurança pessoal do Presidente da República, quando de sua permanência no Palácio Iguazu, e igualmente, a de seu transporte e de sua comitiva, tanto em suas visitas à Capital como ao Interior do Estado.

Também por ocasião da visita do Vice-Presidente da República às cidades de Curitiba, São Mateus do Sul, Foz do Iguazu e Londrina, realizada de 18 a 20 de maio, realizou a Casa Militar o planejamento, a coordenação e a execução do seu transporte e de sua comitiva, bem como, as comunicações. Igualmente, a segurança pessoal do Vice-Presidente, quando de sua estada no Palácio Iguazu, foi planejada, coordenada e executada sob responsabilidade da Casa Militar.

Igualmente, encarregou-se a Casa Militar de todos os aspectos relativos ao transporte do Presidente da República do Paraguai e de sua comitiva, quando de sua estada no Paraná, de 11 a 12 de fevereiro.

Na execução dessas missões, contou sempre a Casa Militar com ampla cooperação de organismos estaduais e federais, como: Casa Civil, Polícia Militar, através de suas várias OPMS, DETO, DOPS, DPF, etc.

## **9. MUNICÍPIOS, DISTRITOS E OUTRAS LOCALIDADES VISITADAS PELO GOVERNADOR, EM 1976**

Abatiá, Alto Paraná, Altônia, Alvorada do Sul, Ampere, Antonina, Apucarana, Arapongas, Arapoti, Araruna, Araucária, Assis Chateaubriand, Astorga, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Barracão, Bela Vista do Paraíso, Bom Sucesso, Borrazópolis, Bituruna, Caiobá, Kaloré, Cambará, Campo Comprido, Campo Mourão, Campina da Lagoa, Cândido de Abreu, Cascavel, Castelo Branco, Chopinzinho, Centenário do Sul, Céu Azul, Cianorte, Cidade Gaucha, Clevelândia, Colorado, Coronel Vivida, Cornélio Procópio, Cruzeiro do Oeste, Cruz Machado, Diamante do Norte, Dois Vizinhos, Doutor Camargo, Enéas Marques, Faxinal, Fênix, Floresta, Floraí, Formosa do Oeste, Foz do Iguazu, Francisco Alves, Francisco Beltrão, General Carneiro, Goio-Erê, Guaíra, Guarapuava, Guaraqueçaba, Grandes Rios, Ibaiti, Ibiporã, Imbituva, Indianópolis, Ipiranga, Iporã, Irati, Iretama, Itambé, Itapejara do Oeste, Itaúna do Sul, Ivaiporã, Ivaí, Ivatuba, Jacarezinho, Jaguariaiva, Jandaia do Sul, Japurá, Jardim Alegre, Jataizinho, Joaquim Távora, Jussara, Loanda, Londrina, Lupionópolis, Mallet Mandaguari, Manoel Ribas, Marechal Cândido Rondon, Marialva, Marilena, Maringá, Mariópolis, Marmeleiro, Marumbi, Matelândia, Medianeira, Morretes, Munhoz de Melo, Nova América da Colina, Nova Aurora, Nova Cantu, Nova Fátima, Nova Londrina, Nova Prata, Ourizona, Palmas, Pal-

meira, Palotina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Paula Freitas, Paulo Frontin, Peabiru, Pérola, Pirai do Sul, Piraquara, Ponta Grossa, Porecatu, Porto Rico, Primeiro de Maio, Prudentópolis, Quatiguá, Quatro Barras, Quedas do Iguaçu, Quinta do Sol, Quitandinha, Realeza, Rebouças, Renascença, Ribeirão Claro, Rio Azul, Rio Negro, Rolândia, Rondonador, Rondon, Sabáudia, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Antonio do Paraíso, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Fé, Santa Helena, Santa Izabel do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santa Mariana, Santo Antonio da Platina, São João, São João do Triunfo, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, São Pedro do Ivaí, Sertaneja, Sertanópolis, Siqueira Campos, São José do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Oeste, São Pedro do Paraná, São Tomé, Tapejara, Telêmaco Borba, Terra Roxa, Terra Boa, Toledo, Umuarama, Uraí, Vera Cruz do Oeste, Verê, Vitorino, Xambrê, Wenceslau Braz, Capivari-Cachoeira, Carambeí, Distrito de Ângulo, Foz do Rio Areia, Foz do Chopim, Ilha do Mel, Jacaré, Jacutinga, Jesuíta, Km 20, Nova Concórdia, Paiquerê, Papagaios Novos, Pinhais, Rio Tuna, Salto Grande do Iguaçu, Saudade, Sede Sulina, Tagaçaba, Vieiras, Witmarsum.

## INTERIOR

### RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE

#### 1. CONSIDERAÇÕES

Em decorrência da alta expansão econômica do Estado, um esforço crescente foi desenvolvido pela Administração de Recursos Hídricos — A.R.H., no exercício de 1976, visando a preservação de seus recursos naturais.

Assim sendo, no sentido de minimizar os efeitos danosos do desenvolvimento urbano, industrial e agrícola, sobre os recursos naturais e do meio ambiente, a Administração de Recursos Hídricos concentrou sua atuação nas áreas principais, citadas a seguir.

#### 2. ESTUDOS E PESQUISAS

— Estabelecimento de normas para a proteção do meio ambiente, a fim de preservar a qualidade da vida da população paranaense e defendê-la contra os agentes poluidores de seus recursos naturais.

— Desenvolvimento de estudos de normas e fiscalização dos padrões de emissão de resíduos industriais e despejos de esgotos sanitários.

— Classificação e enquadramento dos cursos d'água da Região Metropolitana de Curitiba, segundo seu uso preponderante, fixando os parâmetros que devem possuir, para atender às necessidades da comunidade.

#### 3. DETERMINAÇÃO DE PARAMETROS DE QUALIDADE DA AGUA

Considerando o imperativo de avaliar e controlar a eficiência sanitária dos atuais sistemas de abastecimento de água, bem como dos mananciais e dos corpos d'água do Estado, foram realizadas análises físico-químicas e análises bacteriológicas, conforme cifras indicadas no quadro a seguir:

Análises	Quantidade
Físico-Químicas .....	57.032
Bacteriológicas .....	22.537
Hidrobiológicas .....	992
<b>TOTAL</b> .....	<b>80.561</b>

#### 4. AMPLIAÇÃO DA REDE PLUVIOMÉTRICA

No decorrer do ano de 1976, a A.R.H. deu continuidade à sua programação de implantação da Rede Pluviométrica Básica do Estado.

Assim, com a implantação de 171 postos no período, foi completada uma das metas da Autarquia, atingindo o total de 745 unidades, o que veio dotar o Paraná de uma fonte inestimável de dados desta importante fase do ciclo hidrológico, que é a precipitação pluviométrica.

Ainda relativamente à pluviometria, cabe destacar o número de 536.400 observações realizadas no período.

#### 5. REDE FLUVIOMÉTRICA

O fato de que o conhecimento de dados básicos da qualidade e quantidade disponível de água é de suma importância para a hidrologia aplicada fundamentar seus projetos e buscar a solução que envolve o seu melhor uso, fez com que a A.R.H. se decidisse pela implantação e operação de uma rede fluviométrica no âmbito estadual.

No período em referência, os dados fluviométricos operados pela A.R.H., apresentam a seguinte situação:

POSTOS		N.º de Observações	Medições de Vazão
Existentes	Instalados		
76	24	38.401	916

#### 6. SEDIMENTOMETRIA

Visando a execução de análises diárias da concentração de sólidos em suspensão e análises periódicas da granulometria do material de fundo de rio, a A.R.H. celebrou convênio com o Departamento de Geo-Ciências da Universidade Federal do Paraná, para implantação de uma rede sedimentométrica no Estado.

Conforme trabalhos realizados, são os seguintes os dados flúvio-sedimentométricos relativos ao período:

Postos Sedimentométricos Existentes	Análises de Sólidos em Suspensão	N.º de Amostras	Medições de Vazão
8	1.622	1.398	176

#### 7. AGUAS SUBTERRANEAS

Com base no termo de ajuste firmado entre a A.R.H. e a SANEPAR, objetivando a avaliação e exploração das disponibilidades de águas subterrâneas, foram realizadas locações, perfurações e testes de produção de poços tubulares, cujos índices apresentam as marcas registradas no quadro a seguir:

LOCADOS	POÇOS EM	ARTESIANOS PERFURAÇÃO	CONCLUÍDOS
44		7	10

#### 8. CONTROLE DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DOS BALNEÁRIOS

Ainda no que concerne à poluição ambiental, cabe destacar as análises físico-químicas e bacteriológicas periódicas realizadas pela A.R.H., visando avaliar e controlar a qualidade das águas dos balneários do litoral paranaense.

#### 9. SISTEMA DE COLETA DE ESGOTO DE CAIOBA

Em cumprimento a meta governamental, a A.R.H. elaborou, em 1976, relatório técnico preliminar, realizando, ainda no final do ano, tomada de preços para implantação com recursos autofinanciados, pelo sistema de plano comunitário do sistema coleta e tratamento dos esgotos domiciliares do Balneário de Caiobá, Município de Matinhos.

#### 10. TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

Para consecução das atividades voltadas para estudos e pesquisas, relativas à preservação e aproveitamento dos recursos naturais e controle da poluição ambiental, foram realizados cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Autarquia, conforme demonstrativo do quadro abaixo:

CURSOS	NÍVEL DO CURSO	N.º DOS PARTICIPANTES
Treinamento de Pessoal .....	Médio	133
Especialização de Pessoal .....	Superior	84

#### 11. SÍNTESE DOS RENDIMENTOS OBTIDOS

Em 1976, o rendimento do desempenho da ARH, comparativamente ao igual período de 1975, é sintetizado nos indicadores constantes no quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO	
	1975	1976
<b>LABORATÓRIO DE CURITIBA</b>		
1.1 — Análises Físico-Químicas .....	65.646	57.032
1.2 — Análises Bacteriológicas .....	14.847	22.537
1.3 — Análises Hidrobiológicas .....	—	992

## **RÉDE PLUVIOMÉTRICA**

2.1 — Postos existentes .....	574	745
2.2 — Postos instalados no exercício .....	356	171
2.3 — Número de observações .....	161.262	536.400
2.4 — Pluviógrafos:		
— existentes .....	1	2
— instalados .....	1	1
— n.º de observações .....	—	304

## **RÉDE FLUVIOMÉTRICA**

3.1 — Postos existentes .....	52	76
3.2 — Postos instalados .....	—	24
3.3 — Número de observações .....	61.920	38.401
3.4 — Medição de Vazão .....	1.799	916

## **SEDIMENTOMETRIA**

4.1 — Postos existentes .....	13	8
4.2 — Análises de sólidos em suspensão .....	1.915	1.622
4.3 — Número de amostras .....	—	1.398
4.4 — Medição de vazão .....	268	176

## **AGUAS SUBTERRANEAS**

5.1 — Poços locados .....	33	44
5.2 — Poços em perfuração .....	—	7
5.3 — Poços concluídos .....	33	10

## **TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL**

6.1 — Treinamento de pessoal — nível médio .....	100	133
6.2 — Especialização de pessoal de nível superior .....	80	84

## **EROSÃO URBANA**

### **1. CONSIDERAÇÕES**

Relativamente ao setor de combate à erosão urbana na região noroeste do Estado, face ao imperativo de seu controle e tendo em vista ainda a sua magnitude e importância, a SUCEPAR, no decorrer de 1976, intensificou sua ação com a execução de projetos e obras de engenharia, no sentido de reduzir e minimizar o flagelo.

A estratégia da SUCEPAR no setor, em ação conjunta com a União e Municípios, representada por um conjunto de procedimentos administrativos, na produção de tubos de concreto vibrado e na execução de sistemas de galerias de águas pluviais, pavimentação, como também da recuperação de voçorocas existentes nas zonas urbanas das cidades atingidas, desenvolveu-se conforme indicadores abaixo:

## 2. CONVÊNIOS CELEBRADOS

No exercício de 1976, visando dar continuidade e atender à implantação de obras de prevenção e controle do processo erosivo, a SEIN, em ação conjunta com a União e Municípios, firmou 56 convênios, num montante de Cr\$ 1.060.549.228,18, conforme demonstrativo a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	CONVÊNIOS	
	Número	Valor
Convênios SUCEPAR PREFEITURAS	9	1.149.228,18
Convênios SUCEPAR — PROJETO NOROESTE PROGRAMA ESPECIAL	30	1.049.000.000,00
Convênios SUCEPAR/PREFEITURAS PROGRAMA DE EMERGÊNCIA	17	10.400.000,00
TOTAIS . . . . .	56	1.060.549.228,18

## 3. CONTRATOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA

Na área técnica, vale destacar a celebração de contratos firmados objetivando a execução de projetos de engenharia no sentido de propiciar elementos e dados técnicos com vistas ao desenvolvimento do programa de obras da Autarquia.

Assim, no período considerado, foram celebrados pelo setor competente da SUCEPAR 18 contratos para elaboração de projetos que atingiram a significativa cifra de Cr\$ 10.056.243,00.

## 4. CONTRATOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

É importante destacar ainda, no que concerne às atividades administrativas, os procedimentos contratuais firmados pela Entidade para implantação e prosseguimento de obras de sistemas de prevenção e controle à erosão urbana.

O elenco de obras contratadas foi de 16 unidades, representando investimento de Cr\$ 35.026.419,86.

## 5. GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS

No que concerne à implantação e expansão das redes coletoras de águas pluviais, foram executados 38.199 metros lineares de galerias, além das obras complementares.

## 6. SERVIÇOS MECANIZADOS

Com equipamento próprio, tratores, pás carregadeiras, retro-escavadei-

ras e caminhões, foram executados serviços de máquinas no valor de Cr\$ 1.892.904,45.

### 7. PRODUÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO VIBRADO

Os núcleos industriais localizados nas cidades de Arapongas, Cruzeiro do Oeste e Paranavaí, produziram ao longo dos 12 meses, 54.386 tubos de concreto vibrado, de diâmetros variáveis entre 400 e 1000 mm.

### 8. FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO VIBRADO

Em decorrência a convênios firmados, a SUCEPAR forneceu às Prefeituras Municipais, no ano, 45.791 tubos, cujo valor atingiu a cifra de Cr\$ ..... 6.753.819,00.

### 9. SÍNTESE DOS RENDIMENTOS OBTIDOS

O rendimento do desempenho da SUCEPAR, em 1976, comparativamente com 1975, pode ser avaliado através da análise de indicadores referentes às diversas atividades, registrados na listagem abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIOS	
	1975	1976
Convênios Celebrados:		
1.1 — SUCEPAR-Prefeituras		
— Quantidade .....	38	9
— Valor — Cr\$ .....	9.696.200,00	1.149.228,00
1.2 — Projeto Noroeste		
Programa Especial		
Quantidade .....	—	30
— Valor — Cr\$ .....	—	1.049.000,00
1.3 — SUCEPAR-Prefeituras		
Programa Emergência		
— Quantidade .....	—	17
— Valor — Cr\$ .....	—	10.400.000,00
Contratos Para Elaboração de Projetos Técnicos:		
— Quantidade .....	10	18
— Valor — Cr\$ .....	371.350,00	10.056.243,00
Contratos Para Execução de Obras		
— Quantidade .....	—	16
— Valor — Cr\$ .....	—	35.026.419,00
Galerias de Águas Pluviais — M. ....	24.007	38.199
Serviços Mecanizados — Cr\$ .....	1.230.383,00	1.892.904,00
Produção de Tubos de Concreto — M. ....	31.605	54.386
Fornecimento de Tubos de Concreto		
— Quantidade .....	32.458	45.791
— Valor — Cr\$ .....	2.894.091,00	6.753.819,00

## Í N D I C E

Página

### I — CAMPO SOCIAL

Educação e Cultura .....	03
Justiça .....	19
Recursos Humanos .....	25
Saúde e Bem-Estar Social .....	41
Habitação Popular .....	53

### II — CAMPO ECONÔMICO

Agricultura .....	59
Finanças .....	69
Indústria e Comércio .....	87
Telecomunicações, Saneamento e Radiodi- fusão .....	97
Transportes .....	105

### III — CAMPO INSTITUCIONAL

Administração .....	125
Segurança Pública .....	133
Planejamento .....	143
Casa Civil .....	157
Casa Militar .....	163
Recursos Hídricos e Erosão Urbana .....	167